



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE
JANEIRO**
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR**
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**O TRABALHO DOCENTE DURANTE A PANDEMIA: o ensino remoto de Sociologia
nas escolas Estaduais do Município de Piraí**

PETRÚCIO SOUBREIRA DA SILVA

*Sob a Orientação da Professora
Drº. Amanda Moreira da Silva*

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de pós-graduação em Educação, Contextos, Contemporâneos e Demandas Populares, Área de concentração Educação, Contextos contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Dezembro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S 586t Silva, Petrúcio Sobreira da , 1977-
O trabalho docente durante a pandemia: o ensino
remoto de Sociologia nas escolas Estaduais do
Município de Pirai / Petrúcio Sobreira da Silva. -
Seropédica; Nova Iguaçu, 2024.
118 f.

Orientadora: Amanda Moreira da Silva.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2024.

1. Trabalho Docente. 2. Precarização do trabalho
Docente. 3. Adoecimento Docente. 4. Ensino Remoto. 5.
Covid-19. I. Silva, Amanda Moreira da , 1985-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.
Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO N° 1237 / 2024 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.072173/2024-38

Seropédica-RJ, 23 de dezembro de 2024.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E
DEMANDAS POPULARES**

PETRÚCIO SOUBREIRA DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 12/12/2024

Membros da banca:

AMANDA MOREIRA DA SILVA. Dra. UFRRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA. Dr. UFRRJ (Examinador Interno).

INNY BELLO ACCIOLY. Dra. UFF (Examinadora Externa à Instituição).

LUCIANE DA SILVA NASCIMENTO. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 26/12/2024 11:48)
RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA
PROFESSOR DO MAGISTERIO
SUPERIORDeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1941477

(Assinado digitalmente em 12/02/2025 16:04)
INNY BELLO ACCIOLY
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 113.950.697-86

(Assinado digitalmente em 08/01/2025 15:10)
AMANDA MOREIRA DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 106.990.347-79

(Assinado digitalmente em 20/03/2025 20:34)
LUCIANE DA SILVA NASCIMENTO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 083.859.887-00

Dedico esta dissertação a minha Amada esposa, **Fabíola Costa Cardoso** que de forma, incansável esteve sempre ao meu lado, e nos momentos mais difíceis não largou minha mão, colaborando e incentivando a concretização deste trabalho. Eternamente grato, “Amor Meu” pelo seu Amor, Carinho e Campanherismo. “Te Amo Mil Milhões”. E ao meu pai **José Lourenço da Silva** que sempre me inspirou em ter dedicação a tudo que fazemos na vida.

Agradecimentos

Meus singelos agradecimentos a minha orientadora Amanda Moreira da Silva, que com seu conhecimento e sensibilidade, este trabalho foi conduzido e concretizado.

SILVA, Petrúcio Sobreira da. **O Trabalho Docente Durante a Pandemia: o ensino remoto de Sociologia nas escolas Estaduais do Município de Piraí.** 2024. 118p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

RESUMO: Esta dissertação de mestrado propõe uma análise teórica e crítica das condições de trabalho dos docentes de Sociologia durante a pandemia de COVID-19, com foco no contexto do ensino remoto nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, particularmente no município de Piraí. O objetivo central é investigar se o trabalho docente se tornou ainda mais precário no período pandêmico de 2020 e 2021, considerando o impacto das políticas implementadas pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) e as condições de trabalho nas escolas estaduais desse município. A pesquisa adota o método de análise histórico-crítica, com embasamento em referenciais marxistas, utilizando as contribuições de autores como Antunes (2018), Frigotto (2015) e Silva (2021), que discutem as transformações do trabalho na contemporaneidade. Esse referencial teórico permite avaliar se houve intensificação da exploração do trabalho docente e como as políticas educacionais e diretrizes da SEEDUC-RJ durante a pandemia podem ter contribuído para a precarização do trabalho docente. A análise foca, sobretudo, na adaptação ao ensino remoto e nas desigualdades ampliadas pelo contexto digital, explorando também as condições de saúde e adoecimento entre os professores durante esse período. A metodologia de pesquisa é qualitativa e envolve a aplicação de entrevistas semiestruturadas com docentes de Sociologia nas três escolas estaduais de Piraí: o Colégio Estadual Affonsina Mazillo Teixeira Campos (localizado no Centro), o Colégio Estadual Octávio Teixeira Campos (no distrito de Arrozal) e o Colégio Estadual Coronel Camisão (em Santanésia). Esses locais foram selecionados em razão de Piraí ser conhecida como “Cidade Digital”, devido a colocação de uma infraestrutura tecnológica que tem o intuito de fornecer a qualquer cidadão piraiense o acesso a Internet. Esse cenário nos permitirá um olhar aprofundado sobre o impacto do ensino remoto nessas perspectivas. As entrevistas visam entender como os professores lidaram com as mudanças impostas pelo ensino a distância, quais foram as principais dificuldades enfrentadas e como cada unidade escolar implementou o trabalho online no auge da pandemia. Além das entrevistas, a pesquisa busca documentos e dados junto à SEEDUC-RJ e outros órgãos governamentais, a fim de mapear as medidas públicas implementadas entre 2020 e 2021. A análise documental possibilita compreender de que forma as orientações da SEEDUC-RJ afetaram a prática docente e se contribuíram para agravar as desigualdades nas condições de trabalho entre os educadores da rede pública estadual. A investigação, ao se concentrar em um período crítico, visa contribuir para a reflexão sobre a precarização do trabalho docente e a efetividade das políticas educacionais no enfrentamento das desigualdades exacerbadas pelo contexto pandêmico. O estudo busca fornecer uma visão crítica sobre o impacto das práticas de gestão da SEEDUC-RJ e seu papel na intensificação das dificuldades enfrentadas pelos professores, especialmente no contexto das escolas públicas de um município com boas condições de acesso digital, como Piraí. Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo geral compreender se o trabalho docente de Sociologia tornou-se ainda mais precário durante a pandemia da Covid-19, com foco na análise do período de 2020 e 2021. Dessa forma, buscamos compreender empiricamente as condições de trabalho desses docentes durante o período analisado.

Palavras Chaves: Trabalho docente, Precarização do trabalho docente, Adoecimento docente, Ensino remoto, Covid-19

SILVA, Petrúcio Sobreira da. **O Trabalho Docente Durante a Pandemia: o ensino remoto de Sociologia nas escolas Estaduais do Município de Piraí.** 2024. 118p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

ABSTRACT: This master's dissertation proposes a theoretical and critical analysis of the working conditions of Sociology teachers during the COVID-19 pandemic, focusing on the context of remote teaching in state schools in Rio de Janeiro, particularly in the municipality of Piraí. The main objective is to investigate whether teaching work became even more precarious during the pandemic period of 2020 and 2021, considering the impact of the policies implemented by the State Secretariat of Education of Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) and the working conditions in state schools in this municipality. The research adopts the method of historical-critical analysis, based on Marxist references, using the contributions of authors such as Antunes (2018), Frigotto (2015) and Silva (2021), who discuss the transformations of work in contemporary times. This theoretical framework allows us to assess whether there was an intensification of the exploitation of teaching work and how the educational policies and guidelines of SEEDUC-RJ during the pandemic may have contributed to the precariousness of teaching work. The analysis focuses mainly on the adaptation to remote teaching and the inequalities amplified by the digital context, also exploring the health conditions and illness among teachers during this period. The research methodology is qualitative and involves the application of semi-structured interviews with Sociology teachers in the three state schools of Piraí: Colégio Estadual Affonsina Mazillo Teixeira Campos (located in the city center), Colégio Estadual Octávio Teixeira Campos (in the district of Arrozal) and Colégio Estadual Coronel Camisão (in Santanésia). These locations were selected because Piraí is known as the "Digital City", due to the implementation of a technological infrastructure that aims to provide any citizen of Piraí with access to the Internet. This scenario will allow us to take an in-depth look at the impact of remote teaching on these perspectives. The interviews aim to understand how teachers dealt with the changes imposed by distance learning, what were the main difficulties faced and how each school unit implemented online work at the height of the pandemic. In addition to the interviews, the research seeks documents and data from SEEDUC-RJ and other government agencies, in order to map the public measures implemented between 2020 and 2021. The documentary analysis makes it possible to understand how the SEEDUC-RJ guidelines affected teaching practice and whether they contributed to worsening inequalities in working conditions among educators in the state public network. By focusing on a critical period, the research aims to contribute to the reflection on the precariousness of teaching work and the effectiveness of educational policies in addressing inequalities exacerbated by the pandemic context. The study seeks to provide a critical view on the impact of SEEDUC-RJ's management practices and their role in intensifying the difficulties faced by teachers, especially in the context of public schools in a municipality with good digital access conditions, such as Piraí. Given this context, this work has the general objective of understanding whether the work of Sociology teachers became even more precarious during the Covid-19 pandemic, focusing on the analysis of the period of 2020 and 2021. Thus, we seek to empirically understand the working conditions of these teachers during the period analyzed.

Keywords: Teaching work, Precariousness of teaching work, Teacher illness, Remote teaching, Covid-19.

Siglas e Abreviaturas.

- AIT – Associação Internacional do Trabalho
- ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- CEB – Conselho de Educação Brasileiro
- CEE – Conselho Estadual de Educação
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- COLEMARX – Coletivo de Estudos em Marxismos e Educação
- COV-19 – Corona Virus
- CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
- DOC-RJ – Documento de Orientação Curricular para o Ensino Médio
- EAD – Educação a Distância
- GLP – Gratificação por Lotação Prioritária
- GT – Grupo de Trabalho
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC – Ministério da Educação
- OMS – Organização Mundial de Saúde
- PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
- PPPs – Parceria Público Privadas
- PT – Partido dos Trabalhadores
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- SHSW – Sistema Hibrido com suporte Wireless
- UBM – Centro Universitário de Barra Mansa
- UFF – Universidade Federal Fluminense
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UNB – Universidade do Brasil
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas Para a Infância
- REM – Reforma do Ensino Médio.

sumário

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 : A conjuntura do trabalho e da educação durante a pandemia da covid-19.....14	
1.1. Pandemia e Capitalismo: a exploração da classe trabalhadora	
1.2 O trabalho durante a pandemia	
1.3. Políticas Públicas na Educação: a precarização do trabalho docente	
1.4 Disciplina de Sociologia no Rio de Janeiro diante do cenário pandêmico	
CAPÍTULO 2 : Neoliberalismo e Educação: Desafios e Reflexões no Século XXI.....34	
2.1. Inversão de Papéis: “educação e trabalho” para “trabalho e educação”	
2.2. Pedagogia do Mercado	
2.3. A Escola é uma Empresa	
2.4. Neoliberalismo e a Gestão do Sofrimento	
CAPÍTULO 3 : O Município de Piraí e a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc_RJ).....48	
3.1 Implementação do Projeto Piraí Digital: Desafios e Impactos na Educação	
3.2. Análise das Medidas Tomadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro	
CAPÍTULO 4 : A precarização do trabalho docente durante a pandemia de covid-19: impactos para a disciplina de Sociologia.....69	
4.1- As Condições do Trabalho de saúde e mental dos Docente na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro durante a Covid-19	
4.2. Entrevista como professores da disciplina de sociologia das escolas do Município de Piraí do Estado do Rio de Janeiro	
5. CONCLUSÃO	82
6. Anexos.....	90
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge da minha experiência como docente na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia da Covid-19. Momento este que foi notório o despreparo da SEEDUC-RJ, em suas políticas públicas, para amenizar os impactos que formam causados pelo contexto de emergência sanitária da Covid-19 em relação ao trabalho docente.

Foi feito um estudo materialista histórico, onde se aplicou questionários semiestruturado junto aos professores da Disciplina de Sociologia, professores estes da Rede Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, dentro do Município de Piraí onde temos apenas três escolas da rede Estadual. Sendo estes o Colégio Estadual Affonsina Mazzillo Teixeira Campos Ensino Médio, Curso Profissional Técnico, Curso Profissional Técnico integrado ao Ensino Médio. Com sua estrutura com 60 servidores, escola classificada como C atendendo por media 300 alunos ano esta localizada dentro da area urbana. Colégio Estadual Coronel Camisão Ensino Médio. Em sua estrutura tem 31 servidores como 259 alunos, localizata em area urbana, classificada como escola D. Colégio estadual Octavio Teixeira Campos Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos de nível Médio e Integral. Com a estrutura de 38 funcionários, 165 alunos, localizada em area urbana, classificada como D. E assim, obter a clareza sobre as percepções empiricas das condições de trabalho dos docentes de sociologia durante a pandemia da COVID-19.

O caminhar de uma pesquisa nem sempre é facil e tem sua trajetoria marcada por etapas e pelas modificações exigidas na Plataforma Brasil e pelo Comitê de Ética da UFRJ, que se mostrou árduo mais necessário para a execução deste trabalho acadêmico ao qual foi aprovado por ambos os orgãos aqui citados. Passado este ponto pertinente, fomos para fase de liberação junto a regional responsável pelas escolas pesquisadas. Ali encontramos uma boa recepção e interesse pela relevância do trabalho em questão. Nossa próximo passo foi nos direcionar às escolas para explicar nossos objetivos e pedir a autorização junto à Direção Escolar. Fomos prontamente atendido e autorizado a segui com a pesquisa, pode-se a partir deste momento ir ao centro do objeto de pesquisa e investigação, ou seja, entrevistamos no total três professores da rede que lecionavam a Disciplina de Sociologia, as entrevistas ocorreram dentro das proprias escolas, porém não eram graduados em sociologia, mais habilitados pela SEEDUC, para lecionar a disciplina de sociologia pela falta de professores da disciplina de sociologia concursados dentro da rede. As entrevistas foram feitas em suas respectivas escolas de lotação.

Onde existia apenas um unico professor para lecionar a disciplina de sociologia e este não era graduado na disciplina lecionada. Foi feito o levantamento bibliografico sobre o tema pesquisado: o trabalho docente de sociologia durante a pandemia da covid-19, o que foi de muita valia e auxiliou na condução e gerenciamento deste trabalho, visto que notamos um rico material com análises de vários pontos de vista a serem observados, como a questão da dupla jornada de trabalho dos docentes com os afazeres domésticos, familiares, de autocuidado e os compromissos profissionais e acadêmicos.

O tempo aqui tratado foi um momento da educação nacional que surpreendeu a todos. As secretarias de educação, não só do Estado do Rio de Janeiro, mas de forma global, foram inseridas de forma imediata dentro de uma nova dinâmica para a execução do trabalho docente. Considerando esse cenário, que foi marcado pelas implementações das políticas públicas sugeridas pela SEEDUC-RJ, para a continuidade do trabalho docente dentro do ano letivo de 2020 e 2021, sendo estes os anos de grande desafio para a execução do trabalho docente, e o período por nos estudado devido às transformações profundas que ocorreram na educação.

Houve vários acontecimentos que mudaram radicalmente a educação na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro no período, não apenas no que diz respeito à mudança de formato do trabalho docente de presencial para o online, mas também as alterações de governador e secretário de educação, feitas em curto espaço de tempo. No mesmo período a SEEDUC-RJ também viu a oportunidade de trazer as discussões da implementação da Reforma do Ensino Médio de forma remota e impositória que também trouxe impactos para a precarização do trabalho docente.

Não basta-se ter que da conta de toda a demanda que pandemia da covid-19 impôs ao trabalho docente, ter também que lidar com a implementação da Reforma do Ensino Médio sobrecarregando ainda mais o trabalho docente. Este momento ocorreu em meio a condições adversas, com reuniões feitas de forma online para a discussão dos itinerários formativos e a construção de disciplinas eletivas feitas pelos docentes da própria rede com tempo curtíssimo de discussão. Também foi feita a escolha do itinerário principal de cada escola de forma extremamente desigual e negativamente impactante entre as áreas de conhecimento. No entanto fica claro que as políticas públicas da seeduc-rj, não leva em conta as questões pedagógicas que o período assim, nos colocara.

No nosso trabalho docente durante este período, tivemos três encontros para tratar da Reforma do Ensino Médio. A primeira foi realizada por área de conhecimento. Na minha área,

a das Ciências Humanas e Sociais, discutimos as Diretrizes Curriculares feitas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para área de “Humanas”, naquele momento, alguns professores expressaram que não gostariam de ter feito desta forma, pois alegavam falta de tempo hábil para apropriar-se da BNCC.

Porém, a gestão escolar retrucava que seria a única oportunidade de nos pronunciarmos enquanto corpo docente e, se aquilo não fosse feito naquele momento, a nossa escola e a nossa área de conhecimento estariam perdendo a oportunidade de contribuir para a implementação da Reforma do Ensino Médio.

A segunda reunião foi realizada para a construção das disciplinas eletivas por área de conhecimento, com o objetivo de alimentar um catálogo de eletivas da SEEDUC-RJ, dando ao docente da rede uma falsa impressão de estar participando do processo de construção e de valorização do seu trabalho intelectual.. Naquele momento teríamos apenas dois dias para produzir essas eletivas e apresentá-las. Caso não fosse feito desta forma, mais uma vez era dito que a nossa escola estaria abrindo mão de participar do processo, o que soaria negativo junto à coordenadoria de ensino.

O terceiro e último processo foi o mais constrangedor possível para a categoria docente, pois reuniram todos os professores da escola, a direção e os alunos de forma remota para a escolha dos itinerários que deveriam ser (dois, no máximo) oferecidos pela escola. Logo após a reunião, o itinerário escolhido foi o da área de Ciências Humanas e Sociais como o itinerário principal e o de Cultura e Letramento como secundário; ou seja, a escola não ofereceria os outros itinerários formativos. Essa proposta acima, que foi conquista se deu pelo fato dos professores da área de Ciências Humanas terem se organizado antes da reunião de forma online e juntos constuído uma breve apresentação para os alunos presentes na reunião, não foi tomada pelas outras áreas de conhecimento.

Esse movimento acabou por trazer um sentimento de desigualdade para os professores das outras áreas, o que é perfeitamente compreensível e verdadeiro. Todos estes encontros foram feitos de forma remota, nem sempre com total participação de todos os interessados que se encontravam dentro de uma escola.

A partir deste relato vindo da experiência pessoal do pesquisador, este trabalho de dissertação buscou compreender se o trabalho docente de sociologia se tornou ainda mais precário durante a pandemia da COVID-19, com a análise centrada no período de 2020 e 2021. Interpretamos que o trabalho do docente de Sociologia, foi afetado pelo novo formado da

educação online de forma negativa, precarizando ainda mais o trabalho docente. Alicerçamos nossa discussão com a base teórica centrada nos autores: Ricardo Antunes, (2018), Gaudêncio Frigotto (2015), Amanda Moreira da Silva (2020), entre outros.

Após mapear as medidas tomadas pelos órgãos públicos, buscamos junto a SEEDUC-RJ e Governo Estadual documentos que possibilitem mapear as iniciativas tomadas que levaram a migração do ensino presencial para o remoto. E, deste modo, descrevemos como as políticas públicas educacionais afetaram o trabalho docente durante a covid-19.

Portanto, este trabalho buscou, dentro do campo empírico proposto, analisar os dados de três escolas da rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. As escolas escolhidas estão localizadas dentro do município de Piraí, no Estado do Rio de Janeiro, cidade a qual iremos nos aprofundar em um dos capítulos desta dissertação.

Diversos fatores nos levaram à escolha desta cidade em que foi realizada a pesquisa, primeiramente pela particularidade de ser o local de trabalho deste pesquisador que busca entender sua própria realidade enquanto trabalhador docente da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Segundo pelo fato de Piraí ser considerada a primeira cidade digital do país. Portanto, nos interessou compreender como se deu a adaptação do trabalho do docente dentro deste cenário, por assim dizer, “favorável” à educação remota.

Capítulo 1 : A conjuntura da educação durante a pandemia da covid-19

Iremos abordar neste capítulo como a pandemia da COVID-19 transformou e profundou as relações de trabalho docente e os processos educacionais em todo o mundo, criando assim, desafios sem precedentes e mudanças rápidas dentro das sociedades. No campo do trabalho a precarização se viu em uma grande crescente, em que a emergência sanitária colocou vários setores da sociedade para a adoção em massa de regimes remotos (online), redefinindo assim as condições laborais. Para a nossa investigação iremos nos ater aos profissionais da educação, que tiveram uma rápida transição do ensino presencial para o ensino à distância (remoto). Traremos autores para esta discussão demonstrando como se deu o crescimento da instabilidade das condições de trabalho docente durante este período, marcando aqui, a falta de infraestrutura digital e as desigualdades no acesso à tecnologia entre os trabalhadores da educação. Este estudo analisa a complexa conjuntura do trabalho e da educação durante a pandemia, buscando destacar os principais impactos e reflexões que surgem deste período de adaptação acelerada e suas implicações para o futuro do ensino e das relações de trabalho.

1.1 - Pandemia e Capitalismo: a exploração da classe trabalhadora

Com a construção de variedades das formas de trabalho, centrado na implicação do empreendedorismo como palavra central na dinâmica atual, há o aumento da informalidade e da precarização do trabalho na sociedade.

Se no século XX presenciamos a vigência da era da degradação do trabalho, na transição para o século XXI passamos a estar diante de novas modalidades e modos de ser da precarização, da qual a terceirização tem sido um de seus elementos mais decisivos (Antunes, 2018 pg.160).

Logo devemos examinar a dimensão que se tem tomado o "mercado de trabalho" e as novas formas que vêm surgindo de mercantilização da mão de obra do trabalhador e como essa força de trabalho ainda encontra-se dentro de uma condição de fragmentação das suas relações enquanto classe social.

As formas de trabalho vêm se diversificando, colocando a classe trabalhadora em um segundo estágio em que o trabalho baseado em metas vem a se tornar um trabalho tanto de gestão como de organização, uma forma precária do trabalho. Para Antunes (2018) o medo é

o carro chefe dessa precarização do trabalho em que os abusos de poder e o assédio moral são constantes dentro dos locais de trabalho. O trabalhador terceirizado, que sofre discriminação no trabalho, se torna o maior exemplo desta diversificação da classe trabalhadora na sociedade capitalista.

No que diz respeito à dimensão ‘condições de (in)segurança e saúde no trabalho’, observa-se que são os terceirizados que sofrem o maior número de acidentes. Por maior exposição aos riscos. Resultado dos padrões de gestão que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos, as medidas preventivas coletivas etc. (Antunes 2018).

Situações que colocam o trabalhador terceirizado em uma relação de maior vulnerabilidade, sem direitos apenas com deveres a serem cumpridos.

As razões que são expostas por Antunes, em suas pesquisas, entre anos 1990 e início dos anos 2000, encontra as piores condições de trabalho no setor terceirizado, com as medidas não preventivas, as jornadas longas e a maior constante transferência de operações, numa clara ação de terceirização, onde os riscos aparecem com maior incidência. Cabe destacar que as causas que levam à morte de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados têm origem nas condições de trabalho, no descumprimento das normas regulamentadoras (em relação à prevenção em saúde e segurança), na falta de treinamento, na qualificação e na capacitação profissional insuficientes.

Naquele período, Antunes (2018), já nos chamava a atenção para uma nova tendência nas relações de trabalho que seria a terceirização, onde criaram-se novas redes de subcontratação em que surge uma nova figura nesta relação de conflito entre empregado e empregador, em que este último seria um intermediador de mão de obra, onde agora o empregador não teria contato direto com seu empregado. A partir dessas contestações, também devemos analisar o plano da subjetividade desses trabalhadores, entender sua condição de isolamento e o que a falta de vínculos ou de participação direta nas tomadas de decisão pode afetar o seu desempenho dentro do local de trabalho. Notamos também que a busca por enfraquecer a forma de se ver do trabalhador com uma identidade coletiva vem se enfraquecendo, resultante da descartabilidade da mão de obra terceirizada. Com relação ao indíviduo se constróem formas de preconceito em relação a esta força de trabalho e com esta discriminação os trabalhadores terceirizados são submetidos às péssimas condições de trabalho, e assim, dificultando a solidariedade de classe.

Outra dimensão é o enfraquecimento da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores, decorrente da violenta concorrência entre eles. Da sua heterogeneidade e divisão, implicando uma pulverização dos sindicatos. (Antunes, 2018, p.166).

Para Antunes a representação sindical deveria ser uma forma de organização também deste grupo de trabalhadores, porém, em geral não é o que ocorre, pois os trabalhadores terceirizados passam por diversas dificuldades na sua atuação cotidiana que acabam inviabilizando a construção de sindicatos, diante da atomização latente que caracteriza o trabalho terceirizado.. Com isto pode se confirmar as informações e as teses debatidas sobre terceirização e com isso a pulverização dos sindicatos e a fragmentação dos trabalhadores. A negligência dos direitos estabelecidos entre os terceirizados no serviço público também tem se tornado uma forma de desqualificar a classe trabalhadora e assim, se construir um maior controle. A existência de rodízio em empresas contratadas pelo serviço público, que não cumprem os contratos e desaparecem, tem sua parcela de culpa, nas condições que são dadas aos terceirizados, sendo substituídas por outras do mesmo formato criando assim, um ciclo vicioso na gerência das empresas terceirizadas.

Em síntese, Antunes reflete que a terceirização, no final dos anos 1990 e início do século XXI, é a forma que os detentores do poder irão conduzir a precarização do trabalho no Brasil.

Constitui-se num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gestão/organização/controle que discrimina e ao mesmo tempo é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista (Antunes, 2018, p.166).

Além disso, a terceirização implica num risco de saúde e de vida do trabalhador e se apresenta como um mecanismo impulsinador da desarticulação da identidade coletiva nos trabalhadores, aumentando assim, a alienação do trabalho humano e sua desvalorização por completo. Assim, essa nova forma de organização do trabalho torna-se um instrumento de desarticulação sindical, onde se vale de incentivar a concorrência entre os trabalhadores e seus sindicatos.

Como afirma Antunes (2018, p. 166) , “a expansão das empresas terceirizadas tem se convertido em importante elemento propulsor e gerador de mais-valor, dado que várias delas se tornaram também produtivas para o capital”. Cabe dizer que em algum momento essa construção do labor adentra o âmbito da escola pública, terceirizando as atividades-meio da educação. Com essa reconfiguração da estrutura da escola iremos notar uma mudança dentro

da relação que existe entre educação e trabalho, o que será tratado no capítulo 2 desta dissertação.

Esse cenário de terceirização do trabalho, aprofundado no Brasil junto ao neoliberalismo, impactou fortemente o setor da educação, trazendo fortes influências negativas para os profissionais que nele atuam. A política meritocrática dos índices e metas, a competitividade, o aumento do trabalho temporário para docentes e do trabalho terceirizado para os funcionários das atividades-meio das escolas tornaram-se a regra a partir dos anos 1990. E assim tivemos uma mudança radical no mundo do trabalho em geral, no setor público e na educação pública que seguiu se aprofundando nas décadas seguintes.

Antunes (2022), tratando do mundo do trabalho na segunda década do século XXI, especialmente no contexto pandêmico que aqui nos interessa, nos fala que, para além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade da classe trabalhadora em todo o mundo, inclusive nos países centrais do sistema capitalista. No período em tela, foram milhões em busca do seguro-desemprego (mais de 1 milhão de solicitações até o início de maio de 2020), as enormes filas que se formam para obtenção de algum alimento para sobreviver. Sem falar da falência total do sistema de saúde (todo privatizado).

Ao fim de 2019, ainda antes da pandemia, a grande maioria da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade, sem garantia dos seus direitos trabalhistas. Neste mesmo período, uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores experimentava as condições de uberização do trabalho com aplicativos em que as plataformas digitais, algo até recentemente saudado como parte do "maravilhoso" mundo do trabalho digital, que apresenta suas "novas modalidades" de trabalho online recepcionando seus novos "empreendedores". Porém o que vimos foi o aprofundamento da precarização do trabalho das massas trabalhadoras, ainda mais afetada com a falta de segurança trabalhista.. Sem falar da enormidade do desemprego e da crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em praticamente todos os espaços de trabalho imaginados (Antunes, 2022)

O autor nos convida à reflexão de que atualmente há um desenho societal ainda mais desolador. O sistema de metabolismo antissocial do capital, vem desenvolvendo novos formatos de cooptação da massa de trabalhadores de reserva, criando um falso pertencimento ao mundo do trabalho para essa massa. Logo em contrapartida, como a humanidade que trabalha - e em particular a classe trabalhadora - poderá obstar tal destruição e assim começar a

desconstruir esta relação criada pelo capital, demolir e superar o edifício do capital? Marx (1867), em *O Capital*, descreve o sistema de metabolismo social do capital como uma complexa engrenagem econômica que não possui limites para a sua expansão, resultando em uma acentuada destrutividade para fazer fluir o movimento de autovalorização.

Durante a pandemia da Covid-19, Antunes (2022) percebe que as pressões, maiores ou menores em função da intensidade predatória das burguesias capitalistas globais e nacionais, explicam-se pelo desespero pela volta da produção, pelo fim do isolamento, pela "retomada da normalidade" sem o apreço pelo trabalhador, marca contundente do capital, em uma época de alta letalidade. Assim, a individualização, a invisibilização e a eliminação completa dos direitos do trabalho enfeixam o sonho dourado do capital, de que o mundo digital, online, robotizado e automatizado pode conviver com um trabalho aviltado, desvertebrado, desorganizado, isolado, fragmentado e fraturado.

Antunes (2022) ressalta que, no período pandêmico, algumas práticas se converteram em verdadeiros laboratórios de experimentação, como o home office, o teletrabalho e, no universo educacional, o EaD (Ensino a Distância) e o ensino remoto. Do ponto de vista empresarial, as vantagens são evidentes: mais individualização do trabalho, maior distanciamento social, menos relações solidárias e coletivas no espaço de trabalho, onde floresce a consciência das reais condições de trabalho. Os abusos são de tal intensidade que algumas corporações chegaram a utilizar robôs para a avaliação de provas sem informar aos alunos.

Se para Antunes (2022), tudo isso já vinha ocorrendo na fase mais destrutiva do sistema de metabolismo antissocial do capital, o que se pode esperar nesta fase de capitalismo pandêmico? A pandemia evidenciou, uma vez mais, a importância crucial e determinante do trabalho para a valorização do capital, assim como o desespero do sistema de metabolismo antissocial do capital, cuja oposição ao lockdown foi generalizada. O subterfúgio foi dizer que a volta ao trabalho iria "garantir os empregos", essa enorme, mas cínica falácia.

Antunes (2022) nos mostra que o sistema de metabolismo antissocial do capital, em uma fase de crise estrutural pela ampliação do exército de reserva, torna-se mais letal e mais predatório. Mas o "moinho satânico" não se resume a isso. Além do trabalho uberizado, há outros experimentos em curso nos laboratórios do trabalho que vêm sendo intensificados para serem amplamente utilizados após o fim da pandemia, dos quais um dos mais emblemáticos é o do home office.

Para Antunes (2022), essas relações de trabalho, nas quais os trabalhadores e as trabalhadoras passam a ser "prestadores de serviços", "autônomos" faz com que a legislação do trabalho vigente nos países onde elas atuam possa ser burlada, pois contam quase sempre com a aquiescência e a subjeção do executivo, legislativo e judiciário, e tornam-se altamente rentáveis e lucrativas. Para a classe trabalhadora desempregada o que restou praticamente de alternativa foi a uberização do trabalho, para fugir do flagelo do desemprego.

Antunes (2018) nos convida a refletir sobre como o Estado passou a desempenhar a função de gestor dos negócios da burguesia nacional, tendo um papel central para os governos. Com foco na implementação da “inovação”, o campo da tecnologia se tornou um novo mercado a ser explorado, mudando assim as formas e forças de trabalho anteriores, tendendo a tornar sobrantes um contingente expressivo de trabalhadores para alguns setores da economia.

1.2 O Trabalho durante a pandemia

Antunes (2022) argumenta que a pandemia não apenas revelou as fragilidades das relações de trabalho, porém demonstrou a intensificação das contradições e desigualdades do sistema capitalista global. Com uma crítica contundente na forma em que o capitalismo lidou com a crise sanitária, social e econômica provocada pela pandemia da Covid-19, ele explora o fato de como a pandemia intensificou as contradições e desigualdades do sistema capitalista, impactando profundamente o mundo do trabalho e as condições de vida.

Antunes (2022) busca traçar um panorama do capitalismo contemporâneo e suas variações. Argumenta que a pandemia expôs e agravou as condições inerentes ao sistema capitalista, nos mostrando que a precarização do trabalho, a concentração de renda e a fragilidade dos sistemas públicos de saúde se mostraram propensos às mudanças e reorganização do capital. Em que mesmo diante de uma crise sanitária global, o capitalismo priorizou a manutenção e o crescimento do lucro em contradição com a manutenção da vida e da saúde dos trabalhadores.

O autor argumenta a respeito de como a pandemia forçou os trabalhadores de setores essenciais a continuarem trabalhando, sem as devidas condições de segurança. Enquanto população era instruída a ficar em casa, esses trabalhadores eram obrigados a se expor ao vírus, acentuando uma divisão de classe em que os mais vulneráveis assumiam os maiores riscos para manter os desejos do capital em obter lucro. Ele aponta que, enquanto uma minoria acumulou riqueza durante a pandemia, a maioria da população mundial enfrentou desemprego, redução de salários e precarização das condições de vida e trabalho.

Antunes (2022) aprofunda a discussão sobre a precarização do trabalho no contexto pandêmico. Ele fala sobre o aumento do trabalho remoto e como a pandemia acelerou a sua implementação de diversas formas, além de apontar como o trabalho na forma como o conhecemos se transforma de forma cada vez mais acelerada em flexibilização das jornadas de trabalho e em incentivo ao empreendedorismo, porém focado na informalidade dos trabalhadores, sem garantias trabalhistas. Além disso, ele descreve como os trabalhadores de aplicativos estão inseridos em jornadas extenuantes de trabalho, com baixíssimos salários e falta de proteção social.

Uma situação muito discutida por Antunes é a dos trabalhadores de delivery e transporte de passageiros, que trabalham por aplicativos. Durante a pandemia, esses trabalhadores foram considerados essenciais para manutenção da vida social, diante das condições de exploração pelo capital, pois continuaram a trabalhar em condições precárias, sem acesso aos direitos trabalhistas, seguro de saúde ou equipamentos de proteção adequados para se proteger da covid-19. Isso demonstra as tendências do capitalismo contemporâneo de criar uma força de trabalho descartável e altamente explorada. A pandemia, segundo ele, reforçou a tendência de transformar trabalhadores em "empreendedores de si mesmos", sem a proteção de um emprego formal.

Na obra “O capitalismo pandêmico” Antunes aborda como a pandemia aprofundou as desigualdades sociais e econômicas de nossa sociedade. Onde os impactos desproporcionais da COVID-19 sobre os pobres, que têm menos acesso aos serviços de saúde de qualidade, se viram mais expostos ao vírus devido às suas condições de moradia e trabalho. O autor também busca falar sobre como a pandemia afetou de forma contundente grupos como mulheres, negros e imigrantes.

Ele traz fatos de comunidades periféricas que enfrentaram a pandemia sem nenhuma infraestrutura básica, como o acesso à água potável e saneamento básico. Além disso, Antunes

enfatiza o aumento da violência doméstica e o impacto desproporcional sobre as mulheres, muitas das quais perderam empregos ou tiveram que conciliar o trabalho remoto com as responsabilidades domésticas e de cuidado da casa e da família.

O autor critica a resposta dos governos neoliberais à pandemia, apontando como eles priorizaram a economia e os interesses particulares e empresariais em detrimento da vida e da saúde pública. Ele analisa as políticas de austeridade e os pacotes de resgate econômico que buscaram beneficiar principalmente as grandes empresas, enquanto a proteção social para os trabalhadores foi insuficiente ou inexistente, deixando-os largados a própria sorte.

Antunes descreve como alguns governos optaram por reabrir a economia rapidamente, mesmo diante do aumento de casos de mortes, buscando seguir uma lógica construída pelo capital de que "a economia não pode parar." Nesta abordagem houve uma negligência à saúde dos trabalhadores que levou a um agravamento da crise sanitária no país, demonstrando a incapacidade do capitalismo de colocar a vida humana acima dos interesses do mercado.

O autor propõe uma reflexão sobre o futuro do trabalho e da sociedade brasileira. Ele argumenta que existe a necessidade de se repensar o modelo econômico vigente e buscar construção de alternativas que coloquem a vida e o bem-estar das pessoas em primeiro lugar. Argumenta que a pandemia ofereceu uma oportunidade para questionar a lógica do mercado e do lucro acima de tudo e a buscar modelos de se organizar social e economicamente de formas mais justas e sustentáveis para a classe trabalhadora do país.

Ao mencionar movimentos de empatia e iniciativas que brotaram durante a pandemia, como redes de solidariedade e ações coletivas para apoiar os mais vulneráveis, o autor aponta perspectivas de construção coletiva possíveis. Esses exemplos mostram que, mesmo em meio a uma crise, é possível construir formas de resistência e solidariedade dentro da sociedade, que buscam apontar para um outro modelo de sociedade mais humano.

Ao longo do referido livro, Antunes não apenas critica o sistema capitalista, mas também propõe reflexões sobre alternativas. Ele sugere a necessidade de um modelo econômico mais solidário, baseado na justiça social e na proteção dos direitos trabalhistas. Embora não apresente um caminho claro para a superação do capitalismo, ele nos convida à uma reflexão sobre como construir uma sociedade que valorize a vida e o bem-estar das pessoas acima do lucro do mercado.

"Capitalismo Pandêmico" de Ricardo Antunes propõe uma análise detalhada das múltiplas crises que a pandemia de COVID-19 ocasionou, e que desencadeou ou intensificou a

precarização do trabalho dentro de um contexto do capitalismo global. Ao longo de seus argumentos, o autor aborda situações concretas que ilustram como o sistema capitalista não só falhou em proteger os mais vulneráveis como nunca os vê como participantes da sociedade a não ser sobre a forma de exploração. Logo, em muitos casos, o referido contexto exacerbou as desigualdades existentes colocando os mais vulneráveis na linha de frente da contaminação. Antunes convida os leitores a refletirem sobre as possibilidades de transformação social e econômica, questionando se é possível construir um futuro que valorize a vida humana acima do lucro. A busca por alternativas a um sistema capitalista que, segundo o autor, se mostrou insustentável e injusto em tempos de crise.

1.3. Políticas Públicas na educação: a precarização do trabalho docente

Considerando os impactos da pandemia para a classe trabalhadora em geral, abordaremos, neste subitem, o contexto da educação brasileira e o impacto da precarização crescente para os docentes, a fim de verificarmos a dinâmica das políticas educacionais em curso e se as condições de trabalho nas escolas públicas foram agravadas durante a crise sanitária de 2020/21.

Silva (2014), nos mostra como o Estado traz modificações para a rotina do professor, mudanças essas construídas por políticas públicas implementadas na educação a cada troca de governo ou secretário da pasta. Com isso, o trabalho do professor não se consolida com o passar do tempo, tamanhas as modificações existentes. Tudo isso, acaba por levar o professor ao estresse à medida que o mesmo se sente na obrigação de dar conta de todas as modificações propostas pela secretaria em tão pouco tempo de trabalho com os discentes, levando-o a fragilidade das relações não somente com os alunos, mas também entre os profissionais da educação.

A autora, em sua pesquisa de mestrado, nos mostra a precariedade do trabalho docente frente às políticas públicas educacionais construídas para grupos específicos de discentes dentro da escola, como o deslocamento de docentes para uma prática distante de sua formação original de graduação, limitando assim, todo o seu campo de atuação e tornando o professor refém das

políticas públicas educacionais impostas pela Seeduc-RJ frente ao desejo de números que elevem a posição da secretaria dentro do cenário nacional da educação.

A “Con(formação)” é um termo utilizado por Silva (2014), em seu trabalho, que nos chama a atenção e nos faz refletir sobre quão suscetíveis parecem estar os professores diante das políticas públicas educacionais do Estado. O nosso conformismo com determinadas situações que nos são impostas acaba nos expondo à situações dentro do cenário escolar que acabam nos limitando frente à utilização do tempo necessário para desenvolvermos a nossa prática docente. A meritocarcia se torna uma forma de cooptação e de enfraquecimento da classe trabalhadora docente, pois nos coloca em uma posição de disputa interna dentro das unidades escolares, em que aqueles docentes que não se enquadram são vistos de forma negativa frente ao desejo de se alcançar as metas da unidade e assim ser “premiado pela meritocracia” deixando assim, qualquer forma de movimentação por melhores condições de trabalho e salário. Notamos assim, como essas políticas públicas educacionais foram prejudiciais para a prática docente, não apenas em relação ao enfraquecimento da classe, mas também levando ao seu crescente adoecimento, conforme pode ser constatado ao longo dos anos.

Silva (2014) em seus estudos nos coloca a pensar na particularização das leis e a qual grupo elas interessam, nos mostrando a relação entre as leis e os indivíduos que sofrem sua ação. Assim, temos as leis como um estado de natureza hobbesiano¹, “uma luta de todos contra todos”. Logo não se deve resumir as leis à simples ideologias dos grupos dominantes, mas sim torná-las mediadoras dos conflitos sem o partenalismo ou subordinação imposta pela classe dominante. Silva (2014) resgata o historiador inglês Thompson, que nos mostra que as leis são uma forma de mediação das relações entre as classes existentes, construindo assim, inúmeras restrições, e que as construções culturais de cada sociedade serão relevantes no campo de luta desempenhado pelas leis, com toda sua complexidade.

A autora em sua busca por compreender a legislação educacional, tem o olhar para a forma como elas são colocadas pelos órgãos oficiais, demonstrando como o Estado pode se tornar incisivo nas movimentações do tempo de trabalho do professor e como isso aumenta a forma precária que já se encontra o trabalho docente. O Estado se utiliza das leis para manter

¹ Tomas Hobbes foi um matemático, teórico político e filósofo inglês, autor de *Leviatã* e *Do cidadão*. Na obra *Leviatã*, explanou os seus pontos de vista sobre a natureza humana e sobre a necessidade de um governo e de uma sociedade forte.

seus interesses frente à classe trabalhadora da educação e assim vem a exigir mais do docente do que apenas suas práticas pedagógicas relacionadas à sua formação. Transformando assim o trabalho docente em algo muito mais árduo por lhe colocar em uma função polivalente dentro do ambiente escolar. Com isso, a busca por mudanças na educação e na sociedade se mostra necessária pensando em políticas públicas para a educação brasileira, desde que isso ocorra sem a carga de responsabilidade que éposta no docente pelo “fracasso” do aprendizado do aluno.

A forma de organização do trabalho, na ótica do capital, é quem determina suas modificações no tempo e no espaço. O capital está sempre a buscar meios de se modificar e fazer parte de toda a sociedade. Silva (2014) nos encaminha para a necessidade de que a investigação sobre as condições de trabalho devam levar em consideração a relação tempo e espaço, sendo estes dois eixos fundamentais para o embasamento teórico de análise em pesquisas em que o contexto histórico e econômico da sociedade investigada sejam considerados para a construção de uma ideia do que seja a organização do trabalho capitalista.

Perspectivas distintas versam sobre o aumento da precarização do trabalho docente, a insatisfação, os baixos salários, a perda da autonomia docente, a perseguição por metas a serem alcançadas, tudo se impondo como forma de pressão dos representantes do poder. Tudo isso leva ao adoecimento do corpo docente das unidades escolares. O controle e regulação das atividades propostas pelos professores com os discentes, também é vista como uma condição de precarização do trabalho docente. Logo, as políticas públicas implementadas na educação vêm também como um meio de cercear o trabalho decente, prejudicando a sua prática.

As políticas públicas pensadas pela secretaria de educação estadual do Rio de Janeiro contemplam a construção de gratificações para os professores, juntamente com avaliações externas como uma forma de “valorização do educador”, porém não é bem isso que está por traz desta política pública, mas sim uma forma de apontar quem seria o responsável pela baixa aprendizagem de nossos alunos e uma forma de maior controle sobre o trabalho docente. Tudo isso não é uma forma de incentivo na educação, mas sim um estímulo à competição no interior da escola e entre os professores, criando uma forma de conflito dentro da estrutura escolar, pois se alguém não colabora para atingir as metas da escola é visto de forma negativa por quem acredita nesta política de educação, uma educação como mercadoria. (SILVA, 2014).

Com todo esse cenário de metamorfoses no mundo do trabalho e de precarização intrínseca, com impactos diretos na educação aqui expostos, não resta alternativa a não ser compreender essa complexa realidade com o objetivo de transformá-la. Nesse sentido, Antunes (2018) aponta que cabe a nós fazermos parte da contra-hegemonia que vem a florescer nas

lutas sociais oriundas da organização da classe trabalhadora, que luta para recuperar seu projeto de participação nas tomadas de decisão que se aplica a sua existência enquanto classe social. O poder da classe burguesa quer construir um novo formato de trabalhador, levando ao ápice da precarização. Portanto, cabe a nós também o entendimento cuidadoso das novas formas de organização do trabalho, e observar os seus impactos na escola pública, como uma tarefa fundamental para a construção da contra-hegemonia e para lutar de forma condizente contra a forma capitalista que está em curso.

1.4 Disciplina de Sociologia no Rio de Janeiro diante do cenário pandêmico

É preciso pontuar que o trabalho do professor da disciplina de Sociologia é algo que já em sua implementação como disciplina obrigatória no ensino médio se tornaria desgastante e precário para este profissional. Dentro deste cenário são muitos os fatores que influenciam nesse processo de precarização do trabalho, dentre eles o fato de que o profissional da disciplina de Sociologia tem que lidar com o retorno da disciplina ao ensino médio com a falta de entendimento da direção e das outras disciplinas acerca do papel da Sociologia dentro da escola e também no que diz respeito a sua relação com os discentes que, muitas vezes, fica prejudicada devido ao pouco tempo de aula e a falta de importância dada à disciplina pelos discentes.

A precarização do trabalho do professor de Sociologia também ocorre devido a falta de profissionais formados especificamente na área, pois dentro da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro é possível um profissional da educação, com outra graduação, ser habilitado em uma disciplina de outra área de conhecimento dentro da grade de disciplinas da Seeduc-RJ. Com esse mecanismo é possível lecionar mais de uma disciplina dentro da mesma unidade escolar, ou até mesmo fora da sua regional de ingresso, fazendo uma GLP (Gratificação pro Lotação prioritária), que é uma forma de hora extra baseada na primeira faixa salarial da carreira do professor da rede, mas que não dá direitos junto à Previdência Social. Outro ponto também a ser colocado em relação à GLP é que se cria com isso uma disputa dentro das escolas, para a tentativa do aumento da renda, levando a classe trabalhadora docente a entrar em conflitos

internos, gerando desmobilização e dificultando as organizações coletivas e impulsionando formas de conflito entre os pares dentro das unidades educacionais.

Cabe lembrar que a “Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971” (Portal da Câmara dos Deputados Federais, BRASIL, 1971), dentro da ditadura civil militar, retirou as disciplinas de Filosofia, Sociologia, entre outras, do currículo, sendo substituídas por disciplinas que ensinavam sobre Educação Moral e Cívica, encarregadas de adestrar e a normatizar o educando com as questões do regime anti-democrático. A Filosofia e Sociologia foram implementadas novamente dentro do ensino médio da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, com a Lei nº 11.684 (Presidência da República - Casa Civil, BRASIL, 2008). A nova legislação deu força de lei ao Parecer nº 38/2006, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que tornava obrigatória a inclusão de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio sem estabelecer, no entanto, em que anos de escolaridade deveriam ser implantadas. Somente em junho de 2008 que entrou em vigor a Lei nº 11.684 (Presidência da república - Casa Civil BRASIL, 2008) que tornou obrigatório o ensino das duas disciplinas nas três séries do ensino médio.

As políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ), ao longo dos últimos 13 anos, colocaram a disciplina de Sociologia como uma das disciplinas obrigatórias dentro da formação do aluno do ensino médio, no entanto, não houve uma elaboração para que o conteúdo pudesse contribuir de forma contundente dentro das unidades escolares. Assim, a Sociologia aparece apenas formalmente como mais uma disciplina a ser cursada pelos estudantes.

A Seeduc-RJ se antecipando ao que vinha sendo debatido em relação às novas disciplinas que entrariam na grade curricular, abriu concurso em 2006 para professores da rede estadual de educação do Rio de Janeiro, contemplando também as disciplinas de Filosofia e Sociologia. Com isso, no ano de 2009, primeiro ano após a implementação da Lei nº 11.684 (Presidência da República – Casa Civil, BRASIL, 2008), a Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro implementou a disciplina de Sociologia no terceiro ano do ensino médio, deixando os dois primeiros anos deste nível de ensino sem as novas disciplinas da grade curricular. Para o ano de 2010 montou-se uma nova matriz curricular para o Ensino Médio onde foram contempladas as disciplinas de Filosofia e Sociologia nos três anos do Ensino Médio, porém com apenas um tempo de aula no primeiro e no segundo anos, sendo dois tempos exclusivamente no terceiro ano.

E assim, se iniciava a necessidade da luta por melhores condições de trabalho para o professor da disciplina de Sociologia, pois fica claro que, neste primeiro formato, o profissional da disciplina teria um número maior de turmas para poder cumprir a sua carga horária, e ao mesmo tempo pouco tempo para desenvolver junto aos discentes dos dois primeiros anos do ensino médio o conteúdo proposto pela base do currículo mínimo² do Estado do Rio de Janeiro. Com tão pouco tempo dentro do Ensino Médio a precarização do trabalho dos professores de Sociologia era evidente, e, durante a greve dos profissionais da educação em 2013, um dos pontos reivindicados era que todas as disciplinas tivessem dois tempos de aula nos três anos do ensino médio. Ao final da referida greve foram conquistados grandes avanços para o trabalho docente e um deles foi a implementação de dois tempos para todas as disciplinas da grade curricular do ensino médio (Resolução Seeduc Nº 5.531 de 20 de julho de 2017.(Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro – 2017)

Porém, uma batalha ganha não nos coloca como vencedores de uma guerra. Sendo assim, temos que nos colocar sempre em estado de alerta, pois, quando se aproximou o período das eleições de 2014, havia dentro do discurso da então presidente Dilma Rousseff (PT), em entrevista no Bom dia Rio,³ a fala que se deveria diminuir o número de disciplinas do ensino médio pois este não era atrativo para os alunos e uma das disciplinas que fora citada pela então candidata a reeleição foi a Sociologia que, segundo a presidente, estaria inchando o currículo do Ensino Médio. Como podemos observar, o cenário era complexo, pois a Sociologia foi inserida no Ensino Médio, como disciplina, por um governo de esquerda e durante a continuidade deste mesmo governo, contraditoriamente, foi dito que esta disciplina não teria mais função dentro do currículo escolar, demonstrando assim o jogo político que marca a tradição brasileira, da não continuidade das políticas.

Cabe ressaltar que, a presidente Dilma Rousseff (PT) se reelegeu em 2014, porém não teve tempo de implementar sua propostas de campanha pois sofreu um golpe em 2016. Após o golpe dado por Michel Temer e a cúpula da Direita foi colocado em ação o desmonte das políticas públicas feitas pelo PT ao longo dos seus governos. E uma delas iria de forma contundente para cima dos profissionais da educação, que foi a Reforma do Ensino Médio, que

1.O currículo mínimo foi implementado em 2011 na gestão do secretário de educação Wilson Risolia, com o intuito de reformular a educação do Rio de Janeiro. “Sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensinoaprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre”.(SEDUC-2011)

³.(<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/bom-dia-rio/-2014>)

se apresentava como o aprimoramento deste nível de ensino, tornando o discente supostamente, o protagonista de sua própria formação escolar e curricular. A Medida Provisória nº 746 de 2016 (Congresso Nacional, BRASIL, 2016) , que em 2017 tornou-se a Lei 13.415 (Ministério da Educação, BRASIL, 2017), propôs a modificação de toda a estrutura curricular do Ensino Médio, prevendo o aumento das horas-aula e o ensino em tempo integral.

É preciso dizer que a lógica de prioridade de determinadas disciplinas sobre outras da grade curricular é anterior à reforma do ensino médio, no entanto, a criação de itinerários formativos com a pretenção de “democratização” da escolha do aluno pelos seus desejos de aprofundamentos nos estudos, na realidade aprofunda a desigualdade entre as disciplinas. Assim, se propagandeava um cenário aparentemente promissor para a educação e para a formação dos discentes, no entanto, o objetivo central era tornar essa formação aligeirada, minimalista e voltada aos interesses do mercado.

Ao fim do governo golpista entrou a sua continuidade por meio de novas eleições, quando enfrentamos um período bastante conturbado, diante de um governo extremista de direita que acabou levando a educação brasileira a um verdadeiro apagão, com anos turvos para o ensino, para o aluno e para o professor.

Leher e Santos (2022) teve como objetivo analisar criticamente as principais ações e políticas educacionais promovidas durante o governo de Jair Bolsonaro, proposta materializada no livro “Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação”. Esta obra buscou discutir os impactos negativos das políticas educacionais do período, enfatizando todo o processo de privatização, desvalorização e a precarização do trabalho docente e a desqualificação da produção intelectual, científica e cultural no Brasil. Este trabalho organizado por Leher é fundamental por nos proporcionar uma análise histórica e política contemporânea, a fim de nos fornecer subsídios para a compreensão das consequências das ações governamentais do governo Bolsonaro e promovendo debates sobre a reconstrução educacional no país.

Para Leher e Santos (2022) a educação pública no Brasil enfrentou um dos períodos mais conturbados e obscuros de sua história recente durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que foi marcado por sucessivos cortes orçamentários, ataques levianos à autonomia universitária e desvalorização e precarização do trabalho dos docentes, esse período foi caracterizado por um processo de desmonte e destruição estrutural do sistema educacional nacional brasileiro. Leher, aborda essa fase e nos oferece uma análise profunda sobre os efeitos das políticas adotadas.

Os autores participantes desta obra não se limitam a listar os danos causados ao setor educacional, porém buscam compreender as suas principais dinâmicas dentro deste período. Tendo a intenção de fornecer uma base teórica, para futuras lutas em defesa da educação pública nacional, buscando combater os retrocessos e resgatando a importância de uma educação laica, crítica e acessível para todos, além de destacar a resistência dos movimentos educacionais.

Leher e Santos (2022) aponta que uma das características mais marcantes das políticas educacionais do governo Bolsonaro foi a tentativa e o incentivo à privatização da educação, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Esta obra nos revela como a estratégia neoliberal, adotada pelo governo, buscou reduzir o dever do Estado como garantidor e mantenedor da educação pública e em contraponto buscou ampliar a presença do setor privado dentro da educação pública prejudicando as camadas mais vulneráveis da população..

O livro também levanta a discussão sobre a desvalorização dos professores, evidenciada tanto pela retórica oficial quanto pelas decisões administrativas tomadas naquele momento pelo governo Bolsonaro. Os autores Accioly, Silva e Silva(2022) expõem como o governo promoveu a busca por uma narrativa que buscava criminalizar os docentes e os colocava como inimigos da educação de qualidade e até certo ponto como a causa da crise econômica do Estado, como um peso para o orçamento. E assim, construindo políticas públicas de congelamento salarial e cortes nos recursos destinados à formação continuada dos professores, sendo estes exemplos claros do processo de desvalorização e precarização da educação pública brasileira..

Logo para Leher a privatização da educação seria um dos eixos centrais do desmonte da educação identificado no governo Bolsonaro. O governo promoveu incentivos à iniciativa privada em todos os níveis de ensino, por meio de políticas públicas que facilitaram a criação de escolas privadas e ampliaram o alcance de organizações empresariais na gestão da educação pública (Leher, 2022). As parcerias público-privadas (PPPs) foram estimuladas, especialmente no ensino técnico e superior, sob o argumento de modernização e eficiência deste campo de atuação. Porém, Leher argumenta que essa mudança na política educacional do governo acabou por ampliar as desigualdades educacionais no país, à medida que a educação de qualidade se tornou um privilégio para poucos.

Os autores Accioly, Silva e Silva (2022) nos mostram pontos relevantes em relação aos ataques à ciência e à cultura, que se tornaram constantes dentro do governo Bolsonaro, uma gestão que promoveu cortes expressivos nos orçamentos destinados à pesquisa acadêmica, às universidades públicas e aos institutos federais, comprometendo fortemente a produção

científica do país. Ao mesmo tempo, a cultura foi tratada como inimiga ideológica sob o mote “Brasil acima de Tudo e Deus acima de Todos”, e os artistas e produtores culturais foram marginalizados.“A guerra cultural não se resume ao plano da disputa discursiva. Ao contrário, além de instaurar um ambiente de violencia e perseguições, favorece a aceitação dos desmontes dos direitos sociais”. (Accioly, Silva e Silva 2022)

De acordo com a análise empreendida o governo Bolsonaro representou um momento de retrocesso para a educação pública brasileira, momento em que as políticas públicas para a educação foram direcionadas para a privatização, precarização e desvalorização dos profissionais da educação marcando assim, um desmonte da produção científica e cultural. No entanto, a resistência ativa de movimentos educacionais e acadêmicos aponta para a possibilidade de reconstrução de um sistema educacional inclusivo, democrático e de qualidade.

E nesse sentido os autores Accioly, Silva e Silva (2022), também destacam a resistência dos movimentos educacionais e das entidades acadêmicas que se tornaram fundamentais para buscar barrar parte das medidas mais drásticas do governo. O Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (Colemarx), grupo de pesquisa que propôs a referida obra, ofereceu reflexões sobre o futuro da educação brasileira e possíveis caminhos para a sua reconstrução, após o governo Bolsonaro (Leher, 2022), nos deixando este olhar crítico e histórico sobre esse período para que as futuras gerações possam aprender com os erros e lutar por uma educação pública e popular.

Nesse cenário, a organização coletiva dos trabalhadores da educação torna-se necessário para o enfrentamento das ações governamentais objetivando a defesa de uma escola pública comprometida – ainda que em meio às contradições que a permeia – com o interesse dos trabalhadores. (Accioly, Silva e Silva 2022).

Esse momento histórico, que ocasionou imensos prejuízos à educação pública, aos estudantes e profissionais da educação – conforme registrado na obra que destacamos nos parágrafos anteriores – foi combinado com uma pandemia que impactou profundamente toda a humanidade. Foi em meio à chegada da extrema direita ao poder no Brasil que o mundo foi surpreendido pela covid-19, e este é o período central de nossa discussão, o recorte da presente pesquisa. Foi nesse momento que o professor da rede estadual de educação do Rio de Janeiro viu o seu trabalho e planejamento letivo ser colocado à prova com a inserção abrupta e contundente em um formato de educação nunca antes realizado na educação brasileira. Foi assim

que o ensino remoto se tornou uma realidade. E com ele vieram as mudaças desejadas pelos dententores do poder para a conformação de uma classe trabalhadora de novo tipo. A combinação entre extrema direita no poder e uma pandemia pareceu o cenário ideal para a implementação da reforma do ensino médio sem a possibilidade de muita resistência por parte dos profissionais da educação.

Cabe destacar que o nosso interesse não é discutir a fundo a Reforma do Ensino Médio, mas sim demonstrar como o trabalho do docente de Sociologia nasce de forma precarizada e assim vem se sustentando ao longo desses 13 anos no ensino médio da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro, pois a Secretaria de Educação, em sua matriz curricular do “Novo Ensino Médio”, coloca novamente a disciplina de Sociologia sendo oferecida apenas no terceiro ano do Ensino Médio.

Em 2020, no início da pandemia, mudanças foram feitas pelo então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (Partido da Mulher Brasileira), juntamente com o secretário de Educação, Pedro Fernandes. O governador, no uso de suas atribuições apresentou o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2020a) , que determinou o fechamento de vários serviços considerados não essenciais, além de medidas tomadas pelo Secretário de Educação, que também apresentou o Decreto nº 46.980 de 19 de março de 2020 (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 2020b) que, em um primeiro momento, antecipou o recesso de julho para o mês de março, tendo como objetivo dar um tempo viável para a tomada de medidas a médio e longo prazos dentro da Secretaria de Educação e junto ao Governo Estadual⁴.

Assim, a educação do Estado do Rio de Janeiro, em 2020, encontrou-se numa situação difícil, pois estava há pouco mais de um ano implementando os direcionamentos colocados pelo então Secretário, que buscava dar à secretaria de Educação o seu perfil enquanto gestor da pasta, porém, com as mesmas políticas públicas construídas historicamente dentro da educação brasileira, ou seja, imediatista e sem continuidade de processos educacionais de seus antecessores.

⁴ No dia 13 de março de 2020, uma sexta-feira, o governador Wilson Witzel e o secretário Estadual de Educação Pedro Fernandes Neto, decidiram antecipar o recesso escolar do meio do ano, a ser iniciado na segunda-feira, dia 16 de março. (www.jornalterceiravia.com.br – 13 de março de 2020)

A velha política de desfazer o que o seu antecessor fez é uma prática comum das políticas educacionais do Estado do Rio de Janeiro e se fez presente também nesse período pandêmico. Esta prática levou a Educação do Estado a uma situação de estagnação e possível retrocesso no processo de ensino-aprendizado de nossos alunos. Ao mesmo tempo pode-se observar os professores como para-raios da educação, visto que nem sempre esses profissionais têm o devido acesso à formação continuada para o desenvolvimento de sua prática junto às modificações trazidas pelas políticas públicas da secretaria de educação do Estado do Rio de Janeiro. Diante dessa prática, em março de 2020, durante a pandemia de Covid-19 e a suspensão das atividades presenciais, a Seeduc propôs o ensino remoto.

Durante este período sem atividades presenciais nas escolas, a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) disponibilizará, a partir da próxima segunda-feira, dia 30, aulas no formato *online*, por meio de um convênio firmado com o Google, na plataforma Google Classroom. (Revista Museu – 25/03/2020).

O modelo proposto pelo secretário Pedro Fernandes, de aulas exclusivamente on-line, para dar continuidade ao ano letivo para os alunos afetou também suas famílias, as escolas e os professores com as questões que certamente atingiriam os anos letivos seguintes. Nesse sentido, cabe dizer, que a educação que nós defendemos é uma educação qualitativa que tem como base o desenvolvimento pleno do cidadão, com olhar crítico a respeito de sua realidade. Sabendo que a qualidade da educação buscada pelos secretários se resume a números dentro da aprovação ou reprovação dos alunos para constar no quadro do Ideb, esta se coloca em campo diametralmente oposto à qualidade de educação geralmente defendida pelos professores que priorizam a construção do conhecimento de forma qualitativa para os discentes.

Ainda no contexto pandêmico, o nome de Comte Bittencourt foi discutido pelo Vice-Governador em exercício, Claudio Castro, pois o então Governador do Rio, Wilson Witzel, havia sido afastado do cargo por irregularidades em sua gestão. Assim, o novo secretário surge para assumir a pasta da Educação, sinalizando que promoveria ampla reestruturação dentro da secretaria. Assim,

O novo secretário de educação, Comte Bittencourt, se vê agora de outro lado: depois de presidir por 14 anos a comissão de Educação da Alerj e fiscalizar as ações do governo na área, neste momento ele passa a ser o responsável por tomar as decisões da pasta. (Jornal O Dia – 25 de setembro de 2020).

Poderíamos considerar que as modificações dentro da educação, colocadas pela pandemia, pudessem construir um pensamento crítico frente a nossa prática docente e aplicação do conhecimento. É claro que, com tamanhas mudanças impostas, não tem como mensurar os prejuízos para a educação e para todos que estão envolvidos com ela. Mas, é possível e necessário refletir sobre as próprias políticas públicas e em como elas precisam ser pensadas de forma responsável, pois o que se criou, até o presente momento, são diversas incertezas quanto ao aprendizado dos discentes em todos os segmentos da educação.

A escola que quer se democratizar deve olhar pela integração de toda a comunidade escolar. É preciso salientar e valorizar todos que trabalhem dentro de uma instituição educacional; e que os profissionais da educação e os estudantes possam se identificar com o compromisso perseguido pela escola, que é a construção de conhecimentos. Quando se busca mudanças no sistema de aprendizado devemos pensar sobre a contribuição do professor para formação do educando, com suas atitudes e habilidades em motivar os alunos, somados com toda a estrutura da instituição. É urgente e necessário integrar os esforços de coordenação, direção e professores para que tudo isso reflita e resulte em um bom trabalho desempenhado pelo docente dentro da sala de aula.

Segundo Silva (2020), o fazer docente vem sofrendo muitas mudanças a partir das medidas adotadas pelos governos em suas práticas, manifestando-se na desconstrução do trabalho pedagógico, nos baixos salários e no sentimento de não pertencimento à instituição de ensino. Essas constatações precisam ser aprofundadas, pois o cenário da educação, durante a pandemia de Covid-19, acabou criando novas dinâmicas para o trabalho já precarizado do professor da rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Para Silva (2020), fez-se necessário debater e desenvolver soluções para os rumos da educação no momento de pandemia, um período em que o retorno às aulas presenciais foram adiadas e os professores e alunos foram inseridos dentro de um formato *on-line* de educação ao qual nunca antes foram submetidos de forma prolongada. E assim ocorreu no Estado do Rio de Janeiro.

Capítulo II – Neoliberalismo e Educação: Desafios e Reflexões no Século XXI

Neste capítulo iremos tratar como alguns autores vêm discutindo os aspectos do neoliberalismo na educação, buscando sinalizar como ele adentra com ênfase, marcando seu espaço e colocando suas metodologias de competitividade e cooptando ao Estado, o que tem impactado diversas áreas da sociedade, em especial a educação. Essas transformações dentro das instituições de ensino, trazem desafios profundos e com tendências a se enraizar, visto que podem trazer consequências em cadeia ao afetar diretamente a acessibilidade, a igualdade de oportunidades e juntamente a isso as condições de trabalho dos profissionais da educação. Isso é notável ao atrelar os conceitos de exploração do capitalismo que levam a precarização do trabalho. Com este cenário é indispensável buscar reflexões sobre as implicações que o neoliberalismo vem colocando à educação. Este capítulo busca explorar os principais desafios impostos pelo neoliberalismo à educação, analisando suas consequências junto aos docentes e a própria estrutura de ensino.

Inicialmente, é preciso destacar que dentro do atual cenário global, a relação entre neoliberalismo, trabalho e educação desenha uma configuração complexa que demanda uma análise crítica dos pesquisadores. Portanto, este capítulo explorará a influência do neoliberalismo na educação atual, demonstrando as implicações para o trabalho docente no século XXI.

Santos (2010, p.5) nos traz a reflexão acerca das políticas públicas que representam no campo da educação a construção de uma pedagogia neotecnica e a desconstrução do trabalho pedagógico de sua função modificadora da realidade a sua volta. Logo o mercado vem tomar conta deste cenário com a pedagogia pactualista da didática neotecnica. A desconstrução da escola pública nas duas últimas décadas do século XX vem ao encontro com o seu aporte feito pelo mercado. Houve um investimento por parte de grupos hegemônicos em nossa sociedade para a desqualificação da escola pública para logo em seguida, apresentar a suposta solução.

Assim, o mercado se infiltra na educação, e na produção pedagógica da escola para em um contraponto desqualificar o papel desempenhado pela educação nos últimos anos. E com a desqualificação da escola pública, coloca-se em cheque o trabalho do profissional que está na linha de frente, que é o docente. Compreendendo esse raciocínio, é possível visualizar a forma que se desmonstra a falsa preocupação do capitalismo com a educação.

Para Santos (2010, pg.6), temos vários estudos que apontam as mais distintas estratégias dominantes para a desqualificação da escola, demonstrando que, os poucos recursos orçamentários das redes educacionais fazem sobressair mais as fragilidades do que a “produtividade” dentro da escola. Para Frigotto o termo “improdutiva” no título de sua obra “A produtividade da escola improdutiva”⁵, se refere ao papel da escola em manter um ciclo que pouco contribui para o desenvolvimento pessoal e crítico do indivíduo. Frigotto, nos revela que a Educação no Brasil, especificamente em suas camadas mais populares, não oferece uma formação voltada para a reflexão, a criatividade ou o desenvolvimento da autonomia intelectual. Ao contrário, ela tende a reforçar um currículo e uma abordagem pedagógica que preparam os alunos para uma inserção passiva no mercado de trabalho, muitas vezes em empregos precarizados e subvalorizados.

2.1 Inverção de papéis: “educação e trabalho” para “trabalho e educação”

Frigotto (2015) nos faz refletir sobre como esta relação se modificou nos últimos tempos de “educação e trabalho” para Trabalho e Educação”. Em sua análise, ele buscou mostrar o contexto em que a relação da educação escolar e trabalho constrói sua inverção na orientação social do papel da escola para a sociedade contemporânea. Ele nos coloca questões indissociáveis que é o rompimento com as formas tradicionais de trabalho escravo e servil, porém mantendo a estrutura das divisões de classes sociais.

Frigotto (2015) cita as falas de Dermeval Saviani (2007) onde ele expõe as questões históricas e ontológicas da relação trabalho e educação, trabalho e conhecimento. Ele nos indica, que ao mesmo tempo em que temos uma crescente divisão do trabalho, também temos a necessidade da criação de uma instituição central que venha organizar e reproduzir essa inversão de valores na relação trabalho e educação. Logo, a escola como a conhecemos terá o seu papel enquanto instituição construtora e promotora de cultura invertida para a lógica do capital. Este novo formato para a educação surge de forma necessária no plano da socialização e da reprodução do conhecimento pensado pelos valores dos detentores do poder em nossa sociedade, são as ideias e valores da classe burguesa que tenta se reorganizar dentro das novas demandas do capital, mesmo dentro do antagonismo existente em nossa sociedade, diante da

⁵ Gaudêncio Frigotto “A produtividade da escola improdutiva” um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalismo / 5. Ed. – São Paulo – Cortez 1999..

luta de classes, a escola vem a ter o seu papel fundamental neste novo cenário de disputa pelo espaço de organização social.

Frigotto (2015) mostra que se seguirmos a indicação de Marx notamos que a escola foi sempre concebida e organizada para aqueles que não precisam vender sua mão de obra, e que pode desfrutar da infância e a adolescência. Assim, podemos observar a real contradição já existente na função da escola, desde o início, fica evidente sua contradição, entre a estrutura político-econômica, e as relações sociais dentro da estrutura capitalista.

Notamos que, na realidade, o que vem a instaurar-se e perpertuar-se, é a escola clássica, que busca formar, uma ampla base científica e cultural, para as classes detentoras do poder, logo Frigotto (2015) nos aponta que a pragmática irá se tornar instrumental, na formação profissional, e restrita dentro da ótica para as demandas do mercado, junto aos trabalhadores. Busca-se para o trabalhador uma forma de lhe ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar para sua função dentro da linha de produção, tendo uma busca por um determinado projeto de desenvolvimento, organizado pelas classes dirigentes, colocando o trabalhador totalmente de forma servil.

Frigotto (2015) nos fala que primeiro os detentores do poder irão negar as bases de conhecimento intelectual, do aprofundamento da política, da econômica e da diversidade cultural em que o trabalhador está inserido. Assim, nega a possibilidade de uma construção social, autônoma e ativa por parte do trabalhador, que está preso nas amarras do capitalismo excludente. Em segundo plano temos também uma baixa formação, científica e técnica, buscadas pelos sistemas produtivos. Esses momentos ocorrem não de forma aleatória, mas a partir do acirramento da crise do sistema capitalista que, na busca por sua reestruturação, viu suas apostas no livre mercado ruirem, pois este precedente irá levar ao desequilíbrio, se materializando no aumento da desigualdade entre as sociedades globalizadas entre os grupos sociais e a crescente radicalização do desemprego estrutural. Dentro deste contexto, assim, se coloca como uma segunda determinação que seria a luta contínua da classe trabalhadora pela busca da superação das relações sociais capitalistas opressoras.

Frigotto (2015) revendo o autor Schultz(1962 e 1973), nos convida a refletir sobre o senso comum que foi tomado por países, ou famílias, onde colocou-se a crença de que se os indivíduos buscam investir na educação acabariam tendo um retorno igual ou maior que outros investimentos produtivos.

Por essa via, os conceitos de escola unitária, educação omnilateral e politécnica e o trabalho como princípio educativo indicava num sentido contra-hegemônico que ia além da defesa da escola pública, universal, gratuita e laica (Frigotto, 2015 pg. 56).

Frigotto (2015) revisita a perspectiva do materialismo histórico, nos mostrando como são diferentes das análises positivistas e empiricistas que concebem a realidade como junção de fatores independentes, onde cada elemento da realidade se torna inseparável dentro de determinações, contradições e mediações que formam a sua totalidade dentro da realidade proposta pelo capital.

Por isto que, do ponto de vista da dialética materialista histórica, o conhecimento da realidade está inscrito, ao mesmo tempo, dentro de uma determinada concepção de realidade, um método que lhe é inerente e coerente e uma práxis consequente. Isto significa dizer que ao abordarmos as três dimensões, que dão ao trabalho o caráter de precedência em itens separados, o fazemos por uma exposição didática. (Frigotto, 2015).

Identificamos aqui a síntese da compreensão do ser social, produzida por Marx, que se encontra dentro das relações de trabalho, logo será retomada por Marx em *O capital*.

Marx que inaugura uma ontologia do ser social em que nada do que existe na história humana está fora de sua responsabilidade. A burguesia, como assinalamos anteriormente, acertou contas com as visões metafísicas teocêntricas, mas instaurou outra metafísica centrada na visão de uma natureza humana sem história. Transforma, assim, sua visão particular, de um ser humano por natureza, portador de um egoísmo empreendedor que sempre está em busca do bem próprio, em verdade universal e eterna.” (Frigotto, 2015).

Frigotto (2015) nos mostra o olhar de Marx sobre o Trabalho.

Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, afim deseapropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e, ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX,1983,p.149).

Dentro da construção específica encontramos a criatividade expressa dentro do próprio processo histórico do ser humano que constrói suas atividades laborais e as denominou com trabalho sendo este algo específico do homem.

Para Frigotto (2015) o trabalho vem a aparecer como forma de sobrevivência do ser humano, suas atividades laborais vêm construir os elementos necessários para sua sobrevivência biológica. Ele nos remete que o que assinalamos como sentido ontológico do trabalho pode nos levar algumas conclusões de que se fazem necessárias para compreender o sentido que vem se dando para a inversão de educação e trabalho para trabalho e educação.

Primeiro, que o sentido ontológico de trabalho não pode ser confundido com as formas históricas do trabalho escravo, servil e trabalho/emprego sob o sistema capitalista. Trata-se do trabalho produtor de valores de uso, imperativo à satisfação das necessidades básicas como seres da natureza que somos, apesar de nos distinguirmos da mesma. Uma segunda conclusão é a de que o trabalho produtivo e socialmente útil, desde a infância e de acordo com as possibilidades de cada um, é um princípio educativo formador do caráter do homem novo para uma sociedade sem exploração (Frigotto, 2015).

O autor também vem nos mostrar que o trabalho é um dever e um direito de todos os seres humanos e lutar por ele e por suas relações fazem parte do cotidiano nas relações sociais. Frigotto (2015) nos mostra, ainda que nem tudo deva ser redutível ao trabalho. Apoiado em autores de verve marxista, Frigotto afirma que o trabalho deve ser uma condição necessária que nos leve a outras atividades, como a arte, o lazer etc., que seja uma construção da liberdade humana. Com isso, notamos que a divisão do fazer humano entre trabalho e não trabalho quando não construído na sua relação dialética, pode vir a ocultar o que seja fundamental para a relação do homem com o seu trabalho. Em síntese, Frigotto (2015) nos fornece a chave que precisarmos para a construção da dupla dimensão política que a afirmação da relação trabalho e educação e não educação e trabalho cresça a afirmação dos interesses da classe trabalhadora sobre os desejos da classe detentora do poder.

Para Frigotto (2015) os interesses que devem demandar por parte dos intelectuais, seria a produção de conhecimentos que venham a transcender os interesses restritos da burguesia. Na busca pela superação do modo de produção capitalista existente, é necessário construir condições para liquidar a exploração e a alienação humana frente aos desejos da burguesia, este é sem dúvida um dos pontos principais para o trabalhador repensar sua condição humana. O

que se tenta propagar é que o mercado estaria pronto para integrar a todos, porém oculta-se que estes são apenas os que adquirirem o conhecimento, os valores, as atitudes para torná-los empregáveis. Logo a isto Frigotto nos mostra as estratégias propostas pelo capital para a manutenção da ordem burguesa que se tornam fundamentais para a sociedade brasileira.

A primeira pela profusão de políticas sociais de alcance desigual para grupos sociais diferenciados, atacando minimamente as consequências, sem alterar as causas da desigualdade. Trata-se de políticas de alívio à pobreza. A educação, em geral, e a formação profissional, em particular, assumiam um papel central mediante a oferta de diferentes modalidades e níveis. À dualidade estrutural, acresce-se uma diferenciação de tempo e de qualidade a distintos grupos sociais. A segunda, no mundo todo e de forma hoje candente no Brasil, o ódio e a criminalização dos pobres, legalização e incentivo da violência a eliminação de grupos sociais ou seu encarceramento. A morte de jovens pobres, a maioria absoluta de negros, nas periferias das grandes metrópoles brasileiras, é uma prova inconteste deste extermínio (Frigotto, 2015).

Frigotto (2015), nos remete que a dimensão política da inversão de educação e trabalho para trabalho e educação vem em busca de uma concepção ontológica e científica que traz si um antagônismo à ontologia e à “ciência”, que tem como construção a manutenção das relações sociais capitalistas que vem a produzir as desigualdades, logo notamos que a dimensão política da inversão tem como sua função o papel de construção desta desigualdade.

Frigotto (2015) mostra que num primeiro momento é fundamental entender de que forma a desigualdade se produz, e que isto implica partir da análise de como o sistema capitalista, que organiza a estrutura econômico e social do trabalho, dentro da qual os seres humanos estão inseridos e que pelo trabalho devem produzir seus meios de vida. Segundo Frigotto (2015) é preciso compreender, portanto, o que Engels sublinha como lei primeira do legado de Marx—“o fato, tão simples, mas oculto sob uma lógica e de que o homem necessita, em primeiro lugar, de comer, beber, ter um teto e vestir-se, antes de poder fazer política, ciência, arte, religião. (ENGELS, op.cit. p.1).

Em sua análise Frigotto nos fala sobre o sistema capitalista, que para compreender a lei segunda–da mais-valia, que, o modo específico de acumulação de lucro e de riqueza dos capitalistas vem da exploração e da expropriação da classe trabalhadora dentro das sociedades, no que sem exploradores e explorados não haveria o conflito entre classes antagônicas. Aqui é que reside a função política, que tenta revolucionar dos processos educativos e de

conhecimento, vinculados aos interesses da classe burguesa deixando de lado a classe dos trabalhadores.

Para Frigotto (2015) a resposta a esta questão, vem dentro do escopo do materialismo histórico, e é explicitada por Marx no Conselho Geral da Associação Internacional do Trabalho (AIT), em agosto de 1869. Por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar “um novo sistema de ensino; por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais. Consequentemente, é necessário partir da situação atual” (MARX, apud LOMBARDI, 2011, p.138)

Assim, a construção de uma nova condição social, vem a ser o ponto inicial para as transformações dentro do cenário da educação. O período da pandemia se torna fundamental para pensarmos no atual momento da nossa condição enquanto força de trabalho dentro da educação. A forma precária como nós já trabalhávamos se agravou. Jamais poderíamos imaginar cenário pior.

O que foi visto ao redor do trabalho do professor foi a transformação abrupta de sua rotina. Trabalho esse que já vem sofrendo todo o tipo de ataque por sua desestruturação frente aos anceios do capital. Logo, a reestruturação do trabalho do docente de Sociologia dentro do Ensino Médio, torna-se fundamental para atingir esse objetivo.

Frigotto (2008) nos oferece uma análise sólida sobre o papel da escola na sociedade contemporânea, buscando questionar os objetivos da produção de conhecimento e as contradições dentro do sistema educacional. Frigotto observa que, embora as escolas se apresentem como espaços de aprendizado, elas, muitas vezes, reproduzem e aprofundam as desigualdades e acabam se tornando instrumentos de uma educação que se criou para a produtividade determinada pelo capital em detrimento da formação crítica intelectual. Parte de sua análise crítica esta centrada nas políticas públicas educacionais que foram implementadas nas últimas décadas, destacando como o sistema escolar, em muitos contextos contemporâneos, estão se transformando em uma instituição voltada para a eficiência produtiva dentro da lógica do mercado, deixando de lado a formação crítica e emancipatória dos alunos dentro da sociedade.

Na proposta de Frigotto busca-se inserir dentro do campo da pedagogia crítico-social, a reflexão de que se parte da concepção de uma educação que deve se tornar um processo voltado para a emancipação do aluno e que este transforme da sociedade. Frigotto observou que a globalização traz mudanças dentro do capitalismo, e que afeta o sistema educacional passando a pressionar a forma que os indivíduos se relacionam com a educação, uma busca pela maior

eficiência e produtividade, apenas servindo aos interesses do mercado de trabalho e a reestruturação do capital. Assim, esse cenário, acabam por transformar as escolas em locais em que o foco principal da educação é a preparação para o mercado de trabalho, negligenciando a formação crítica e a reflexão sobre o mundo social, político e econômico.

Para Frigotto um dos pontos centrais é a crítica ao modelo de escola que visa maximizar a produtividade, algo como um reflexo de uma sociedade neoliberal que busca resultados rápidos e mensuráveis aos olhos do mercado e do capital. A escola da sociedade neoliberal, construiu um modelo, que se transformou em uma "máquina de produzir" conhecimentos, habilidades e competências que devem servir exclusivamente aos interesses do mercado de trabalho e ao capital. Frigotto nos propõe questionar o verdadeiro papel da escola em todo esse processo, argumentando que ela deixa de ser um espaço de formação para a cidadania crítica e passa a ser um local de subordinação ao mercado.

Frigotto (2008) nos fala de uma contradição essencial que existe dentro da proposta de produtividade escolar. Onde se, por um lado, a escola busca formar indivíduos produtivos, por outro lado, as desigualdades sociais e o acesso desigual à educação crescem de uma forma que geram as desigualdades sociais. A escola vem deixando de ser um instrumento de inclusão social para muitas vezes acabar reforçando a exclusão e marginalização de determinados grupos e classes sociais a muito tempo desfavorecidos, como bem sabemos as populações periféricas e as minorias étnicas raciais. Neste sentido para Frigotto (2008), a busca pela "produtividade" na educação não resulta em uma maior equidade, mas sim em uma ampliação das desigualdades.

Aqui o autor nos traz as propostas de que também existe uma relação direta com as políticas educacionais atuais e o mercado. Ele critica abertamente que as implementações das reformas educacionais que buscam a adoção de métodos pedagógicos de eficiência e resultados rápidos, por muitas vezes com base em apenas modelos empresariais, nem sempre encontra uma "clientela" ativa e propensa às mudanças propostas. Eles ignoram a complexidade do processo educativo, reduzindo-o a uma questão de desempenho e produtividade, e negligenciam as necessidades de uma educação que promova a formação integral e a crítica social.

Logo Frigotto defende, a necessidade de uma escola que resgate sua função social de transformação e emancipação do aluno e hoje também do educador. Onde não se deva preparar os alunos somente para o mercado de trabalho, ele propõe que a escola seja um espaço de perguntas, reflexões, críticas e resistência às formas de opressão e exploração do mercado e do

capital. Logo, a educação deve ser capaz de formar indivíduos críticos, que possam compreender as contradições do sistema econômico e social e estejam preparados para intervir na realidade e transformá-la.

A análise crítica apresentada por Frigotto é fundamental para repensar o papel da educação na sociedade contemporânea, buscando desafiar a ideia de que os princípios de uma escola estão diretamente relacionados à sua capacidade de construir trabalhadores alienados para atuar no mercado. Porém contrário a isso, é necessário repensar a escola como um espaço de formação integral, crítica e inclusiva, capaz de preparar os alunos não apenas para o mercado, mas para a vida em sociedade.

Assim, Santos (2010) em seu aprofundamento da literatura sobre trabalho dentro do campo da Sociologia, percebe que o caráter destrutivo da forma de trabalho capitalista leva à criação da pedagogia da morte dentro das escolas públicas brasileiras.

O desmonte da escola pública passa também pela desconstrução da classe trabalhadora da educação, principalmente no papel que desempenha o professor dentro da sala de aula. A forma como vem sendo desconstruído o sentimento de classe dentro da educação, é um ponto a ser debruçado de forma contínua pois, está em jogo a sobrevivência deste profissional.

Santos (2010) nos mostra que as relações entre o capital e a educação foram adquirindo contornos modernos para a pedagogia do mercado. Aqui, encontramos a empresa-escola, ora a escola-empresa, uma dualidade construída pela pedagogia do mercado para desqualificação da função intelectual da escola. Buscamos compreender como as ações orgânicas do capital se entrelaçaram dentro do espaço da educação. Podemos afirmar que a cooptação dos seus intelectuais orgânicos⁶ coletivos se tornou um passo fundamental para o desmonte da educação pública.

Lutar contra este aporte do capitalismo dentro da educação, com seu discurso falacioso, vem se tornando primordial para a sobrevivência da educação pública brasileira.

⁶ Os “intelectuais orgânicos”, para Gramsci são aqueles que exercem a função de transformação ou manutenção da ordem, e, podem ser pertencentes à classe dominante ou a classe trabalhadora. “Orgânico” é o compromisso vital que os intelectuais podem ter com as classes no processo que travam na disputa pela hegemonia em sua totalidade sócio-histórica”.

2.2 - Pedagogia do Mercado

O neoliberalismo, como sistema econômico, entranhou-se nas práticas educacionais, reconstruindo a forma como desenvolvemos o ensino e o aprendizado. A mercantilização da educação propõe desafios significativos, desconstruindo o foco do aprendizado humano para a subjugação do indivíduo como mão de obra.

Santos (2010) trata da ideologia produtivista do mercado, que vem a confirmar o processo ensino-aprendizagem e a educação nos seus limites tecnocráticos dentro da educação neotecnica. Isso tudo tende a crescer a busca por resultados que possam viabilizar a qualidade da educação proposta pelo mercado, que mostre junto aos indicadores de desempenho produzidos por parâmetros do mesmo e controlados pelos grupos hegemônicos da sociedade capitalista. O resultado não pode ser outro: coloca o trabalhador da educação em vigilância, descaracterizando-o e reduzindo-o à dimensão de execução distanciada da construção do conhecimento junto ao educando.

A desmanche da ação pedagógica proposta pelo mercado veio como forma de composição para um novo formato do trabalho e da cooptação da força de trabalho na educação. Mas para poder se instalar, foi necessário uma adaptação ao terreno escolar, construindo uma narrativa de uma escola desorganizada e desestruturada para o desenvolvimento da educação capitalista do mercado, seguida de uma solução: a mercantilização da educação.

Santos (2010) norteia sobre o quanto importante é reconhecer que a história da construção da educação capitalista tem como definição a estruturação de conteúdos e métodos que nunca terão um modo autônomo e desvinculado do papel da classe burguesa. A cooptação dos aparelhos de Estado é fundamental para sua inserção dentro da sociedade. Este não se pode dizer ser um traço original no neoliberalismo, porém um traço diferencial para a natureza qualitativa da educação que se busca propor. “Todavia, insistimos em destacar o caráter de mudança qualitativa no atual estágio do capitalismo, quando todo o processo pedagógico é coercitivamente submetido ao gerencialismo” (Santos, 2010).

Para Santos (2010) a metodologia do mercado realiza-se tanto dentro de sistemas públicos como nas instituições privadas, simplesmente pela aceitação da lógica empresarial do capitalismo. “Isto inclui a “profissionalização” da gestão, como é chamado o processo de substituição de direções que são tradicionalmente vinculadas à educação, por profissionais do “mundo dos negócios” (Santos, 2010)

Para Santos (2010) é de extrema relevância o surgimento em paralelo de um movimento contra-hegemônico dentro da educação, buscando contra argumentar sobre o que é defendido pelo bloco hegemônico da sociedade capitalista neoliberal. E o que temos hoje, é uma escola falida, cuja desqualificação acentuou-se nos últimos vinte anos.

Santos (2010) discute a influência do novo tecnicismo do mercado na educação, que se apresenta como solução para a "incompetência" e os "devaneios pedagógicos" dos educadores e funcionários públicos da educação. Este movimento, é construído em princípios behavioristas e disfarçado sob o pretexto de "modificação", promovendo o controle externo do trabalho escolar e a privatização direta ou indireta das escolas, culpando educadores "críticos" e funcionários públicos por serem "acomodados" e "descomprometidos com os resultados", conforme a perspectiva neoliberal.

A proposta feita pelo capitalismo neoliberal, comprometidos com a pedagogia do mercado, é premiar os docentes por mérito, desconstruindo assim, os mecanismos coletivos de ascensão na carreira docente. E assim, por meio de incentivos individualizados, fragmentam-se os espaços coletivos de organização e desmobiliza-se a luta sindical dentro da estrutura da escola, buscando trazê-los para a pedagogia da hegemonia político-econômica neoliberal.

Santos (2010) faz críticas à meritocracia na educação, afirmando que ela premia os que aderem ao novo modelo, promovendo uma acirada competitividade em detrimento da unidade na educação. Este movimento tem como função a busca por restaurar a hegemonia burguesa, à custa da desvalorização do trabalho docente e do processo de ensino-aprendizagem. Ao retirar-lhes a dimensão científica, afirmada pelo senso comum. Isso levou a escola a um estado de anomia, construindo assim, um espaço para ser "resgatado" por aqueles que "sabem fazer", conforme a ideologia neoliberal.

Para Santos (2010), isto tem ocorrido pelo fato de ter sido adotado uma postura pelos docentes, de não enfrentamento aos desmandos dos grupos hegemônicos, e sim a aceitação das "políticas do senso comum" juntamente com a desvalorização dos currículos e conteúdos escolares, o que levou a escola à falência. E é importante ressaltar que a adesão ingênua, indulgente ou desatenta de parcelas de educadores deixou mais propensa a adoção da pedagogia do mercado dentro da escola.

A fragilização da escola pública, fator de conveniência à atual política de mercado, contou com elementos internos à própria pedagogia progressista. Paradoxalmente, além dos setores do capital (visivelmente interessados), parte dos sujeitos da luta democrática contribuiu para seu próprio aniquilamento,

sob a forma de desqualificação da “escola tradicional”, em nome da superação dicotômica dos “conteúdos tradicionais” (Santos, 2010. Pg.12).

A leitura e interpretação errônea junto com a banalização da teoria do construtivismo e da pedagogia crítica se tornou um ponto fundamental para se sobrepor qualquer perspectiva transformadora que seriamente fosse produzida pelas referidas teorias. E dentro disso há uma impressão equivocada de sua difusão e um desrespeito aos seus autores e formuladores, passando a serem responsabilizado pelo fracasso escolar.

Santos (2010) aborda o problema da debilitação da escola como se encontra, destacando que o ataque às práticas "conteudistas" e as políticas educacionais populistas são demagógicas e desqualificam o trabalho escolar. Logo isso irá permitir o avanço neoliberal e o controle dos tecnocratas sobre a educação, apoiados por setores sociais que desejam uma escola onde os alunos aprendam o básico: ler e escrever.

O autor sugere que não devemos gastar tempo tentando entender a pedagogia do mercado em sua busca pela hegemonia. Santos inspirando-se em Marx, propõe que, após muita discussão e análise dos elementos cotidianos da pedagogia, é hora de modificá-la, entendendo-a em seu sentido total. Para enfrentar a hegemonia do mercado, que desqualifica a educação para dominar, é necessário despertar nos educadores o senso de pertencimento de classe, essencial para romper com a pedagogia do mercado e assim, construir uma outra forma de hegemonia na educação. Para Santos o educar deve significar despertar a consciência crítica, buscar o sentido da existência pessoal e coletiva, a busca e a construção da liberdade por meio de ações que tragam o olhar para o sentido histórico das lutas de classes dentro desta sociedade capitalista neoliberal, defendendo a igualdade e evitando ser escravizado pelo niilismo pós-moderno.

Enquanto a humanidade estiver inscrita no tempo histórico da divisão social do trabalho e da desigualdade, as categorias e conceitos fundamentais do autor nos ajudarão a compreender e a recuperar a ação pedagógica anticapitalista. Se pretendermos representar esta dimensão concisamente, podemos dizer: uma escola que ensine e que, acima de tudo, eduque (Santos, 2010. Pg.17).

A escola deve buscar assumir sua posição crítica da sociedade detentora do poder hegemônico. Ao educador cabe rever suas posições, entender seu pertencimento de classe e revelar aquilo que não seja certo na sociedade que cultiva a desumanização. “Que o aluno tenha uma escola que lhe permita compreender o trabalho estável e digno como direito, ao contrário do que a ideologia dominante propaga” (Santos, 2010).

2.3 – Neoliberalismo e a Gestão do Sofrimento

O neoliberalismo se ancora na competitividade e no individualismo, que muitas vezes desencadeia resultados de uma pressão psicológica contínua, levando ao adoecimento do indivíduo. Uma das consequências do sofrimento psíquico seria o gerenciamento dos resultados inevitáveis que os valores do mercado permeiam no cotidiano de todos os aspectos da vida, incluindo a educação e os trabalhadores deste setor.

Para Safatle (2021,pg.14), a discordância não deve ser usada como uma forma de embate sobre visões distintas dos detentores do poder hegemônico que buscam inserir suas visões sobre as estruturas da educação macroeconômicas distintas e suas obrigações. O embate a ser travado não deve ser simplesmente entre maturidade psicológica e conformismo exacerbado. Por isso, o embate deve romper com os debates de apenas uma expressão patológica da irracionalidade; a construção da criticidade deve ser buscada dentro dos embates psicológicos do mercado neoliberal.

Ao relacionar essa discussão com a austeridade, Safatle indica que:O uso cada vez mais extenso do termo aparece apenas com a hegemonia neoliberal, mesmo que as políticas de controle de gastos do Estado encontrassem suas bases em John Locke, Adam Smith e David Hume. Mas a nomeação de tais políticas como “austeridade” era um fato a ser sublinhado. Pois ela explicitava como valores morais eram mobilizados para justificar a racionalidade de processos de intervenção social e econômica. Note-se que ser contra a austeridade é, inicialmente, uma falta moral, um desrespeito ao trabalho de terceiros, além de uma incapacidade infantil de retenção e poupança. Criticar a austeridade é assim colocar-se fora da possibilidade de ser reconhecido como sujeito moral autônomo e responsável. Da mesma forma, era moral a defesa de que os indivíduos deveriam parar de procurar “proteção” nos braços paternos do Estado-providência a fim de assumir a “responsabilidade” por suas próprias vidas, aprendendo assim a lidar com o mundo adulto de uma “sociedade de risco” (embora nunca tenha realmente ficado claro se os riscos afinal eram para todos). (Safatle, 2021, pg. 15)

Safatle (2021) nos fala que quando Stuart Mill afirmou, no final do século XIX, que a economia política era “a ciência que trata da produção e distribuição da riqueza na medida em que elas dependam das leis da natureza humana’ ou ainda “a ciência relacionada às leis morais ou psicológicas da produção e distribuição da riqueza” (Mill, 1973, p. 303), ele buscou as referências das leis dentro de uma moral psicológica em que fosse suficiente para se referir sobre a construção da racionalidade, buscando um pretenso objetivo de hegemonia, construído

dentro do pensamento neoliberal do mercado. Com isso, a busca pela redução da estrutura da motivação humana implementou o desejo pela hegemonia do poder, se tornando algo abstrato útil, e não mais necessitando de uma explicação sobre os desejos humanos.

Pois podemos nos perguntar sobre o quanto essa autonomia do discurso econômico em relação à política é ela mesma a mais clara expressão de uma decisão política violenta. A autonomia da economia, sua posição de discurso de poder ilimitado na definição das orientações de gestão social, caminha juntamente com a legitimação cada vez mais clara de suas injunções como uma psicologia moral, ou seja, como um discurso no qual se articulam injunções morais e pressuposições a respeito de desenvolvimento e maturação. A tese a ser defendida aqui é que o uso reiterado de tal estratégia cresce com a hegemonia do neoliberalismo. (Safatle, 2021, pg. 17)

A busca da transformação da escassez em um conteúdo evidente só pode ser para a produção da absorção de parte da sociedade pelo discurso econômico, da força que busca subjuglar dentro da crença na vulnerabilidade da vida; uma forma de dominação hegemônica da fragilidade constituída. Crença que é peça fundamental para certa moral e uma circulação de fatos fundados no medo, capaz de motivar a ação em direção ao trabalho compulsivo.

Vale a pena ainda salientar como essa psicologização muito específica do campo econômico tendo em vista a eliminação da possibilidade de contestação política a respeito de sua “racionalidade” não deixa de ter, por sua vez, uma espécie de efeito reverso. (Safatle, 2021, pg, 18)

Para Safatle, é notória a percepção de que a cada geração existem as mais evidentes lutas políticas que tendem a não ser mais descritas como em termos anteriormente construídos, para delimitar os rumos dos debates políticos, equidade etc. Foram termos deixados de lado ao longo dos tempos para a insurgência de um novo formato de construção e debate político, sendo o ressentimento a tomada de lugar nesta construção social e política.

Assim, suas falas são feitas para serem lidas não como confrontações políticas a respeito da vida em sociedade, mas como “ofensas”, como “desrespeito”; suas promessas são permeadas por exortações ao “cuidado”, ao “amparo”. Como sabemos, falas constituem seus ouvintes. Um discurso construído como “ofensivo” visa produzir um sujeito que reagirá como “ofendido”. A fala ofensiva é astuta. Ela procura, inicialmente, quebrar uma espécie de solidariedade genérica diante de uma injustiça feita não apenas contra um, mas contra todos ou, antes, contra todos através de um. A fala ofensiva visa quebrar a emergência da reação de “todos”, pois ela singulariza, ela ofende um, ela escarnece um. Não falamos: “Você ofendeu a sociedade brasileira em mim”.

Antes, dizemos: “Você me ofendeu”. O problema parece algo entre “você” e “ela/e”. O problema não parece mais político, mas de respeito à integridade psicológica (Safatle, 2021. pg. 18).

Safatle (2021) propõe que para repensar as relações familiares com base em um modelo de reciprocidade pode ser uma maneira eficaz de superar os impasses dos conflitos sociais. Dessa forma, a transferência da lógica doméstica, baseada em relações familiares, para as complexas dinâmicas econômicas e sociais não se limita a criar ilusões ideológicas que validam os modos de produção e circulação de riquezas. Em vez disso, revela como essas relações sustentam os mecanismos de dominação e hegemonia característicos do mercado neoliberal.

Capítulo III - O Município de Piraí e a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ)

Neste capítulo iremos tratar um pouco da história da cidade de Piraí, escolhida para a pesquisa. Mais à frente teremos a análise dos decretos, resoluções, circulares internas e documentos pesquisados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro dentro do poder executivo. Estes documentos serão analisados para nos dar uma noção da produção das políticas públicas adotadas pelo Estado do Rio de Janeiro e pela Secretaria de Educação.

O Município de Piraí, localizado no Estado do Rio de Janeiro, tem se destacado nos últimos anos por suas iniciativas em educação como Programa “Piraí Digital” (que será melhor detalhado mais a frente) e o Projeto UCA⁷, entre outras iniciativas. Em um contexto de desafios complexos e inesperados impostos pela pandemia de COVID-19, iremos observar como o município de Piraí e a SEEDUC-RJ buscaram soluções conjuntas para a continuidade das atividades escolares, como foram enfrentados as questões de infraestrutura, do acesso digital, assim como as implicações para o trabalho docente durante este período. Examinando as ações promovidas pelas escolas Estaduais em Piraí e pela SEEDUC-RJ, suas estratégias, os impactos

⁷ O Projeto Um Computador por Aluno (UCA) foi implantado com o objetivo de intensificar as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) nas escolas, por meio da distribuição de computadores portáteis aos alunos da rede pública de ensino. Foi um projeto que complementou as ações do MEC referentes a tecnologias na educação, em especial os laboratórios de informática, produção e disponibilização de objetivos educacionais na internet dentro do ProInfo Integrado que promove o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino fundamental e médio.

para a comunidade escolar além das lições que essas iniciativas trazem para o a Educação Pública no Estado do Rio de Janeiro'.

Em relação à história de Piraí, podemos destacar que a cidade faz parte da região do Vale do Médio Paraíba, em que foi por um período habitada pelos indígenas Puris e Coroados. Com o crescimento e a ocupação pelos brancos, estas tribos foram desaparecendo, delas restando apenas vestígios e muitos nomes de rios e localidades, a começar pelo nome de Piraí, cujo significado em tupi é Rio de Peixes.

Dentro da história de Piraí encontramos muitos elementos religiosos, pois pela tradição da época, os povoados surgiam oficialmente a partir da construção de uma pequena capela em 1772, que foi construída próxima ao rio, que foi dedicada a Sant'Ana, e assim nascia a freguesia Sant'Ana do Piraí.

Ao que tudo indica a antiga capela foi construída onde hoje se encontra a Praça Domingos Mariano, conhecida também como Praça do Coreto. Para que a Freguesia de Santana do Piraí fosse elevada a vila e o seu consequente desmembramento de São João do Príncipe (São João Marcos cidade hoje extinta), foi promulgada pelo imperador D. Pedro II a Lei nº 96, de 6 de dezembro de 1837. Para dar suporte às suas necessidades, essa mesma Lei determinou a construção e a instalação de mobiliário em um prédio que abrigasse as atividades da Casa da Câmara, Júri e Cadeia. Prédio este que hoje abriga a prefeitura. E somente no dia 17 de outubro de 1874 foi concedido o título de cidade a Piraí. Marcada pela passagem de grandes momentos da história econômica do Brasil, a cidade de Santana do Piraí passou a denominar-se apenas Piraí através de um decreto estadual de 3 de junho de 1892 (IBGE, 1948, p.8)

Hoje temos uma cidade que o poder público diz ser 100% conectada, na qual a internet banda larga é disponibilizada aos moradores através de terminais de acesso público em cada bairro e, ao mesmo tempo, integra escolas, telecentros, empresas e toda administração municipal. Temos o desenvolvimento da “Piraí Digital”, um projeto para a construção e democratização do acesso à internet, informação e ao conhecimento global do mundo, buscando a universalização da internet e da disseminação da cultura digital, tanto para as áreas de governo, quanto para empresas e para a população em geral. Tendo como base tecnológica a infraestrutura pública de comunicação SHSW (Sistema Híbrido com Suporte Wireless), com cobertura em toda a cidade, o projeto foi inaugurado em fevereiro de 2004.

Segundo o Secretário Especial de Ciência e Tecnologia da Cidade do Rio de Janeiro, Franklin Dias Coelho, que na época coordenou o Piraí Digital, o projeto colocou Piraí no mapa das cidades inteligentes do Brasil e hoje serve de referência para o Programa Nacional de Cidades Digitais do Governo Federal. “Toda legislação municipal de rede, voz e imagem teve início em Piraí, uma marca de inovação para as políticas públicas de todo país”, destacou. Desenhado de forma integrada, o Piraí Digital possui quatro áreas de atuação: governo (.gov), educação (.edu), comunidades (.org) e empresas (.com). O .gov trabalhou o desenvolvimento do e-governo e da governança eletrônica. O .edu constituiu uma mudança de paradigma educacional, adequando os parâmetros curriculares atuais. O .org implantou telecentros, que oferecem serviços e cursos gratuitos para a comunidade. E o .com disponibilizou o acesso à internet para a população a custo baixo (<https://www.pirai.rj.gov.br/noticias/pirai-digital>).

O desenvolvimento do projeto de “Piraí digital” irá completar 10 anos, tornando-a uma cidade que oportuniza o acesso à internet de forma democrática para toda a sociedade local.

Piraí tem 30 bairros com internet gratuita, onde o cidadão só fica responsável em comprar um kit de acesso (antena e roteador) e, posteriormente, fazer um cadastro na secretaria. Tem alguns bairros que financeiramente não interessam os provedores privados de internet, como é o caso do bairro Vista Alegre, que fica às margens da Rodovia Presidente Dutra. A prefeitura voltou com sinal de internet, que é um bairro que não interessa a nenhum provedor entrar lá porque financeiramente não é viável. Se não é a prefeitura levar esse tipo de serviço, até hoje os moradores estariam ilhados”, avalia, Osni. Acessar a internet gratuita nas praças de Piraí ficou mais seguro. Isso porque a Secretaria de Ciência e Tecnologia fortaleceu a conexão com um cadastro de autenticação de usuários da rede. O Secretário Osni Silva explica: “O sinal continua liberado, mas agora para ter acesso é preciso fazer um cadastro muito simples. Não obtemos nenhum tipo de informação pessoal, apenas fica registrado quem estava utilizando a rede em um determinado momento.” O procedimento vai ao encontro das leis de acesso à internet e facilita a identificação de usuários em casos de crimes virtuais. O cadastro é bem fácil e é feito pelo próprio usuário: ao acessar a rede gratuita nas praças da cidade, uma caixa de diálogo aparece dando a opção de login, cadastrando a rede social ou um e-mail e senha de preferência da pessoa. Esse processo de autenticação é realizado apenas uma vez, depois o aparelho conectado é identificado automaticamente. O acesso à rede do Piraí Digital nos bairros continua da mesma maneira: o interessado ou interessada deve se dirigir à Secretaria de Ciência e Tecnologia para fazer o cadastro individual com senha”. (<https://www.pirai.rj.gov.br/noticias/pirai-digital>).

Em nossa investigação de como as escolas estaduais localizadas dentro desta cidade se comportaram durante a pandemia da Covid-19 em relação ao trabalho do professor de forma on-line. Nos levou a perceber que aquela promessa de cidade digital não se concluiu e não se

efetivou, pois dentro da própria cidade existem varias operadoras que disponibilizam a serviço de internet (Tapi)⁸com custos variados para seus moradores.

Na busca de um material mais robusto, que pudesse nos contar um pouco mais sobre a construção da cidade de Piraí como referência em Cidade Digital, esse processo se mostrou um árduo trabalho, pois o material encontrado não retratava bem o processo da construção do Piraí digital. O local onde esses documentos/registros se encontram é um pequeno espaço físico com apenas um funcionário e pouca tecnologia/recurso para assegurar que esses materiais não se percam pela ação do tempo. Porém mesmo com total apoio do funcionário responsável pelo arquivo da história da cidade, não encontrou muito material que constasse a fundo a construção da Piraí Digital. Também não sendo encontrado matérias da época da fundação do Piraí digital e nem estudos posteriores a sua criação que tenham aprofundado a implementação da Piraí Digital na Cidade.

3.1 – Implementação do Projeto Piraí Digital: Desafios e Impactos na Educação

A implementação do projeto Piraí Digital, idealizado pelo então prefeito a época Luiz Fernando de Souza⁹, mais conhecido como Pezão, buscou inovar e transformar a cidade de Piraí, no estado do Rio de Janeiro, em um polo de tecnologia e modernização. Que foi entrevistado para este trabalho¹⁰ para que possa nos mostrar mais claramente como surgiu o Piraí Digital e como foi explora os desafios enfrentados, os passos tomados e os impactos observados na educação e na administração pública decorrentes dessa iniciativa.

A fala de Pezão sobre o projeto Piraí Digital e sua tentativa de modernizar a cidade de Piraí através da inovação tecnológica nos revela uma abordagem pragmática em meio ao

⁸ Tapi: operadora de internet privada.

⁹ Luís Fernando Angelo Pezão: 10.º Prefeito de Piraí - Eleito(a) - Período 1º de janeiro de 2025 - a assumir 62.º Governador do Rio de Janeiro - Período - 4 de abril de 2014 até 1º de janeiro de 2019 - (2 mandatos consecutivos) - Vice-governador Cargo Vago (2014-2015) 19.º Vice-governador do Rio de Janeiro - Período - 1º de janeiro de 2007 até 3 de abril de 2014 - (2 mandatos consecutivos). 1.º Secretário Estadual de Infraestrutura e Obras do Rio de Janeiro - Período - 1º de janeiro de 2007 até 12 de setembro de 2011. 6.º Prefeito de Piraí: Período - 1º de janeiro de 1997 até 1º de janeiro de 2005 - (2 mandatos consecutivos). Vereador de Piraí: Período 1º- 1º de janeiro de 1983 até 1º de janeiro de 1989 (2 mandatos consecutivos), 2º- 1º de janeiro de 1993 até 1º de janeiro de 1997. Subsecretário Estadual de Governo e Coordenação do Rio de Janeiro - Período: 1º de janeiro de 2005 até 19 de março de 2006, Governadora Rosinha Garotinho. Secretário Estadual de Governo e Coordenação do Rio de Janeiro. Período - 19 de março de 2006 até 1º de janeiro de 2007, Governadora Rosinha GarotinhoInserir um nota de rodapé dizendo que Pezão também foi governador do Estado do RJ e reeleito, em 2024, para a prefeitura de Piraí.

¹⁰ Entrevista com o Ex-Governador do Rio de Janeiro: Luis Fernando Angelo Pezão em Aneio I.

contexto de crise econômica e social vivida pela cidade de Piraí à época da implantação. Em 1997, Piraí enfrentava uma severa recessão devido à privatização de grandes estatais, e o desemprego atingia altos níveis. Diante dessa realidade, Pezão se prontifica a ser como um agente da transformação, buscando destacar a tecnologia como a solução para reverter e revitalizar a economia local e melhorar a educação e os postos de trabalho para a sociedade piraiense. O reconhecimento do projeto como uma das “sete cidades inteligentes do mundo” se refletiu como um sucesso inicial dessa estratégia, mas escondeu os desafios subjacentes enfrentados ao longo do tempo pelo projeto e por sua continuidade.

Trazemos aqui alguns trechos da entrevista realizada com Luiz Fernando Pezão sobre a implantação do Programa Piraí Digital:

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Ganhamos um prêmio. Eu, antes, quando eu entrei em 1997, teve um seminário para prefeitos eleitos, que foi lá em Itaipava, na escola de políticas públicas. Tinha o Tito Ryff, era uma coisa meio do Brizola, os secretários de Brizola organizando. Luiz Alfredo Salomão, Peregrino, Fernando Peregrino. E foram cinco dias de palestras para os prefeitos eleitos. E eu fiquei muito impressionado com tudo, o nível das apresentações, eram bons professores, bons secretários. E eu fiquei muito, assim, impactado com o que eu ouvi sobre a internet, isso eu estou falando de 1997, são 27 anos atrás. E eu falei assim, essa vai ser uma saída para o meu município, porque eu peguei o município em crise, muito desemprego. Tinha a Light. (Entrevista com Luis Fernando Ângelo Pezão,2024)

Em 1997, Piraí enfrentava uma crise severa com altos níveis de desemprego devido às demissões massivas de grandes empregadores como a Light e a CSN, no contexto da privatização de estatais durante o governo de Itamar Franco e início do governo de Fernando Henrique Cardoso. A infraestrutura tecnológica da cidade era precária, com a prefeitura possuindo apenas uma linha telefônica, e a Câmara Municipal, duas. Durante a entrevista, Pezão afirmou que participou de um seminário para prefeitos eleitos em 1997, organizado por secretários do governo Leonel Brizola, onde foi impactado pela importância da internet e das tecnologias digitais. Destacou que este evento plantou a semente para a futura criação do Piraí Digital” e a partir daí iniciaram-se parcerias com a Universidade de Brasília (UNB) para capacitar funcionários da prefeitura em tecnologia. Professores e especialistas foram convidados para desenvolver e implementar o projeto, trazendo conhecimentos de outras instituições renomadas, como a UFF e a UFRJ.

No entanto, quando contrastamos a visão otimista de Pezão em sua entrevista com a crítica de Antunes sobre a precarização das condições de trabalho e o crescimento das desigualdades sociais durante a pandemia, encontramos tensões importantes onde Antunes argumenta que a pandemia não veio apenas expor as fragilidades do sistema capitalista, porém se intensificou a exploração dos trabalhadores, especialmente aqueles em condições de vulnerabilidade, como os de aplicativos e setores essenciais. Nesse sentido, enquanto Pezão celebra a tecnologia como um impulsionador do progresso em Piraí, Antunes ressalta que a modernização tecnológica, sem políticas sociais sólidas e a proteção ao trabalhador, poderá levar à precarização, especialmente em momentos de crise global.

A visão de Pezão sobre a necessidade de “capacitação continuada” dos professores e a integração equilibrada entre a tecnologia e a pedagogia na educação também merece atenção tendo em vista sua importância para a economia da cidade. Ele demonstra que a sustentabilidade de projetos educacionais depende principalmente da “qualificação” dos docentes e da combinação entre os métodos tradicionais e digitais dentro de um olhar pedagógico. Essa percepção vem sendo alinhada com a proposta de que a tecnologia venha a ser um potencializar do aprendizado dos alunos. Porém, somente se houver suporte adequado aos professores, esses objetivos serão alcançados. Antunes, demonstra em seus estudos como a fala do nosso entrevistado é complexa e difícil de se realizar pois Antunes, argumenta que a implementação do trabalho remoto, acelerado pela pandemia da Covid-19, colocou muitos trabalhadores dentro de uma flexibilidade excessiva do trabalho, e a ausência das garantias trabalhistas levou à precarização. Isso nos faz pensar sobre as questões de sustentabilidade das políticas públicas educacionais que são baseadas em tecnologia. Será que os professores serão formados de maneira continuada e adequada para lidarem com esse novo formato de educação?

Ainda na entrevista, Pezão destacou:

Luiz Fernando de Souza, Pezão: E fui, a gente começou a capacitar e vendo o que a gente podia fazer. Quando eu peguei e trouxe à UFF um professor, que é o Franco, casado com a Maria Helena, que era da UNB e depois veio para a UFRJ, e nós começamos a desenvolver o Piraí Digital. E aí eu me encontrei com o Luiz Carlos, Luiz Fernandes da Tarrô, que foi o dono do Banco Pactual, que estava começando a investir em tecnologia numa fábrica de fazer rádios, uma parceria com Israel. E aí começamos, a gente foi muito audacioso. Com os projetos que nós tínhamos, quando eu estava muito preocupado com o desemprego, a gente fez muito cooperativismo, fiz muita atração de empresas, briguei com a Light pelas terras, consegui fazer aqueles galpões no início, mostrando... (Entrevista com Luis Fernando Ângelo Pezão,2024)

O projeto Piraí Digital ganhou um prêmio do BNDES de Gestão Pública e Cidadania, juntamente com a Fundação Ford, o que trouxe recursos financeiros significativos. Com esse apoio, foi desenvolvido um plano diretor de informática que visava modernizar a administração tributária e levar internet a todo o município, incluindo áreas rurais.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Isso, da entrada toda, fizemos três distritos industriais, e começou a crescer e tivemos a sorte de trazer a Sintra. E tinha um português que trabalhava na Sintra que era muito bom em tecnologia. Aí ele também entrou, Seu Sintra me emprestou e apoiou o projeto. Começou a apoiar, ele foi dando dicas e tudo. E a gente teve a audácia de levar a internet a todo o município, em área rural, tudo. Eu estou falando de 2002, 2003. Então foi uma audácia muito grande, ganhei um prêmio do BNDES, de Gestão Pública e Cidadania junto com a Fundação Ford, que era um prêmio nacional, e tinha um prêmio em dinheiro. Aí eles pegaram, além do prêmio em dinheiro, que nós aplicamos nas cooperativas e tudo, eles falaram assim: "ó, bola um projeto que você queira que o BNDES vai apoiar". Aí eu peguei, vamos entrar numa outra parte que é muito interessante, aí falei tá, desenvolvi o projeto, mostrei o projeto, eles falaram: "pô, Pezão, nós pedimos para você trazer um fusquinha, você trouxe uma Ferrari, isso aí não dá para a gente financiar". Falei, então eu brinquei com eles, botei meu projeto debaixo do braço, falei: "vou correr atrás da minha Ferrari, que fusquinha eu não quero, não". E assim foi feito. Aí nós tínhamos feito um plano diretor de informática muito bem elaborado. Eu peguei e voltei ao BNDES com o PMAT, que era um Programa de Modernização de Administração Tributária, que contemplava, depois que eu fui ver, levei todo o meu plano diretor de informática. Fui ao BNDES com esse programa de modernização de administração tributária. E que era, eu fui ver a filosofia dele, era mais para preparar as prefeituras para ter uma máquina de arrecadação melhor. Aí eu peguei, mostrei para eles, só que o diretor era o Paulo Hartung, que era governador, depois virou governador do Espírito Santo. Tinha sido prefeito de Vitória e estava ali como diretor da área social. E isso depois a gente acabou sendo governador juntos, viramos amigo e tudo, eu mostrei: "Paulo, isso é um absurdo, a minha cidade que sofreu os impactos da privatização. Eu tenho aqui, fiz um esforço danado de ter um plano diretor de informática, era um calhambeço desse tamanho assim desse plano, que contemplava o município inteiro internet, e só contempla cidades de 500 mil habitantes, porra, é uma discriminação. A maioria das cidades brasileiras tem menos de 50 mil, quase dois terços das cidades têm menos de 50 mil habitantes. Aí vocês só estão complementando, vocês estão contemplando as grandes capitais". Aí ele virou e falou: "porra, você está certo, Pezão, mas isso aqui é uma resolução do senado. O que eu posso fazer com você é ir com você aos senadores e mostrar". Aí nós conseguimos excepcionalizar para todos os municípios brasileiros. E ali deu dinheiro, porque além de eu ter modernizado a fazenda, nós mostramos que com a mesma rede que era, que tinha filosofia de cobrar o cidadão, de modernizar a máquina tributária, poderia também estar na saúde, estar na educação, tudo, fazer educação tributária. Aí a gente saiu mostrando isso e foi um... aí vira um case, que a gente teve o dinheiro do BNDES, acabou finalmente tendo, mesmo sendo empréstimo, mas era um juro muito subsidiado que nós pagamos. Fizemos uma rede inteligente. Então, Piraí Digital surge disso, que chega, a gente culmina em 2004/2005, mais ou menos,

a gente disputando as sete cidades inteligentes do mundo, em Nova Iorque, com Chicago, com Toronto, com Sid Moulineux da França, com Itaya do Japão, com Shanghai, Singapura. Eram grandes projetos de bilhões de dólares e o nosso tinha custado, não tinha custado 3 milhões de reais e a gente... (Entrevista com Luis Fernando Ângelo Pezão,2024)

Um outro ponto de contraste entre o que traz o entrevistado Pezão e a abordagem crítica do Autor Antunes é o impacto da crise sanitária. Pezão reconhece que a pandemia de Covid-19 colocou em evidência a falta do acesso à educação digital em áreas rurais e urbanas periféricas, especialmente devido à falta de continuidade na capacitação docente e ao desinteresse de novas gestões nas políticas educacionais. Porém, o ex-prefeito de Piraí observa que esta falha como produção das políticas públicas educacionais mal assessoradas pela gestão da Secretaria. O nosso autor Antunes, por sua vez, vem adotar uma perspectiva mais profunda, em que critica a forma como o capitalismo buscou priorizar a economia, deixando, assim, em segundo plano, a saúde pública, e o aprendizado dos discentes, colocando os trabalhadores e as comunidades vulneráveis a maiores riscos durante a pandemia Covid-19. Esta diferença de foco nos revela a divergência entre um gestor local, voltado para a implementação de projetos específicos, e um crítico sistêmico, que buscar examinar as contradições inerentes ao capitalismo nacional e global.

A questão das políticas públicas sustentáveis, levantadas pelo entrevistado Pezão, também encontra espaço na crítica de nosso autor Antunes. Pezão tenta defender a continuidade das políticas públicas de inovação e tecnologia independentemente das mudanças de governos, argumentando que o sucesso de iniciativas como o Piraí Digital depende de um compromisso de longo prazo. Antunes, no entanto, em sua produção teórica questiona a capacidade do capitalismo de sustentar essas iniciativas sem sacrificar os direitos dos trabalhadores. Para ele, o modelo econômico recente, que se afirmar na maximização do lucro, é incapaz de priorizar a vida e o bem-estar social. Na visão de Antunes, sugere-se que projetos como o de Piraí sejam verdadeiramente sustentáveis, e é necessário repensar as relações de trabalho e o modelo econômico como um todo.

Petrúcio: Não deram continuidade. Pezão: Sim, porque eu mesmo estou no estado, mas eu entro aqui em 2010. Nós recebemos treinamentos, recebemos até os computadores do mesmo modelo da prefeitura, vindo pela prefeitura, mas não foi à frente, não deu seguimento.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Eu acho assim, eu sei que tem muita discussão hoje em dia se a criança deve ter ou não na sala de aula.

Petrúcio: É, hoje começa a surgir essa interrogação?

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Mas eu acho também que você não ter uma aula hoje com tecnologia, com tudo que a tecnologia traz, é difícil também você motivar um aluno a ficar pregado com o olho lá vendo o giz. Se você tem uma aula de geografia e história, acho eu, não sou educador, mas o que eu acho, você tem uma aula de geografia e história numa lousa inteligente, onde você vê um corpo humano, de biologia, você vê os museus no mundo inteiro, você viaja pelos museus. É uma aula muito mais motivadora. Petrúcio: É, se torna mais atrativa. Luiz Fernando de Souza, Pezão: Eu acho, não sei. (Entrevista com Luis Fernando Ângelo,2024).

Vale destacar na entrevista realizada as impressões do gestor público sobre a descontinuidade do projeto Piraí Digital no âmbito das escolas e a falta de “capacitação” dos professores: Apesar dos avanços, a continuidade do projeto sofreu com mudanças nas gestões posteriores. A falta de capacitação contínua dos professores e o desinteresse de novas administrações prejudicaram a manutenção e o desenvolvimento do Piraí Digital. Além disso, a pandemia de Covid-19 expôs deficiências no acesso à educação digital, especialmente em áreas rurais. Um dos principais desafios identificados é a necessidade de capacitação contínua dos professores. Investir na formação e motivação dos docentes é crucial para a sustentabilidade de qualquer projeto educacional baseado em tecnologia. A integração da tecnologia na educação deve ser equilibrada, combinando métodos tradicionais com ferramentas digitais para garantir um aprendizado eficaz. A dosagem correta entre o uso de tecnologia e práticas tradicionais de ensino é essencial para evitar problemas de letramento e escrita entre os alunos

Por fim, o entrevistado Pezão destaca as mudanças positivas que houve na educação em Piraí, como a redução da evasão escolar e o aumento da motivação dos alunos com a introdução de novas tecnologias no dia a dia da escola. Porém, o autor Antunes e outros críticos nos alertam que, sem a devida valorização dos trabalhadores da educação, essas inovações correm o risco de serem superficiais e temporárias, não alcançando todo o seu potencial desejado. Logo, a pandemia demonstrou que a tecnologia, embora útil, jamais poderá substituir a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura social, formação continuada dos docentes e políticas públicas de inclusão.

As dificuldades para a realização do Programa nas escolas também foram reconhecidas pelo entrevistado Pezão, ainda que sob a perspectiva de um gestor público que tem interesses diversos. Com a sua visão destacou a necessidade da continuidade das políticas na educação:

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Ainda teve um pouco assim no Luiz Antônio de robótica, uma coisa, assim, que evoluiu um pouco.

Petrúcio: Sim, mas não alcançavam muitos alunos. Eram aqueles alunos específicos que se matriculavam.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Não era uma coisa estendida a toda a rede, como se fosse uma base curricular do município.

Petrúcio: Então era um grupo restrito e privilegiado. Então você não atende a todos.

Luis Fernando de Souza, Pezão: Então, tipo assim, não houve um progresso maior referente ao Piraí Digital, como ele foi pensado, como ele foi concebido.

Petrúcio: Então, e durante a pandemia, a gente teve, como você mesmo falou, o pessoal lá de Fazenda da Gramá, da Serra, do Caiçara não conseguiu dar continuidade nos estudos, nós tivemos que ofertar com eles apostilas para que eles pudessem dar a continuidade nos seus estudos, porque eles não conseguiam ter acesso.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Não, não é isso, não. Os resultados são muito aquém do que foi investido e tudo. (Entrevista com Luis Fernando Ângelo Pezão, 2024).

Para que projetos como o Piraí Digital sejam sustentáveis, é necessário que políticas públicas sejam implementadas de forma contínua e consistente, independentemente das mudanças de governo. A criação de um ambiente propício para a inovação tecnológica na educação requer um compromisso de longo prazo com a modernização e o apoio contínuo ao desenvolvimento profissional dos educadores

Petrúcio: Quais seriam os desafios que você imagina pra essa parte?

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Não sei, eu acho que a gente tem que voltar e insistir de novo, né? Porque não dá hoje pra você também não ter o aluno com essa ferramenta na mão. Eu não sei se é um por aluno, ou se a gente faz mais laboratórios, universaliza o acesso para ele em espaços depois, num contraturno dele, mas tudo bate, e eu vejo essa carência hoje, e vejo muito grande no município, e tenho conversado com professores da rede inteira, é você capacitar os professores.

Petrúcio: Exatamente o que eu acho.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Investir na capacitação. Melhorar, assim, dar todo o apoio, toda a sustentação. Principalmente uma coisa que a gente teve aqui, que a gente perdeu. Piraí tinha um bom salário pro professor e hoje tá muito difícil você motivar o professor com esse salário que nós temos aí. Eu não sei o que é que tem que fazer. Estou estudando algumas coisas, conversando. Mas alguma coisa tem que ser feita, porque não adianta nada você só dar capacitação e também não dar condições de trabalho. (Entrevista com Luis Fernando Ângelo Pezão, 2024).

Em suma, a análise comparativa entre as falas do entrevistado Pezão e as críticas de nosso autor Antunes destaca uma tensão entre o otimismo tecnológico e a realidade da precarização laboral em tempos de crise. Pezão oferece um exemplo concreto de como a tecnologia pode transformar uma comunidade, mas os desafios apontados por nas críticas feitas por Antunes sublinham a necessidade de uma visão crítica e abrangente que considere as desigualdades sociais e a valorização do trabalho humano como centrais para o verdadeiro progresso social.

Outro autor vem trazer contribuições, Leher traz uma análise crítica e fundamentada sobre os impactos das políticas públicas educacionais no governo Bolsonaro, a fala do entrevistado Pezão, prefeito de Piraí, oferece uma reflexão sobre as implementações de políticas públicas de inovação tecnológica e seus desafios. Ambos os discursos trazem a importância das políticas públicas no fortalecimento ou enfraquecimento da educação, embora em contextos e temas diferentes.

Petrúcio: Agora, referente ao Piraí Digital, no período da pandemia, você soube, alguém comentou alguma coisa de como estava sendo feito, como está sendo falado esse período da Covid?

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Não. Só ouço hoje que os alunos ficaram muito abandonados. Petrúcio: Sim.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Só, a única coisa que eu ouço, eu vejo falar no atraso que está na formação deles. Vejo muitos pais reclamando.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: É isso que eu ouço. (Entrevista com Luis Fernando Ângelo Pezão, 2024).

Já a análise das falas do autor Frigotto (2015) e do entrevistado Pezão, quando colocadas em diálogo, nos revela uma compreensão profunda sobre a relação entre trabalho, educação e inovação tecnológica no Brasil. Ambos os autores Antunes, Frigotto, Leher entre outros, ainda que a partir de perspectivas diferentes, abordam a necessidade de repensar o papel da educação e do trabalho em um contexto social que não privilegia o capital e a exploração das classes trabalhadoras.

3.2 – Análise das medidas tomadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro

A análise do Decreto nº 46.973/2020¹¹ e da Leis nº 8768/2020¹² do Estado do Rio de Janeiro evidencia a busca por esforços governamentais para responder rapidamente à pandemia de Covid-19. Foi criado, então, o decreto, que logo foi promulgado pelo então governador Wilson Witzel, reconhecendo a situação de emergência em que se encontrava não apenas a cidade do Rio de Janeiro, mas todo o mundo. Ele estabeleceu medidas temporárias voltadas à contenção da crise sanitária, com foco na proteção da vida e da saúde pública contrário ao que era disseminado pelo Governo Federal de Bolsonaro. O objetivo foi a minimização dos impactos econômicos e sociais, especialmente sobre a educação e o trabalho dos servidores públicos.

O Trabalho Remoto para Servidores Públicos se tornou uma medida para reduzir o contágio. O decreto priorizou o regime de home office para os servidores públicos, resguardando a continuidade dos serviços administrativos de forma segura. A suspensão das atividades educacionais fora feita por 15 dias, o que acarretou na antecipação do recesso escolar para março de 2020, que seria inicialmente previsto para junho. Foi interrompido o passe livre para deslocamento dos alunos. Intensificou-se a necessidade de realizar as reuniões de maneira remota, para reforçar as medidas de distanciamento social. As medidas buscavam conter a disseminação do vírus, assegurando o funcionamento básico das estruturas governamentais e educacionais do estado do Rio de Janeiro.

A Lei nº 8768 veio para se concentrar no apoio financeiro às famílias dos estudantes da rede pública, lhes garantindo o mínimo de uma cesta básica por estudante durante o período de suspensão das aulas presenciais, pois muitos estudantes fazem uma das refeições diárias nas escolas, muitas vezes a única com o mínimo de qualidade nutricional. Essas medidas de bolsa-auxílio mostraram-se vitais para garantir a segurança alimentar de milhares de alunos e se estendendo aos seus familiares. Além dessas legislações, o governo estadual lançou novos

¹¹ **DECRETO N° 46.973, DE 16 DE MARÇO DE 2020.** Reconhece a situação de emergência na Saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19); e dá outras providências.

¹² **LEI N° 8.768, DE 23 DE MARÇO DE 2020.** Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder bolsa-auxílio para as famílias responsáveis por estudantes da rede pública de ensino, que tenham as aulas suspensas, por antecipação ou ampliação do recesso escolar, decorrentes de medida de contenção de epidemias virais, inclusive do CORONA VÍRUS - COVID-19.

decretos e leis ao longo do ano de 2020 e 2021 para enfrentar os desafios trazidos pela pandemia, com destaque para:

Decreto nº 47.105/2020: Determinou a abertura das escolas estaduais para garantir o fornecimento de merenda escolar, essencial para alunos em situação de vulnerabilidade.

Lei nº 9081/2020: Criou o programa "Células Motivadoras" para combater o abandono escolar, um problema crônico exacerbado pela pandemia, garantindo assim, o acompanhamento de alunos que vinham a ter um alto índice de faltas e buscando desenvolver projetos de reintegração escolar. Medidas de Reestruturação e Suporte Tecnológico: Em 2021, a Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) promulgou diversas resoluções para adaptar o sistema educacional à nova realidade do ensino on-line:

Resolução SEEDUC nº 5917/2021: Prorrogou a reestruturação do ensino médio e fundamental, ajustando a organização dos cursos para o cenário pós-pandêmico.

Resolução SEEDUC nº 5919/2021: Alterou o calendário escolar, adaptando-o à realidade de um ensino híbrido e remoto.

Resolução SEEDUC nº 6010/2021: Implementou uma indenização de R\$ 3.000 para despesas tecnológicas, ajudando professores a adquirirem equipamentos para o ensino remoto.

Deliberação CEE nº 394/2021: Por fim, a Deliberação CEE nº 394/2021, que regulamentou o Documento de Orientação Curricular para o Ensino Médio (DOC-RJ), fez uma mudança estrutural para o currículo do ensino médio, buscando focar no desenvolvimento integral dos alunos e na oferta de itinerários formativos que pudessem atender às demandas contemporâneas e profissionais dos discentes. Segundo o Conselho Estadual de Educação, essa reforma curricular visava preparar melhor os estudantes para o futuro em relação ao trabalho, respeitando as diversidades locais, como as realidades das comunidades indígenas e quilombolas. Porém, sendo deixado de lado a construção crítica dos nossos alunos.

Este conjunto de medidas propostas pelo governo do Rio de Janeiro, durante a pandemia, refletiu uma abordagem abrangente e adaptativa à situação que se encontrava todo o mundo em relação à Covid-19, porém não podemos deixar de observar o seu caráter oportunista para passar as medidas de mudança curricular sem um aprofundamento na discussão do tema com os mais interessados: alunos e professores. Desde o reconhecimento da emergência sanitária até a criação de suporte financeiro, foram tomadas as devidas medidas de contenção e reestruturação educacional. O combate ao abandono escolar se mostrou ineficiente, o governo demonstrou então sensibilidade às necessidades da população, buscando garantir não apenas a

saúde pública, mas também a continuidade da educação e a proteção social de alunos e profissionais. Essas ações, embora paliativas, criaram bases importantes para lidar com os desafios da pandemia, sendo utilizadas como pano de fundo para prepararem o terreno para a reforma curricular que seguiria nos anos subsequentes, aprofundando, assim, a precarização do trabalho docente e negando aos alunos uma educação construtiva do pensamento crítico.

Logo abaixo teremos uma tabela demonstrando como foram feitas as políticas públicas na educação com a criação de leis e decretos produzidos pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, ao longo do período mais crítico da pandemia da COVID-19

Decreto nº 46.973 de 16 de março de 2020
O Governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, promulgou o Decreto nº 46.973, em 16 de março de 2020, reconhecendo a situação de emergência na saúde pública devido à pandemia de Covid-19. Este decreto estabelece uma série de medidas temporárias para prevenir o contágio e enfrentar a emergência de saúde pública.
Medidas Principais
Trabalho Remoto para Servidores Públicos:
<ul style="list-style-type: none">- Os servidores públicos deverão exercer suas funções preferencialmente em regime de home office.- Autoridades superiores regulamentarão o trabalho remoto, garantindo a continuidade das atividades da administração pública.- Flexibilização da jornada e antecipação de férias podem ser concedidas.
Suspensão de Atividades:
<ul style="list-style-type: none">- Atividades educacionais nas redes pública e privada, incluindo ensino superior, foram suspensas por 15 dias. (Sendo aqui antecipado o recesso de junho de 2020, para março do mesmo ano).- Uso do passe livre de estudantes foi proibido por 15 dias.
Reuniões Administrativas:
<ul style="list-style-type: none">- Reuniões administrativas devem ocorrer preferencialmente de forma virtual.
Vigência:

- O decreto entrou em vigor na data de sua publicação e tem vigência limitada conforme os §§ 2º e 3º do artigo 1º, bem como do artigo 8º, da Lei Federal nº 13.979.

Lei nº 8768, de 23 de março de 2020

A Lei nº 8768 autoriza o Poder Executivo a conceder bolsa-auxílio para famílias de estudantes da rede pública de ensino que tiveram as aulas suspensas devido à pandemia. A bolsa-auxílio deve ter o valor mínimo de uma cesta básica por estudante e ser concedida enquanto durarem as medidas de contenção.

As medidas estabelecidas pelo Decreto nº 46.973 e as Leis nº 8767 e 8768 demonstram a resposta rápida que o Estado do Rio de Janeiro teve na condução à emergência de saúde pública causada pela pandemia de Covid-19. Estas ações buscavam reduzir o contágio, proteger a saúde pública e fornecer apoio econômico e social às famílias afetadas.

Medidas tomadas para o enfrentamento à pandemia de Covid-19 e iniciativas de prevenção ao abandono escolar no Estado do Rio de Janeiro foram fundamentais para a condução da ordem social dentro do Estado.

Em resposta à pandemia de Covid-19, o Estado do Rio de Janeiro implementou uma série de decretos e leis para diminuir os impactos da crise sanitária e poder assegurar a continuidade do ensino e aprendizado dos alunos da rede pública e privada.

Decreto nº 47.105, de 04 de junho de 2020

Em 4 de junho de 2020, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, promulgou o Decreto nº 47.105 em cumprimento de decisão judicial. Este decreto determinou a abertura das unidades escolares da rede pública estadual exclusivamente para fornecer merenda escolar durante a emergência sanitária da pandemia de Covid-19.

Principais Disposições

Abertura das Escolas:

- As unidades escolares da rede pública estadual devem abrir exclusivamente para o fornecimento de merenda escolar, conforme a decisão judicial.

<p>*Responsabilidade Administrativa*:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Secretário de Estado de Educação será responsável por disciplinar as providências administrativas e operacionais necessárias para cumprir a medida, incluindo as medidas sanitárias exigidas.
<p>*Validade do Decreto*:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O decreto permanece em vigor enquanto durar a decisão judicial mencionada.
<p>Lei nº 9081, de 10 de novembro de 2020</p>

O Decreto nº 47.105 acima, veio a determinar a abertura das escolas públicas estaduais para a oferta de merenda escolar, e juntamente com a Lei nº 9081 abaixo, institui o programa "Células Motivadoras" para combater o abandono escolar e, assim, diminuir os impactos negativos aprofundados pela Covid-19 na educação do Estado do Rio de Janeiro.

<p>A Lei nº 9081, sancionada em 10 de novembro de 2020, dispõe sobre o programa "Células Motivadoras" de prevenção e combate ao abandono escolar na rede pública do Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>Objetivos e Estrutura do Programa</p>
<p>*Objetivo Principal*:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prevenir e combater o abandono escolar, em conformidade com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e Adolescente.
<p>*Formação das Células Motivadoras*:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Núcleos compostos por professores, estudantes, membros da gestão escolar e do Conselho Tutelar. - Promover projetos interdisciplinares, palestras, debates e mobilizações educativas.
<p>*Identificação de Estudantes em Risco*:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudantes com 30% de faltas acima do limite permitido serão considerados em risco de abandono escolar. - Escolas devem acompanhar mensalmente e notificar o Conselho Tutelar sobre esses alunos.

<p>*Responsabilidades das Unidades Escolares*:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cada escola deve constituir sua "Célula Motivadora". - Reunir-se mensalmente para analisar a frequência escolar e planejar atividades de reintegração dos estudantes.
<p>*Notificação Personalizada*:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escolas devem notificar individualmente os alunos em risco de abandono e os profissionais da educação que interagem com eles. - A abordagem deve ser sigilosa e adequada ao caso concreto do aluno.
<p>*Comunicação com Pais ou Responsáveis*:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Direção escolar deve comunicar a ausência injustificada dos alunos conforme a Lei nº 7.614/2017.
<p>*Implementação e Custos*:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Poder Executivo disciplinará o detalhamento técnico para a implementação do programa. - As despesas decorrentes da execução da lei serão cobertas pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

As ações estabelecidas pelo Decreto nº 47.105 e pela Lei nº 9081 refletem a resposta rápida e adaptativa que o Estado do Rio de Janeiro teve durante a pandemia de Covid-19. Enquanto o decreto garante a segurança alimentar dos estudantes durante a crise sanitária, a lei visa combater o abandono escolar, garantindo a continuidade do aprendizado educacional e o suporte necessário para os alunos em risco. Essas medidas exemplificam a importância da colaboração entre as autoridades governamentais e a comunidade escolar para enfrentarem desafios emergenciais e assegurarem os direitos fundamentais dos estudantes a condições mínimas de aprendizado.

A pandemia de Covid-19 exigiu uma série de demandas excepcionais por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro para assegurar a continuidade do ensino e o suporte adequado aos profissionais da educação, na construção do aprendizado dos alunos. Estas Resoluções emitidas pela Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) em 2021, que abordam a reestruturação dos cursos, a alteração do calendário escolar e a concessão de indenização para despesas tecnológicas, foram medidas paliativas para compensar todas as demandas surgidas durante o primeiro ano da Covid-19.

Resolução Seeduc nº 5917, de 09 de março de 2021
Prorrogação da Reestruturação do Ensino Médio e Fundamental
Em 9 de março de 2021, o Secretário de Estado de Educação, Comte Bittencourt, prorrogou a Resolução Seeduc nº 5.856, de 31 de julho de 2020, que estabelecia parâmetros para a reestruturação da organização e oferta do Ensino Médio, Educação Infantil e os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental na rede pública estadual para o ano letivo de 2021.
Principais Disposições:
Prorrogação:
- A organização e oferta dos cursos mencionados foram prorrogadas para 2021.
Data de Vigência:
- A resolução entrou em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 8 de fevereiro de 2021.
Resolução Seeduc nº 5918, de 09 de março de 2021
Prorrogação da Reestruturação dos Cursos Técnicos
Também em 9 de março de 2021, a Seeduc prorrogou a Resolução Seeduc nº 5.857, de 31 de julho de 2020, referente à reestruturação dos cursos técnicos da educação profissional de nível médio para o ano letivo de 2021.
Principais Disposições:
Prorrogação:
- A reestruturação da organização e a oferta dos cursos técnicos foram prorrogadas para 2021.
Data de Vigência:
- A resolução entrou em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 8 de fevereiro de 2021.
Resolução Seeduc nº 5919, de 09 de março de 2021
Alteração do Calendário Escolar para 2021

A Seeduc alterou o calendário escolar para o ano letivo de 2021, conforme a Resolução Seeduc nº 5.904/2020, atendendo a uma Ação Civil Pública do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe).

Principais Disposições:

Encerramento do Ano Letivo:

- O ano letivo de 2021 nas unidades de Ensino Regular e de Educação de Jovens e Adultos será encerrado em 21 de dezembro de 2021.

Divulgação:

- O diretor da escola deve assegurar a ampla divulgação do calendário escolar junto à comunidade escolar.

Resolução Seeduc nº 6010, de 26 de novembro de 2021

Pagamento de Indenização de Despesas Tecnológicas

Para apoiar os profissionais da educação com despesas tecnológicas necessárias para o ensino remoto ou híbrido, a Seeduc regulamentou a concessão de uma cota de indenização de R\$ 3.000.

Principais Disposições:

Concessão da Cota:

- A concessão será efetuada em cota única, independentemente da quantidade de matrículas do servidor.

- Serão contemplados os servidores da carreira do magistério e outros servidores previstos na Lei nº 14.113/2020.

Aquisição de Equipamentos:

- Os servidores podem adquirir tablets, desktops ou notebooks conforme requisitos mínimos estabelecidos.

Comprovação de Compra:

- A aquisição e a comprovação da compra devem ocorrer no prazo de 60 dias, incluindo a apresentação de notas fiscais.

Período de Aquisição:

- Serão aceitos comprovantes de compras realizadas entre julho e dezembro de 2021.

Restituição em Caso de Não Aquisição:

- A falta de comprovação da compra resultará na necessidade de restituição do valor recebido.

As resoluções analisadas mostram as ações propostas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para criar condições em que o sistema educacional do Estado do Rio de Janeiro fosse capaz de se adaptar às circunstâncias impostas pela pandemia de Covid-19. Desde a prorrogação das diretrizes de reestruturação dos cursos até a concessão de recursos para despesas tecnológicas, as medidas paliativas construídas, visavam garantir a continuidade do ensino, bem como proporcionar um apoio mínimo aos profissionais da educação em um período de grandes desafios.

Porém, temos também neste período de 2021 mesmo com a pandemia da covid-19 ainda em curso, se deu a implementação das discussões sobre a mudança curricular para o ano de 2022.

E assim surge o projeto de reformulação do currículo do Ensino Médio do Estado do Rio de Janeiro. Discutindo-se, assim, as diretrizes para a implementação do Documento de Orientação Curricular do Estado do Rio de Janeiro para o Ensino Médio (DOC-RJ), estabelecidas pela Deliberação CEE nº 394, de 07 de dezembro de 2021. Tendo como foco os princípios e referências curriculares para que as instituições de educação básica do Estado do Rio de Janeiro possam se adequar às novas realidades dos educandos.

No que a Deliberação CEE nº 394, de 07 de dezembro de 2021, instituída pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, estabelece diretrizes para a implementação do Documento de Orientação Curricular do Estado do Rio de Janeiro - Ensino Médio (DOC-RJ). Este documento define os princípios e referências teóricos curriculares para as instituições de educação básica no estado do Rio de Janeiro.

Princípios Gerais

O artigo 1º da deliberação institui diretrizes para a implantação do DOC-RJ, definindo princípios e referências curriculares para as instituições de educação básica no estado. O artigo 2º integra esta deliberação à Deliberação CEE-RJ nº 373/2019, criando um continuum normativo para a organização do Sistema Estadual de Ensino. O Poder Público deve planejar e organizar espaços e tempos adequados às necessidades dos estudantes, garantindo liberdade e autonomia das unidades escolares (artigo 3º).

Autonomia das Unidades Escolares

As unidades escolares, públicas e privadas devem possibilitar a classificação e reclassificação dos estudantes, aproveitamento de estudos e certificação dos concluintes do Ensino Médio (artigo 4º). Além disso, devem aprimorar continuamente seus sistemas de avaliação, privilegiando a perspectiva formativa.

Ensino Médio

O (artigo 5º) define os princípios específicos do Ensino Médio, incluindo o desenvolvimento integral do estudante e a construção do projeto de vida. Os Projetos Político-Pedagógicos devem garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (artigo 6º).

Currículo e Articulação

O artigo 7º conceitua o currículo como um conjunto de experiências e saberes vivenciados na escola e fora dela. Deve ser garantida a articulação entre os itinerários formativos e a formação geral básica, oferecendo múltiplas trajetórias aos estudantes (artigo 8º). Nos currículos da Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo, devem ser considerados saberes relevantes às realidades dessas comunidades (artigo 9º).

Formação Geral Básica

A formação geral básica deve ser orientada pela BNCC, organizada a partir de áreas do conhecimento, como Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (artigo 11º). Deve contemplar estudos e práticas em diversas disciplinas, incluindo Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, História, Sociologia e Filosofia (artigo 12º).

Itinerários Formativos

Os itinerários formativos são conjuntos de unidades curriculares que permitem ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o mundo do trabalho (artigo 13º). Devem considerar demandas contemporâneas e interesses dos estudantes, organizando arranjos curriculares em áreas como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional (artigo 14º).

A Deliberação CEE nº 394/2021 estabelece um marco importante para a educação no estado do Rio de Janeiro, promovendo uma abordagem inclusiva, plural e democrática. As diretrizes visam garantir uma educação de qualidade, respeitando a diversidade e promovendo a autonomia das unidades escolares e dos profissionais da educação

Porém, não é isso que está oculto na reforma. Pois o que ela realmente visa é o aprofundamento da desigualdade, em que nem todos os Estados conseguiram construir um curriculo tão diverso, sem falar na precarização do trabalho docente que ira aumentar com esse novo formato de ensino.

As medidas tomadas pelo Governo durante a pandemia da covid-19, form medidas paliativas pelo momento que a saúde da população mundial passou, porém não se mostraram satisfatórias na perspectiva do aprendizado dos discentes

Capítulo IV - A precarização do trabalho docente durante a pandemia da Covid-19: impactos para a disciplina de Sociologia

Neste capitulo iremos abordar como a pandemia da COVID-19 trouxe uma série de desafios jamais imaginados para as instituições educacionais, mostrando os impactos que seriam diretamente associados às condições de trabalho dos docentes e assim, colocando em evidencia as fragilidades das práticas pedagógicas, principalmente diante dos imprevistos. Essa mudança abrupta do ensino presencial para o ensino remoto emergencial nos revelou que os problemas já existentes das instituições educacionais de nosso país foram acentuadas e jogadas ao olhar público. Esse cenário foi marcado pela falta de infraestrutura adequada para tal demanda, pela ausência de formação específica pelos docentes para o uso de tecnologias digitais e também com a intensificação desumana da carga horaria de trabalho dos professores, que se viram forçados a adaptar seus conteúdos e metodologias de ensino em um curto espaço de tempo para o cenário online. Com o intuito de obter mais clareza nesse trabalho, afunilamos nosso segmento de estudo e iremos nos ater de forma objetiva aos docentes da Disciplina de Sociologia que, em suas análises críticas da interação entre alunos e professor, possa nos demonstrar como se apresentaram e transcorreram as suas dificuldades mais significativas dentro deste novo formato de ensino. Trataremos aqui como este cenário de precarização do trabalho afetou o bem-estar dos docentes e também impactou em diversas camadas o processo de ensino-aprendizagem. Com este estudo iremos explorar os impactos da precarização do trabalho docente na disciplina de Sociologia durante a pandemia, destacando os desafios enfrentados e os efeitos na construção crítica de suas condições de trabalho.

A pandemia de Covid-19 trouxe profundas transformações e desafios para diversos setores, incluindo a educação. No caso da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro,

o impacto foi particularmente sentido pelos docentes, que enfrentaram uma série de dificuldades ligadas à saúde mental e às condições de trabalho dentro de suas casas. O ensino remoto implementado pelas políticas públicas, como medida emergencial para garantir a continuidade do aprendizado, revelou as profundas desigualdades estruturais existentes na rede estadual de educação, onde se sobrecarregou os docentes, que tiveram que se adaptar rapidamente às novas tecnologias, muitas vezes sem o suporte adequado das instituições governamentais. Logo, este texto irá abordar as condições de trabalho e saúde mental dos docentes durante esse período, destacando as implicações da precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre o bem-estar dos docentes.

4.1 - As condições de trabalho e de saúde e mental dos docentes na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro durante a Covid-19

A pandemia de Covid-19 trouxe mudanças drásticas para os diversos setores da sociedade, e a educação não ficou de fora, sendo particularmente afetada. Alburquerque (2020) relata que, em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) notificou uma epidemia de casos de síndrome respiratória aguda grave em Wuhan, China, que foi declarada uma emergência de saúde pública de importância internacional em janeiro de 2020. Aqui, no Brasil, a resposta da educação à pandemia foi marcada por uma série de medidas para tentar manter a continuidade do aprendizado de nossos alunos, especialmente nas escolas públicas. Porém, a transição para o ensino remoto apresentou grandes desafios que foram significativos para o desempenho de nossos alunos.

Albuquerque (2020) destaca a demora na resposta do Ministério da Educação (MEC) em relação ao que seria feito na educação brasileira durante a pandemia. No entanto, em abril de 2020 houve a autorização de substituição das aulas presenciais por atividades remotas, o que pegou a todos de surpresa e sem o preparo adequado. Essa decisão pode ter sido necessária, diante do cenário que se apresentava, mas revelou as desigualdades estruturais existentes dentro dos sistemas de educação, especialmente relacionadas ao acesso à tecnologia. Segundo o Observatório Social da Covid-19, 17 milhões de residências no Brasil não possuem acesso à internet, o que afeta sete milhões de estudantes, dos quais 95% estão matriculados em escolas públicas. Para Albuquerque (2020), essa falta de acesso à internet tornou evidente o

aprofundamento e a dificuldade de implementação do ensino remoto na educação pública do país, o que levou ao aprofundamento das desigualdades educacionais existentes no Brasil.

Além das desigualdades no acesso à tecnologia, Alburquerque (2020) discute os desafios enfrentados pelos docentes, que tiveram que adaptar-se ao ensino remoto sem o suporte necessário. O trabalho docente foi intensificado, com uma sobrecarga causada pela falta de infraestrutura, de formação adequada, e atrelado a isso a concomitância com os afazeres domésticos. Muitos docentes relataram problemas emocionais, como ansiedade e medo, diante das novas demandas trazidas pela pandemia. Além disso, o aprofundamento da precarização do trabalho docente se tornou outra questão central, com o aumento da contratação temporária e da flexibilização do vínculo de trabalho.

Indicamos, contudo, a importância de estudos futuros que possam apontar as diferenças nos impactos do trabalho remoto para o precariado professoral e para o professorado estável-formal, que identifique de que modo a precarização atinge os docentes em suas inúmeras determinações, visto que a categoria está longe de ser homogênea e, sim, é atravessada por diversas camadas, clivagens, que refletem em múltiplas dimensões da precarização do trabalho docente no Brasil (SILVA, 2020, p 602)

Leher (2022) vem aprofundar sua análise ao apontar que a pandemia serviu como um catalisador para a mercantilização da educação e reestruturação do capital. Ele argumenta que, durante a crise, o capital percebeu a oportunidade para sua reestruturação dentro do setor educacional, introduzindo suas plataformas digitais e modelos de ensino, que buscam subordinar o conhecimento e o trabalho docente aos interesses empresariais e comerciais. Porém, a inserção das plataformas tecnológicas, que muitas vezes são geridas por corporações mercantis, visa apenas a explorar o trabalho dos docentes e expropriar seu conhecimento, reduzindo o ensino a uma simples mercadoria.

A precarização do trabalho docente, foi intensificada durante a pandemia, como demonstra Leher (2022), em que milhares de professores foram demitidos e substituídos a uma educação baseada em plataformas de ensino a distância. Ele argumenta que a educação se tornou um nicho para a exploração capitalista, onde as corporações educacionais buscam lucrar com a privatização e mercantilização do ensino, e muitas vezes em detrimento da qualidade educacional e dos direitos trabalhistas dos docentes.

A pedagogia das corporações está inserida no âmbito da pedagogia baseada nas competências. Difunde ideologias como “competências socioemocionais afins à resiliência”, sempre balizada por um raso utilitarismo (se adaptar à ordem vigente, às formas de flexibilização laboral, à desregulamentação da legislação trabalhista, ao empreendedorismo que, na verdade, oculta a precarização do trabalho, à resolução de problemas simples do cotidiano) que em tudo são adaptativas à ordem do capital em seu contexto de crise estrutural (Leher, 2022, p 95)

A análise conjunta de Alburquerque (2020) e Leher (2022) sobre os caminhos da educação durante a pandemia da Covid-19 vem destacar a complexidade e os desafios enfrentados pela educação durante este período, bem como a influência das políticas públicas neoliberais e capitalistas sobre a precarização do trabalho docente e as desigualdades no acesso à educação de qualidade. Ambos os autores apontam para um cenário de crise que afeta tanto a qualidade da educação quanto as condições de trabalho dos docentes.

Diversos autores, como Lima (2021), Souza (2021) e Troitinho (2021), analisam como as medidas de distanciamento social, do ensino remoto emergencial, aprofundaram a precarização do trabalho docente, levando a um agravamento e crescimento das disparidades socioeconômicas e da saúde mental dos docentes, especialmente os da educação básica.

Nesse contexto, é provável que a classe dos professores brasileiros tenha sido diretamente afetada por essa realidade pandêmica, tanto na modificação do seu regime de trabalho, que exigiu um aprimoramento técnico-profissional e o investimento nas tecnologias necessárias, quanto na provável redução de renda associada (Lima, 2021, p 3)

Lima (2021) vem destacar que as medidas adotadas pelos governos, como a proibição de aulas presenciais e o fechamento de comércios não essenciais, foram primordiais para conter a disseminação do vírus, porém elas resultaram em um impacto abrupto na economia, afetando de forma desproporcional as camadas mais vulneráveis da sociedade. Os docentes, sobretudo aqueles em condições de trabalho mais precárias, sofreram uma redução significativa na sua renda familiar. O programa emergencial de manutenção do emprego e da renda, instituído pela Medida Provisória n. 1.045/2021, teve o objetivo de mitigar esses impactos, mas, conforme Lima aponta, não foi suficiente para evitar a precarização do trabalho docente, especialmente entre os docentes mais jovens e com vínculos empregatícios frágeis e precarizados.

Complementando essa análise, Souza (2021) apresenta uma visão crítica das políticas públicas na economia, sugerindo que a pandemia agravou as desigualdades sociais já existentes

no sistema capitalista global. Ele argumenta que a educação foi diretamente afetada pela lógica de exploração do trabalho, com a multiplicação do trabalho precário. A mudança para o ensino remoto, em caráter emergencial, intensificou a carga de trabalho dos docentes da rede pública e particular, em que eles se viram obrigados a transformar seus lares em locais de trabalho, enfrentando condições inadequadas e jornadas extenuantes. Segundo o autor, essa reorganização do trabalho docente durante a pandemia resultou em uma sobrecarga e piora das condições de saúde, tanto física quanto mental, culminando em um aumento nos casos de ansiedade, estresse e distúrbios osteomusculares nos docentes.

Essa precarização do trabalho docente também é ressaltada por Troitinho (2021), que afirma que a transição abrupta do ensino presencial para o ensino remoto gerou insegurança, ansiedade e intensificou o estresse entre os professores. As atividades de ensino remoto, muitas vezes sem o devido preparo e suporte, impactaram negativamente a saúde mental dos docentes, particularmente daqueles que já tinham pouca familiaridade com o uso de tecnologias de ensino a distância. Ele busca enfatizar a importância de se coletar dados de qualidade para entender os determinantes destes impactos, incluindo a divisão sexual do trabalho e as diferentes experiências prévias com a educação a distância.

O trabalho remoto emergencial produziu importantes impactos na saúde mental de professores e professoras da Educação Básica no Brasil. Sugere-se que a organização do ensino remoto precisa ser acompanhada de estratégias não somente de treinamento, mas também de uma reconfiguração do trabalho para diminuir os efeitos da telepresença, da competição com o trabalho doméstico e da desidentificação do corpo docente com sua própria atividade. Se a progressiva precarização do trabalho docente não for atacada, o trabalho remoto emergencial continuará sendo uma importante fonte de sofrimento psicológico para os docentes. Nesse cenário, o mal-estar docente está no processo de uma reflexão e mudança da prática pedagógica, no sentido de se criar uma nova identidade diante das demandas do mundo externo e do momento atual. (Troitinho, 2021, p 17).

Desta forma, os três autores convergem ao apontar a necessidade de políticas públicas eficazes para abordar de forma contundente a precarização do trabalho docente e o impacto do ensino remoto na saúde mental dos docentes. Souza (2021), por exemplo, destaca a luta coletiva e o papel dos sindicatos na defesa dos direitos dos professores, como no caso da greve virtual organizada pelo Sinpro Macaé. Por outro lado, Troitinho (2021) defende que a organização do trabalho remoto deve ser acompanhada de estratégias de treinamento e suporte para reduzir os efeitos da sobrecarga de trabalho e da competição com as tarefas domésticas.

Ambos os autores defendem a necessidade urgente de revisão das políticas públicas educacionais e uma maior atenção às condições de trabalho dos docentes, sob risco da precarização e do aprofundamento das desigualdades educacionais como um todo, além da deterioração do sistema de ensino nacional.

4.2 – Entrevista¹³ com os professores¹⁴ da disciplina de sociologia das escolas Estaduais do Município de Piraí no Estado do Rio de Janeiro

O professor Marcelo, formado em História pela Universidade de Nova Iguaçu (Unig) em 2004, habilitado em sociologia e filosofia, compartilha uma visão crítica sobre a educação durante o período da pandemia de COVID-19, especialmente no município de Piraí. Nos traz suas observações sobre a falta de recursos, apoio e infraestrutura que impactaram negativamente na aprendizagem dos alunos e no trabalho dos professores.

Marcelo destaca a importância da sociologia para o currículo escolar, considerando-a fundamental para a construção do cidadão crítico. Ele enfatiza que muitos alunos não possuem uma visão abrangente e crítica da sociedade e exemplifica que, em Piraí, os estudantes possuem uma percepção social restrita à sua vivência local, sem entender a complexidade e a diversidade das sociedades fora da sua realidade social. Para ele a sociologia deve, portanto, buscar ampliar essa visão limitada da sua realidade e da sociedade, proporcionando uma compreensão mais abrangente e crítica do ser humano como um ser social transformador.

Durante o período da pandemia da covid-19, a mudança para o ensino remoto foi marcada por improvisações e falta de planejamento adequado por parte da Secretaria Estadual de Educação (Seeduc). Segundo Marcelo, os professores tiveram que desenvolver seus próprios materiais sem o suporte necessário desenvolvido pela Seeduc, enfrentando dificuldades devido à falta de recursos tecnológicos entre os alunos, assim como a falta de acesso à internet e a falta de computadores, condições objetivas que interferiram diretamente no direito à educação..

¹³ O primeiro contato foi realizado com as direções das escolas selecionadas para a pesquisa. Durante esse momento, foi explicado detalhadamente o objetivo e a relevância do estudo para a instituição. Após a aprovação das escolas, a documentação foi encaminhada ao Comitê de Ética da UFRJ e à Plataforma Brasil (anexo 3) para obtenção da autorização necessária. Com a aprovação desses órgãos, foram convidados os professores que atuaram nas escolas durante a pandemia de Covid-19, ministrando aulas de sociologia. As entrevistas ocorreram nas próprias unidades escolares de cada professor participante. Não houve obstáculos que comprometessem o andamento da pesquisa, e agradecemos a todos os envolvidos pelo apoio e colaboração.

¹⁴ Os nomes dos professores aqui citados são fictícios para preservação de suas identidades pessoais. Serão chamados de Marcelo, Marcia e Marcus seguindo esta ordem no texto. Entrevistas no (anexo

Marcelo critica o apoio pífio da Seduc, que não forneceu equipamentos ou internet aos professores e alunos, apenas continuou pagando os professores e, posteriormente, ofereceu um bônus de três mil reais para aquisição de materiais tecnológicos. A falta de diretrizes claras e consistentes dificultou ainda mais o trabalho dos educadores, que se viram obrigados a adaptar constantemente suas práticas pedagógicas às mudanças frequentes.

A infraestrutura tecnológica em Piraí foi outro ponto crítico questionado por Marcelo. A internet e as redes de telefonia são ineficientes, com muitas áreas do município sem acesso adequado à rede que possibilitesse o ensino remoto. A iniciativa de transformar Piraí em uma "cidade digital" é considerada uma falácia por Marcelo pois a realidade não condiz com essa promessa do poder público. A falta de conectividade adequada dificultou a participação dos alunos no ensino remoto levando muitos a optarem por ensino com as apostilas, comprometendo ainda mais o processo de aprendizagem.

O relato de Marcelo também aborda o impacto negativo que a pandemia da covid-19 teve na saúde dos professores durante a pandemia não apenas para quem se contaminou, mas o aprofundamento das doenças como depressão etc. As longas horas dedicadas à preparação de aulas, produção de materiais digitais e pesquisa de vídeos resultaram em problemas de circulação, visão e saúde mental. O ambiente de ensino remoto exigiu adaptações que exacerbaram o desgaste físico e emocional dos educadores.

Marcelo enfatiza em seu relato que o termo "cidade digital" é uma criação política sem base concreta na realidade de Piraí. Apesar das promessas feitas pelas autoridades públicas da cidade, a infraestrutura tecnológica é insuficiente, e a internet disponibilizada pela prefeitura não chega a todos os alunos do município. Muitos estudantes residem em áreas sem acesso adequado, o que comprometeu significativamente o ensino remoto e o aprendizado dos alunos.

O relato de Marcelo evidencia as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos durante a pandemia de COVID-19, com uma crítica contundente à falta de planejamento, suporte e infraestrutura adequados por parte da Seeduc-rj.. A experiência do professor Marcelo ressalta que a necessidade de políticas educacionais mais inclusivas e bem estruturadas deveriam ser melhor conduzidas pela seeduc-rj. Que leve em consideração a diversidade e as especificidades de cada município. Somente assim será possível garantir uma educação com qualidade, capaz de formar cidadãos críticos e conscientes da complexidade da sua realidade e da sociedade.

Professora: Marcia , formada em Pedagogia e Teologia, habilitada para lecionar sociologia, filosofia e disciplinas pedagógicas, compartilha sua experiência sobre os desafios enfrentados durante a pandemia de COVID-19 na educação. Iremos apresentar suas observações sobre a falta de preparação dos professores, os problemas de acesso à internet, e as dificuldades adicionais impostas pela implementação do novo ensino médio durante o periodo da pandemia da covid-19.

Marcia enfatiza o prazer que tem em trabalhar com disciplina de sociologia que tem como abordagem as transformações da sociedade feitas pelo homem. O contato direto com os alunos é algo essencial para entender e construir positivamente o aprendizado dos alunos. No entanto, a pandemia trouxe uma ruptura nesse relacionamento corpo a corpo, aluno e professor, tornando o ensino mais impessoal e dificultando a compreensão e o acompanhamento das necessidades e aprendizado dos alunos.

A Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro teve uma atuação insuficiente com a transição para o ensino remoto, foi um grande desafio que deixou muitas lacunas abertas para o aprendizado dos nossos alunos. Marcia relata que a ausência de preparação adequada dos professores para enfrentar essa nova realidade foi crucial para o baixo desempenho e interesse dos alunos por este novo formato de ensino. Destacou ainda que os professores tiveram que buscar, por conta própria, maneiras de tornar suas aulas envolventes e eficazes, apesar da falta de contato direto com os alunos e em certos momentos a falta de preparo para cumprir com suas atividades. A quantidade de conteúdo a ser coberto, sem a interação presencial, tornou-se uma tarefa árdua e muitas vezes ineficaz, levando o professor a exaustão física e mental.

Marcia destaca que essa barreira tecnológica foi um dos entraves que mais dificultou o processo de ensino-aprendizagem dos alunos durante a pandemia da covid-19. Para ela esse foi um dos maiores obstáculos enfrentados por parte dos alunos, especialmente aqueles que moravam em áreas afastadas do centro da cidade. A falta de conectividade impediu que muitos estudantes pudessem participar plenamente das aulas remotas, agravando a desigualdade educacional e aprendizado.

A implementação do novo ensino médio durante a pandemia da covid-19 trouxe desafios adicionais para o aprendizado dos alunos. Marcia critica a reforma, apontando que muitos alunos sofreram uma grande defasagem de conteúdo. Ela observa que, ao retornar às aulas presenciais, os alunos demonstraram uma falta de compreensão e retenção dos conteúdos

abordados remotamente. Além disso, a nova estrutura do ensino médio está removendo disciplinas básicas essenciais para a formação dos estudantes, contribuindo para a deterioração da qualidade da educação, colocando em prática o desmonte da educação pública nacional.

Marcia também reflete sobre os impactos na saúde dos professores. Embora ela mesma tenha contraído Covid-19, destaca que a ansiedade e o estresse relacionados à preparação e à adaptação ao ensino remoto foram fatores de adoecimento significativos dentro da sua prática e da atividade dos professores. O esforço para entender e implementar as novas exigências educacionais, muitas vezes sem a possibilidade de opinar ou adaptar os materiais, aumentou a carga de trabalho e a pressão sobre os educadores levando assim, a precarização do trabalho docente.

Os alunos que não conseguiam acessar a internet recebiam material impresso, mas a ausência de explicação e orientação adequadas sobre esses materiais os deixavam perdidos, tornando assim, mais uma medida paliativa, mas que não supria a falta da interação aluno e professor. Marcia compara essa situação ao estudo de física quântica sem nenhum suporte, destacando a frustração e a ineficácia desse método. A lacuna na aprendizagem tornou-se evidente quando os alunos retornaram às aulas presenciais, necessitando de uma retomada completa dos conteúdos abordados anteriormente.

O relato de Marcia revela os profundos desafios e impactos negativos da pandemia da covid-19 na educação e a precarização do trabalho docente, exacerbados pela implementação precipitada do novo ensino médio se tornando um aprofundamento ainda maior das perdas de aprendizado dos alunos. A falta de preparação dos professores, a barreira tecnológica e a perda de disciplinas básicas da grade curricular, contribuíram para uma defasagem significativa na aprendizagem dos alunos. Para enfrentar esses desafios, é crucial que as políticas públicas educacionais sejam reavaliadas e adaptadas às realidades dos alunos e professores, garantindo uma educação mais inclusiva e de qualidade.

O professor: Marcus , formado em História pela UBM¹⁵ em 2009, com pós-graduação em diversas áreas como Educação de Jovens e Adultos, Ensino de Filosofia, Geografia, Sociologia e História da Arte, concluiu seu mestrado em História pela UFRJ em 2020. Nesta entrevista ele compartilha sua experiência com o ensino durante a pandemia de Covid-19, destacando os desafios enfrentados e o impacto na educação e na saúde mental dos professores.

¹⁵ Centro Universitario de Barra Mansa

Marcus observa que a sociologia, ao abordar temas diretamente relacionados ao cotidiano dos alunos, como trabalho e cultura, na sua visão, pode facilitar a relação entre professor e aluno na sala de aula. No entanto, durante a pandemia, essa interação foi seriamente prejudicada pela baixa participação nas aulas online e pela falta da conexão à internet por parte dos alunos. Em muitas ocasiões, Marcus se viu ensinando para apenas um ou dois alunos, ou mesmo sozinho, quando a internet caía e os alunos não entravam no horário das aulas.

Para ele um dos principais desafios enfrentados foi a falta de suporte dado pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ). Os professores tiveram que utilizar seus próprios recursos, como internet e computadores, para produzir e conduzir as aulas remotamente e corrigir trabalhos enviados pelos alunos tanto impressos como os on line. Marcus destaca a enorme carga de trabalho, com a necessidade de postar atividades semanalmente e corrigir um grande volume de provas e trabalhos, o que tornou o período extremamente trabalhoso e estressante.

Apesar das dificuldades, Marcus faz elogios ao apoio recebido da direção da escola, mencionando especificamente a coordenadora Bárbara¹⁶, que foi sempre disponível para esclarecer dúvidas e organizar os cronogramas de atividades. Esse suporte foi essencial para manter o mínimo possível de organização e apoio aos professores durante esse período tumultuado do ensino remoto durante a covid-19.

A baixa participação dos alunos nas aulas online foi uma constante. Muitos alunos, sem acesso adequado à internet, dependiam de materiais impressos para acompanhar as aulas. Contudo, sem a explicação direta dos professores, esses materiais muitas vezes não eram suficientes para garantir a compreensão dos conteúdos. Marcus observa que muitos alunos entregavam trabalhos incompletos ou respondidos de forma superficial, apenas para alcançar a nota mínima necessária.

O período da pandemia foi marcado por um alto nível de estresse para Marcus e muitos de seus colegas. A pressão de produzir e corrigir atividades, manter o diário online atualizado e lidar com a supervisão constante em escolas, veio a gerar um ambiente de trabalho muito agitado e desgastante. Embora não tenha adoecido fisicamente, Marcus relata que o estresse foi significativo, afetando sua saúde mental e bem-estar físico.

¹⁶ O nome da coordenadora Bárbara do colégio Octávio Teixeira Campos é fictício.

Marcus critica a visão de que Piraí seja uma "cidade digital", afirmando que essa iniciativa não trouxe nenhum benefício concreto para os alunos da rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Apesar das promessas de conectividade, a realidade foi marcada por uma falta de acesso à internet para a maioria dos estudantes da rede. A internet disponível nas escolas era fornecida pelo Estado e não supriu as necessidades durante o ensino remoto, resultando em uma experiência frustrante para professores e alunos.

O relato de Marcus evidencia os numerosos desafios enfrentados pelos educadores durante a pandemia de Covid-19 e o aprofundamento da precarização do trabalho docente, exacerbados pela falta de suporte e infraestrutura adequada proporcionados pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (seeduc-RJ). A baixa participação dos alunos nas aulas online pela falta de acesso à internet, a sobrecarga de trabalho e o estresse constante destacam a necessidade urgente de reavaliar e melhorar as políticas públicas educacionais para enfrentar situações de crise, como esta que ficou evidenciada durante a pandemia da covid-19. Garantir um suporte adequado aos professores e acesso equitativo à tecnologia para todos os alunos é fundamental para assegurar a continuidade e a qualidade da educação, independentemente das circunstâncias.

O relato do professor Marcelo evidencia as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos durante a pandemia de Covid-19, com uma crítica contundente à falta de planejamento, suporte e infraestrutura adequados que foi desenvolvidos pela seeduc-rj que, segundo o docente, seriam cruciais para a construção do aprendizado dos nossos alunos. A experiência do professor Marcelo vem ressaltar que a necessidade de políticas educacionais mais consistentes, inclusivas e bem estruturadas deveriam ser melhor conduzidas pela Seeduc-rj, que deveria levar em consideração as diversidades e as especificidades de cada município. Somente assim seria possível garantir uma educação com qualidade, capaz de formar cidadãos críticos e conscientes da complexidade da sua realidade e da sociedade.

O relato da professora Marcia nos fala sobre os profundos desafios e impactos negativos que a pandemia da covid-19 trouxe para a educação, como a precarização do trabalho docente, intensificados com a implementação precipitada do novo ensino médio que se tornou um aprofundamento ainda maior das perdas de aprendizado dos alunos e a descaracterização do trabalho docente. A falta de formação dos professores, os desafios em relação às questões que versam sobre a tecnologia e juntamente com isso a perda de carga horária de disciplinas básicas da grade curricular estadual, levaram os docentes a terem que trabalhar em mais de uma

escola e muitas vezes longe de suas residências aumentando assim o seu gasto financeiro. Além disso, todo esse cenário de precarização contribuiu para uma defasagem significativa na aprendizagem dos alunos. Logo para enfrentar esses desafios, seria crucial que as políticas públicas educacionais fossem reavaliadas e adaptadas às realidades regionais dos alunos e que os professores venham a ser mais valorizados, garantindo assim, uma educação inclusiva e de qualidade.

O relato do professor Marcus evidencia os numerosos desafios enfrentados pelos educadores ao logo da pandemia de Covid-19 observando-se o aprofundamento da precarização do trabalho docente. Conforme observamos nos depoimentos, os professores foram deixados a própria sorte, com total falta de suporte e infraestrutura adequadas, demonstrando um descaso com a educação por parte da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (seeduc-RJ).

Marcus observou que a baixa participação dos alunos nas aulas online, a falta de acesso a internet, a sobrecarga de trabalho e o estresse constante disseminado pela situação vivida durante a pandemia de covid-19, foram elementos importantes para que pensemos na necessidade urgente de se reavaliar e as políticas públicas educacionais adotadas pela seeduc-rj para enfrentar as situações de crise.. A garantia de um suporte adequado aos professores, com o acesso equitativo à tecnologia para todos os alunos, seria fundamental para assegurar a continuidade e a qualidade da educação, ainda que nos marcos como hoje são colocadas pelos governos, independentemente das circunstâncias encontradas em nosso país.

Antunes (2022) vem aprofundar a discussão sobre a precarização das relações de trabalho. Ele fala sobre o aumento exponencial do trabalho remoto e como isso se intensificou durante a pandemia, acelerando a sua implementação, em que o trabalho como o conhecemos se transforma dentro da flexibilização das jornadas de trabalho e o crescente incentivo ao empreendedorismo. Este que está focado na informalidade dos trabalhadores, sem garantias trabalhistas o mínimo de direitos, apenas deveres para com o capital, levando ao extremo a exploração do trabalho. Além disso, ele descreve que a situação dos trabalhadores de aplicativos, pessoas que estão inseridas em jornadas extenuantes de trabalho, com baixos salários e falta de proteção social.

A análise crítica apresentada por Frigotto (2015) se torna fundamental para repensar o papel da educação em nossa sociedade contemporânea, buscando desafiar a ideia de que os valores de uma escola estão diretamente relacionados à sua capacidade de construir

trabalhadores alienados para o mercado de trabalho. Mas, contrário a isso, é necessário que repensem a escola como um espaço de formação crítica e inclusiva integral nas necessidades do educando, capaz de preparar os alunos não apenas para o mercado, mas para a vida em sociedade.

A pandemia de Covid-19 impactou diversos setores da sociedade, com especial atenção à precarização do trabalho docente e à crise no sistema educacional. As discussões de autores como Ricardo Antunes, e Frigotto juntamente com as falas dos entrevistados¹⁷, Marcelo , Marcia, Marcus e Lira? apresentam análises complementares sobre essas transformações, nos revelando como a pandemia acelerou os processos de flexibilização do trabalho, bem como expôs as falhas estruturais da educação nacional. Ao confrontarmos as falas desses professores com a discussão teórica dos referidos autores, torna-se evidente que tanto a precarização do trabalho quanto os desafios na educação exigem um reexame profundo das políticas públicas e sociais em nosso sistema de educação.

¹⁷ Anexo 1: Entrevista com Ex-Governador e Ex-prefeito de Piraí. Anexo III: Entrevistas com professores da rede Estadual de Educação – SEEDUC-RJ em Piraí. Anexo III: Questionário aplicado nas entrevistas. Anexo IV: Aprovação da dissertação na Plataforma Brasil.

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre o impacto da pandemia da Covid-19 na educação pública do Estado do Rio de Janeiro revela um cenário complexo, onde a transição rápida para o ensino remoto expôs e intensificou todas as fragilidades existentes dentro do sistema educacional e aprofundou a precarização do trabalho dos professores. O enfoque se deu na precarização do trabalho do professor e especificamente com um olhar nas dificuldades enfrentadas pelos profissionais da Sociologia, em particular, destacando a falta de formação adequada para conduzir aulas neste novo formato on-line, agregado às consequências das políticas salariais dos últimos governos.

A partir da experiência pessoal do pesquisador, o estudo destaca as dificuldades enfrentadas pelos professores, especialmente os de Sociologia, durante os anos de 2020 e 2021, período marcado pela transição abrupta do ensino presencial para o remoto devido à pandemia da Covid-19.

Dentro do contexto de pandemia, revelou-se a falta de preparação das secretarias de educação em nível global, e a Seeduc-RJ não foi exceção dentro deste panorama. A pesquisa demonstra que as medidas adotadas, como as reuniões remotas e a imposição de novas diretrizes curriculares, tiveram impacto negativo no trabalho docente, agravando a precarização já existente do trabalho do professor.

Aqui, os professores de Sociologia, em particular, enfrentaram dificuldades relacionadas à falta de reconhecimento da importância da disciplina dentro da grade curricular do novo ensino médio, à carência de profissionais qualificados e à sobrecarga de trabalho. Tais dificuldades se tornaram marcas da precarização do trabalho do docente de sociologia. Essas questões evidenciam a falta de uma política educacional eficaz que valorize o papel dos docentes e promova um ambiente de ensino mais justo e equitativo.

Em um cenário mais amplo, o trabalho docente vem a ser o ponto de partida das políticas públicas educacionais no Brasil, ressaltando como a instabilidade política e a descontinuidade das políticas públicas afetam diretamente a educação. Em análise do Governo Bolsonaro (2019-2022), nota-se um período de retrocessos na educação, marcado por cortes orçamentários, desvalorização dos docentes e incentivo à privatização do setor. Nossa estudo propõe que essas dinâmicas de políticas públicas para a educação, aprofundam a precarização e nos reforçam a

necessidade de uma resistência constante e mobilização por parte dos profissionais da educação. Esta pesquisa evidencia que o período de pandemia exacerbou os desafios enfrentados pelos docentes, especialmente os de Sociologia, e reforça a necessidade de uma reformulação das políticas públicas educacionais que promova a valorização dos docentes e a construção de um sistema educacional mais inclusivo e democrático.

A partir da análise de Antunes (2015) e Frigotto (2015), é possível concluir que a pandemia da Covid-19 expôs os problemas existentes no sistema educacional nacional e intensificou as contradições do capitalismo contemporâneo, especialmente no que se refere às relações de trabalho precário e suas desigualdades sociais. Antunes revela que, no processo de uma crise sanitária global, o sistema capitalista particularizou o lucro em detrimento da vida, saúde e bem-estar dos trabalhadores, aprofundando a precarização do trabalho, buscando a concentração de renda e o incentivo à vulnerabilidade dos trabalhadores essenciais, que foram obrigados a continuarem em condições inseguras à sua saúde.

Frigotto, por sua vez, complementa esta análise ao discutir de que forma o sistema educacional, sob a lógica do capital, busca se reconfigurar para atender às demandas do mercado, e assim, perpetuar a desigualdade e a formação instrumental do trabalhador precarizado. A escola, que deveria ser um espaço de emancipação desse processo, acaba por vir a reforçar a divisão de classes e formar trabalhadores para a lógica de produção capitalista, negando-lhes a possibilidade de autonomia e reflexão crítica sobre sua condição estrutural do trabalho.

Ambos os autores apontam para a necessidade de uma reestruturação das bases do capitalismo e da educação, onde propõem modelos alternativos que visam priorizar a justiça social, a solidariedade e a proteção dos direitos dos trabalhadores. Aqui, a pandemia, não apenas revelou as fragilidades do sistema capitalista, mas também ofereceu uma oportunidade para questioná-lo e buscar formas mais justas e sustentáveis de organização social e econômica e das relações de trabalho.

O neoliberalismo na educação, conforme discutido nesta dissertação, busca moldar a prática pedagógica ao tentar reconfigurar a escola como um espaço de produção de capital humano, subjugando o processo de ensino-aprendizagem às lógicas do mercado. Aqui, a mercantilização do ensino se fragmenta dentro da educação, buscando incentivar a competição individual e a desmobilização de movimentos coletivos dos trabalhadores, dentro dos sindicatos. Tal abordagem afeta profundamente o papel dos educadores, dentro da

transformação da sociedade, reduzindo-os a meros executores de instruções tecnocráticas e afastando-os da construção crítica do conhecimento.

A partir da análise de Santos (2010), podemos observar que essa dinâmica neoliberal não é apenas uma adaptação do capitalismo contemporâneo, mas uma transformação do sistema educacional que busca atender os anseios do capital, onde a gestão empresarial vem para substituir a condução pedagógica tradicional. Isso leva a uma sobrecarga dos docentes, que passam a ser vigiados e pressionados por métricas de desempenho que desvalorizam o conhecimento científico e pedagógico, dando lugar ao conhecimento tecnócrata. Como resultado, a educação perde sua dimensão crítica e emancipatória, alinhando-se cada vez mais aos interesses da classe burguesa e do capital.

Em complemento, Safatle (2021) aponta que o discurso neoliberal vem legitimar o controle econômico sobre todas as esferas da vida, incluindo a educação, e justificando a austeridade e a competitividade como valores morais nas relações de trabalho. Essa perspectiva busca fragmentar a sociedade e reforça a hegemonia de uma elite, que ao mesmo tempo em que inibe a contestação política ao mascarar o debate econômico, busca controlar a grande massa através da educação ofertada a ela.

Em síntese, o neoliberalismo transforma a educação em um campo de disputa ideológico, desarticulando a solidariedade e o caráter coletivo do ensino e das relações de trabalho. A mercantilização da educação promove o adoecimento físico e psíquico dos docentes e gera uma crise estrutural dentro da escola. O enfoque na competitividade e nos resultados quantificáveis desumaniza o processo educacional, afastando-se da construção do conhecimento que valoriza o desenvolvimento pleno do indivíduo. Por isso, torna-se urgente a construção de movimentos contra-hegemônicos que reivindiquem uma educação emancipadora, comprometida com o desenvolvimento crítico e a autonomia dos sujeitos construtores da educação.

Laval (2019) argumenta que essa nova ordem educacional, que eleva a empresa como modelo de gestão e construtora do aprendizado, busca comprometer a autonomia da escola e alinha a formação profissional às exigências econômicas do mercado. Essa transformação reflete em uma lógica que concebe a educação não como um direito ou um bem social, mas como um instrumento para aumentar a produtividade e a inovação no mercado capitalista. Ao colocar a eficiência econômica do mercado como objetivo central, a educação perde sua

capacidade de formar cidadãos críticos e conscientes de sua realidade, reduzindo-se, assim, a uma ferramenta de controle social e produção de mão de obra permissiva.

Superar essa lógica do capital exige uma reflexão coletiva sobre o papel da educação na sociedade contemporânea. A escola deve buscar sua função primordial de promover o pensamento crítico, a cidadania e o desenvolvimento humano, resistindo à pressão da mercantilização. Neste momento temos o mundo cada vez mais aprofundado na desigualdade e pela busca da exploração do outro. É urgente que uma ação conjunta venha para preservar a educação como um espaço de emancipação e transformação social e não como um meio de solidificar as desigualdades estruturais do capitalismo em nossa sociedade.

Esta pesquisa se debruçou em uma análise histórica e contemporânea da cidade de Piraí como nosso objeto concreto de análise, que veio nos revelar uma trajetória de transformação marcada tanto por fatores culturais e religiosos quanto por políticas públicas voltadas para a modernização e inovação tecnológica da sociedade em questão. Destacou-se a história de Piraí, desde suas origens como uma sociedade rural, moldada por convenções religiosas e políticas imperiais, até sua recente reconfiguração para uma “cidade digital”, refletindo os impactos das políticas governamentais e das iniciativas locais de desenvolvimento da sociedade em questão.

Aqui, o projeto "Piraí Digital", idealizado para modernizar a cidade e torná-la um polo de inovação tecnológico, veio representar uma importante virada para a administração pública municipal e no acesso a serviços essenciais como a internet. A inclusão digital, proporcionada pelo projeto, não só transformou a infraestrutura tecnológica de Piraí, como também influenciou diretamente áreas como a educação e a gestão pública. A democratização do acesso à internet trouxe benefícios concretos, como a redução da evasão escolar e a melhoria da qualidade do ensino, ao mesmo tempo que possibilitou uma governança mais eficiente e transparente do município.

Entretanto, ao contrastar essa visão de inovação com as críticas de autores como Antunes, percebemos que a implementação de políticas tecnológicas podem também servir para ocultar desafios sociais e estruturais dentro da sociedade. Embora o projeto tenha trazido avanços consideráveis, especialmente no que tange à educação e à inclusão digital, ele também expõe limitações, como a necessidade de formação continuada dos professores e a dependência de uma gestão pública comprometida com a sustentabilidade dessas iniciativas. O risco de precarização do trabalho neste formato de gestão, especialmente em momentos de crise como

da pandemia Covid-19, ressalta a importância de políticas sociais que vão além da inovação tecnológica, mas que venham a proteger os trabalhadores e promover a equidade e justiça social.

Portanto, o caso de Piraí exemplifica o potencial transformador das políticas públicas inovadoras, mas também destaca a necessidade de um planejamento a longo prazo que assegure a continuidade dos projetos e a proteção social. Para que iniciativas como o "Piraí Digital" sejam verdadeiramente sustentáveis e inclusivas, é fundamental que se estabeleça um equilíbrio entre o progresso tecnológico e a valorização dos trabalhadores e educadores, garantindo que os benefícios da inovação alcancem a sociedade como um todo, sem gerar novas formas de exclusão ou exploração.

A análise das medidas adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19 revela a busca por um esforço para responder às demandas emergenciais em áreas cruciais, como saúde, educação e suporte econômico. O Decreto nº 46.973/2020, bem como as Leis nº 8767/2020 e 8768/2020, foram criadas com o objetivo de conter a crise sanitária e minimizar os impactos sociais, especialmente no contexto da educação pública e dos servidores do estado. A implementação do trabalho remoto e a suspensão temporária das atividades escolares demonstram a tentativa de preservar a continuidade dos serviços dentro das escolas e a proteção à saúde pública.

Além disso, as medidas de apoio financeiro à sociedade, como a distribuição de cestas básicas para alunos da rede pública, mostraram-se essenciais para garantir a segurança alimentar de milhares de famílias, reafirmando a importância da ação governamental em tempos de crise como o da Covid-19. A adoção dessas medidas foi acompanhada de uma série de resoluções e decretos que adaptaram a estrutura educacional à nova realidade do ensino remoto, destacando-se iniciativas como a indenização para professores adquirirem equipamentos tecnológicos para produzir suas aulas. Porém, conforme observamos, essas iniciativas foram insuficientes para lidar com a complexa realidade que se apresentou durante a pandemia.

A reforma educacional, marcada por uma reestruturação profunda do ensino médio, foi criticada por deixar de lado uma construção pedagógica crítica e inclusiva. Embora o governo tenha mostrado sensibilidade às necessidades imediatas da população, as políticas adotadas acabaram por abrir caminho para a precarização do trabalho docente e para a perda de uma educação que priorize o pensamento crítico. Em suma, enquanto as medidas emergenciais atenderam parcialmente às demandas da crise, elas também serviram como plataforma para

mudanças estruturais que não necessariamente respeitaram as demandas de docentes e alunos, revelando um desafio de longo prazo para a educação no Estado do Rio de Janeiro.

A pandemia de Covid-19 colocou à mostra os desafios e as desigualdades estruturais que já permeavam o sistema educacional nacional, e especialmente no Estado do Rio de Janeiro. O ensino remoto, implementado como uma medida emergencial, revelou a precariedade das condições de trabalho dos docentes, que enfrentaram uma sobrecarga de responsabilidades e um ambiente de trabalho precarizado, pouco preparado para as novas demandas tecnológicas. Além disso, a falta de suporte governamental adequado acentuou o sofrimento mental dos docentes, que tiveram que lidar com os altos níveis de estresse, ansiedade e incertezas sobre sua condição profissional.

A análise de autores como Alburquerque (2020), Leher (2022) e Antunes (2022), bem como os relatos de professores entrevistados aqui, evidenciam a intensificação da precarização do trabalho docente durante a pandemia. Verifica-se a ausência de políticas públicas inclusivas e estruturadas para o trabalho docente, ampliando-se assim, as desigualdades no acesso à educação, prejudicando principalmente os alunos de baixa renda e sobrecregando os docentes, que tiveram que se adaptar rapidamente a novas formas de ensino, muitas vezes sem os recursos necessários.

A pandemia veio a se tornar um mecanismo para a mercantilização da educação, à medida que plataformas digitais, muitas vezes geridas por corporações capitalistas, passaram a explorar o ensino remoto como uma mercadoria. A implementação acelerada de contratos temporários, a flexibilização das jornadas de trabalho e a pressão pelo empreendedorismo são reflexos da reestruturação do capital no setor educacional, que precarizou ainda mais a profissão docente em detrimento à construção do pensamento crítico social. Dentro deste cenário, é primordial que as políticas públicas educacionais sejam repensadas, buscando seu foco na valorização dos docentes, na melhoria das condições de trabalho e na garantia de acesso equitativo à tecnologia. Apenas, com uma educação inclusiva e bem estruturada seria possível minimizar os impactos da pandemia Covid-19 e, assim, construir um sistema educacional capaz de formar cidadãos críticos e conscientes de suas condições sociais.

Antunes (2018) fornece um contexto crítico ao discutir a precarização do trabalho, especialmente quando trata da terceirização, que vem se tornando uma prática comum e prejudicial nas relações de trabalho dentro da educação do Rio de Janeiro. A pesquisa evidencia como essa dinâmica vem afetando a identidade coletiva dos trabalhadores da educação,

buscando enfraquecer a organização sindical e solidificar as condições de trabalho insatisfatórias e inseguras dentro do sistema educacional do Estado do Rio de Janeiro, especialmente para os contratos dos terceirizados

A análise revela que a mercantilização da educação e a desarticulação da classe trabalhadora são fenômenos que buscam se interligar, onde a determinação da construção de um sistema educacional pautado por eficiência e redução de custos se sobrepõe ao bem-estar dos trabalhadores da educação. Logo, a terceirização, além de ser uma estratégia de gestão que gera acúmulo de riquezas para o capital, representa um risco à saúde física e mental dos trabalhadores da educação, criando, assim, toda uma insegurança para o trabalhador da educação, buscando aprofundar este ciclo vicioso de precarização.

Em síntese, a pesquisa e os conceitos apresentados por Antunes nos levam a refletir sobre a necessidade urgente de uma luta da classe trabalhadora da educação por melhores condições de trabalho e a busca pela importância de fortalecer a solidariedade entre os trabalhadores, para que possam reivindicar seus direitos e recuperar sua identidade coletiva junto à sociedade em um contexto de crescente desumanização e exploração do trabalho precarizado.

A análise apresentada sobre a relação entre educação, trabalho e neoliberalismo evidencia um cenário desafiador e contraditório. Frigotto (2015) e outros autores como Antunes (2018), Santos (2010) e Safatle (2021) destacam como a busca pela reestruturação e a precarização do trabalho do professor têm transformado a função da escola, que, em vez de buscar promover uma educação emancipadora e crítica, vem se tornando um instrumento de reprodução das desigualdades sociais e das demandas do mercado capitalista. Notadamente, há a inversão da relação entre educação e trabalho, onde o trabalho mecanizado passa a ser prioritário dentro deste novo formato, refletindo a lógica capitalista que busca subordinar o conhecimento às necessidades do capital, e assim, desvaloriza tanto a educação pública quanto a formação crítica dos indivíduos inseridos nela.

A educação crítica deve ser desenvolvida como um espaço de resistência, apresentando-se como um reflexo das condições precárias da educação enfrentadas pela classe dos educadores, porém como uma oportunidade para a construção de uma educação que reconheça e valorize as experiências dos trabalhadores e a construção do pensamento crítico. A crítica ao neoliberalismo nos revela a necessidade de uma ruptura com a lógica mercadológica do capital que tem permeado as práticas educacionais dentro da atual conjuntura dos governos. A

valorização da formação integral do indivíduo e a construção de uma consciência crítica vêm se mostrando como uma forma de combater a precarização do trabalho dentro da educação.

Portanto, a luta por uma educação de qualidade, que seja acessível a todos, deve estar inteiramente ligada às lutas sociais e à valorização da classe trabalhadora da educação. A busca pelo fortalecimento da organização sindical e a promoção da empatia da classe trabalhadora da educação são essenciais para a construção de um projeto político-pedagógico concreto para a educação que vise à emancipação da classe trabalhadora da educação. A superação das práticas educacionais mercantilistas é fundamental para garantir que a educação cumpra seu papel de formação cidadã e do pensamento crítico, levando a uma contribuição para um futuro mais justo e equitativo em nossa sociedade.

ANEXO I : Entrevista como o Ex-governador do Rio de janeiro.

PARTICIPANTES

Petrúcio

Luiz Fernando de Souza, Pezão

TEMPO DE GRAVAÇÃO

19 minutos e 29 segundos

MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO

Padrão

LEGENDA

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

(INÍCIO)

[00:00:01]

Petrúcio: Boa tarde, eu sou Petrúcio, pesquisador da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e estou aqui entrevistando o Luiz Fernando Pezão, referente à Piraí Digital. Qual o seu nome?

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Luiz Fernando de Souza, mais conhecido como Pezão, ex-vereador, ex-prefeito duas vezes, ex-vice-governador duas vezes e governador duas vezes do estado do Rio de Janeiro.

Petrúcio: Eu já até ia perguntar quais atividades que você exercia, quando lançou a implementação do Piraí Digital. Qual era a função?

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Não, eu era prefeito.

Petrúcio: Prefeito.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Ganhamos um... pode descrever tudo?

Petrúcio: Pode descrever tudo.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Ganhamos um prêmio. Eu, antes, quando eu entrei em 1997, teve um seminário para prefeitos eleitos, que foi lá em Itaipava, na escola de políticas públicas. Tinha o Tito Ryff, era uma coisa meio do Brizola, os secretários de Brizola organizando. Luiz Alfredo Salomão, Peregrino, Fernando Peregrino. E foram cinco dias de palestras para os prefeitos eleitos. E eu fiquei muito impressionado com tudo, o nível das apresentações, eram bons professores, bons secretários. E eu fiquei muito, assim, impactado com o que eu ouvi sobre a internet, isso eu estou falando de 1997, são 27 anos atrás. E eu falei assim, essa vai ser uma saída para o meu município, porque eu peguei o município em crise, muito desemprego. Tinha a Light.

Petrúcio: O grande chamativo. Empregador.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Era grande empregador, tinha mandado 2 mil empregados embora, inclusive meu pai que trabalhava estava de saída, já estava aposentando também, mas teve que sair. A CSN mandou mais de 12 mil, era aquele auge da privatização. O governo estava, o final do governo Itamar Franco para o Fernando Henrique. Aqui, por a gente ter uma boa logística, a Telerj, a sede da Telerj era aqui, também estava demitindo, a rede ferroviária, que Barra do Piraí ali, Santanésia sofria muita influência de Barra, a Telerj era na barra. Tudo era um canteiro de demissão. Então eu peguei, quando eu assisti essa palestra, falei, poxa, isso aí pode ser um novo atrativo, eu tenho que fazer disso o meu município, uma atração para a internet. E comecei a fazer. Eu tive a audácia. Minha esposa era secretária de fazenda já há 20 e poucos anos da prefeitura. Ela tem uma irmã que era professora da UNB em Brasília e a gente começou a pesquisar aonde funcionava bem a tecnologia, essas coisas, e vimos que na UNB tinha um bom polo e as pessoas eram amigas dela. Aí vieram para cá, fiz um convênio com a UNB logo no início, antes de tomar posse já estava fazendo o convênio e comecei a capacitar os funcionários. Era um abalo dentro da cidade que ninguém nunca ouvia falar. Era ainda a máquina de somar na tesouraria, tudo. E a audácia era tão grande que a prefeitura tinha uma linha de telefone e a Câmara duas. Eu era presidente da Câmara e passei uma linha de telefone. A telefonia era muito ruim na época, né? Pode ir falando?

Petrúcio: Pode.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: E fui, a gente começou a capacitar e vendo o que a gente podia fazer. Quando eu peguei e trouxe à UFF um professor, que é o Franco, casado com a Maria Helena, que era da UNB e depois veio para a UFRJ, e nós começamos a desenvolver o Piraí Digital. E aí eu me encontrei com o Luiz Carlos, Luiz Fernandes da Tarrô, que foi o dono do

Banco Pactual, que estava começando a investir em tecnologia numa fábrica de fazer rádios, uma parceria com Israel. E aí começamos, a gente foi muito audacioso. Com os projetos que nós tínhamos, quando eu estava muito preocupado com o desemprego, a gente fez muito cooperativismo, fiz muita atração de empresas, briguei com a Light pelas terras, consegui fazer aqueles galpões no início, mostrando...

Petrúcio: Da entrada.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Isso, da entrada toda, fizemos três distritos industriais, e começou a crescer e tivemos a sorte de trazer a Sintra. E tinha um português que trabalhava na Sintra que era muito bom em tecnologia. Aí ele também entrou, Seu Sintra me emprestou e apoiou o projeto. Começou a apoiar, ele foi dando dicas e tudo. E a gente teve a audácia de levar a internet a todo o município, em área rural, tudo. Eu estou falando de 2002, 2003. Então foi uma audácia muito grande, ganhei um prêmio do BNDES, de Gestão Pública e Cidadania junto com a Fundação Ford, que era um prêmio nacional, e tinha um prêmio em dinheiro. Aí eles pegaram, além do prêmio em dinheiro, que nós aplicamos nas cooperativas e tudo, eles falaram assim: "ô, bola um projeto que você queira que o BNDES vai apoiar". Aí eu peguei, vamos entrar numa outra parte que é muito interessante, aí falei tá, desenvolvi o projeto, mostrei o projeto, eles falaram: "pô, Pezão, nós pedimos para você trazer um fusquinha, você trouxe uma Ferrari, isso aí não dá para a gente financiar". Falei, então eu brinquei com eles, botei meu projeto debaixo do braço, falei: "vou correr atrás da minha Ferrari, que fusquinha eu não quero, não". E assim foi feito. Aí nós tínhamos feito um plano diretor de informática muito bem elaborado. Eu peguei e voltei ao BNDES com o PMAT, que era um Programa de Modernização de Administração Tributária, que contemplava, depois que eu fui ver, levei todo o meu plano diretor de informática. Fui ao BNDES com esse programa de modernização de administração tributária. E que era, eu fui ver a filosofia dele, era mais para preparar as prefeituras para ter uma máquina de arrecadação melhor. Aí eu peguei, mostrei para eles, só que o diretor era o Paulo Hartung, que era governador, depois virou governador do Espírito Santo. Tinha sido prefeito de Vitória e estava ali como diretor da área social. E isso depois a gente acabou sendo governador juntos, viramos amigo e tudo, eu mostrei: "Paulo, isso é um absurdo, a minha cidade que sofreu os impactos da privatização. Eu tenho aqui, fiz um esforço danado de ter um plano diretor de informática, era um calhamaço desse tamanho assim desse plano, que contemplava o município inteiro internet, e só contempla cidades de 500 mil habitantes, porra, é uma discriminação. A maioria das cidades brasileiras tem menos de 50 mil, quase dois terços das

cidades têm menos de 50 mil habitantes. Aí vocês só estão complementando, vocês estão contemplando as grandes capitais". Aí ele virou e falou: "porra, você está certo, Pezão, mas isso aqui é uma resolução do senado. O que eu posso fazer com você é ir com você aos senadores e mostrar". Aí nós conseguimos excepcionalizar para todos os municípios brasileiros. E ali deu dinheiro, porque além de eu ter modernizado a fazenda, nós mostramos que com a mesma rede que era, que tinha filosofia de cobrar o cidadão, de modernizar a máquina tributária, poderia também estar na saúde, estar na educação, tudo, fazer educação tributária. Aí a gente saiu mostrando isso e foi um... aí vira um case, que a gente teve o dinheiro do BNDES, acabou finalmente tendo, mesmo sendo empréstimo, mas era um juro muito subsidiado que nós pagamos. Fizemos uma rede inteligente. Então, Piraí Digital surge disso, que chega, a gente culmina em 2004/2005, mais ou menos, a gente disputando as sete cidades inteligentes do mundo, em Nova Iorque, com Chicago, com Toronto, com Sid Moulineux da França, com Itaya do Japão, com Shanghai, Singapura. Eram grandes projetos de bilhões de dólares e o nosso tinha custado, não tinha custado 3 milhões de reais e a gente...

Petrúcio: Estava disputando com eles.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Estava disputando com eles. Foi um sucesso que os indianos, os países pobres, todos queriam ver como é que era isso aí. Eu andei em muitos países do mundo, até Cuba, eu fui para apresentar o projeto na América do Sul, em muitos países. Então, assim, ele surge disso. Ele surge da dificuldade, surge da gente tentando uma rede que a gente pudesse trazer serviços para a população. Aí a gente conseguiu levar para todo o município, e também com o presidente Lula vindo.

Petrúcio: E dando um apoio.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Computador para o aluno, que a gente botou para as 6 mil e 400 crianças.

Petrúcio: E aí depois de implementado, como foi para a educação?

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Foi muito legal. Tem avanços significativos assim, que eu me lembro na época, uma coisa que foi uma revolução. Criança não faltava, porque ele tinha que carregar o computador na escola. E ele ia com febre e tudo, 99% a presença, ele queria estar com o computador na mão. Então a evasão escolar acabou. Naquela época os dados são extraordinários. E a evolução, a lousa inteligente, teve uma série de coisas que infelizmente acho que se perdeu aí. É que não deram continuidade.

Petrúcio: Não deram continuidade. Pezão: Sim, porque eu mesmo estou no estado, mas eu entrei aqui em 2010. Nós recebemos treinamentos, recebemos até os computadores do mesmo modelo da prefeitura, vindo pela prefeitura, mas não foi à frente, não deu seguimento.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Eu acho assim, eu sei que tem muita discussão hoje em dia se a criança deve ter ou não na sala de aula.

Petrúcio: É, hoje começa a surgir essa interrogação.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Mas eu acho também que você não ter uma aula hoje com tecnologia, com tudo que a tecnologia traz, é difícil também você motivar um aluno a ficar pregado com o olho lá vendo o giz. Se você tem uma aula de geografia e história, acho eu, não sou educador, mas o que eu acho, você tem uma aula de geografia e história numa lousa inteligente, onde você vê um corpo humano, de biologia, você vê os museus no mundo inteiro, você viaja pelos museus. É uma aula muito mais motivadora.

Petrúcio: É, se torna mais atrativa.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Eu acho, não sei.

Petrúcio: É uma discussão profunda essa, porque a gente tem um problema muito grande hoje na educação, que é a questão do letramento, né? Então, as redes sociais, elas dificultam muito isso, né? Então, o nível de leitura, nível de escrita dos nossos alunos hoje, né, tá muito aquém. Então, a gente tem...

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Você tem que dosar, você tem que saber dosar isso.

Petrúcio: Saber dosar, é justamente isso, porque, tipo assim, eu sou de área de ciências humanas, então a minha aula é totalmente teórica. Então pra eu conseguir mover os meus alunos a ler, e olha que eu resumo o texto. Eu ainda sou aquele cara que vou pro quadro, porque eu quero forçar eles a escrever. Final da aula eu faço com que eles escrevam. Porque se você perder a parte da escrita, é um complicador até pra ele no mercado de trabalho, ele preencher um formulário, fazer uma prova. Então isso aí acaba sendo um complicador. Não dá pra dizer que não possa ter mais. Tem que ter. Mas saber equilibrar, o professor saber equilibrar, que é um complexo. Que aí a gente esbarra nisso. A capacitação dos professores. Professores que têm resistências em querer utilizar.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: No começo, você imagina, em 2000 a gente teve muita resistência. Aí depois foi melhorando, mas teve muita. E ainda tem até hoje, né?

Petrúcio: Tem até hoje, né, porque é como você fala. Nossa, você passou pra mim um panorama interessantíssimo de como foi a implementação do projeto. Eu entrei em 2010 na rede estadual,

tenho um vislumbre do projeto que nunca ocorreu, não foi à frente. Então tipo assim, as gestões pós a sua não deram continuidade. E aí, a gente sempre esbarra, que a minha pesquisa também fala sobre políticas públicas, que é esse erro das políticas públicas. O outro que entra, pós tem um ego muito...

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Ainda teve um pouco assim no Luiz Antônio de robótica, uma coisa, assim, que evoluiu um pouco.

Petrúcio: Sim, mas não alcançavam muitos alunos. Eram aqueles alunos específicos que se matriculavam.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Não era uma coisa estendida a toda a rede, como se fosse uma base curricular do município.

Petrúcio: Então era um grupo restrito e privilegiado. Então você não atende a todos.

Luis Fernando de Souza, Pezão: Então, tipo assim, não houve um progresso maior referente ao Piraí Digital, como ele foi pensado, como ele foi concebido.

Petrúcio: Então, e durante a pandemia, a gente teve, como você mesmo falou, o pessoal lá de Fazenda da Gramma, da Serra, do Caiçara não conseguiu dar continuidade nos estudos, nós tivemos que ofertar com eles apostilas para que eles pudessem dar a continuidade nos seus estudos, porque eles não conseguiam ter acesso.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Não, não é isso, não. Os resultados são muito aquém do que foi investido e tudo.

Petrúcio: Quais seriam os desafios que você imagina pra essa parte?

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Não sei, eu acho que a gente tem que voltar e insistir de novo, né? Porque não dá hoje pra você também não ter o aluno com essa ferramenta na mão. Eu não sei se é um por aluno, ou se a gente faz mais laboratórios, universaliza o acesso para ele em espaços depois, num contraturno dele, mas tudo bate, e eu vejo essa carência hoje, e vejo muito grande no município, e tenho conversado com professores da rede inteira, é você capacitar os professores.

Petrúcio: Exatamente o que eu acho.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Investir na capacitação. Melhorar, assim, dar todo o apoio, toda a sustentação. Principalmente uma coisa que a gente teve aqui, que a gente perdeu. Piraí tinha um bom salário pro professor e hoje tá muito difícil você motivar o professor com esse salário que nós temos aí. Eu não sei o que é que tem que fazer. Estou estudando algumas coisas,

conversando. Mas alguma coisa tem que ser feita, porque não adianta nada você só dar capacitação e também não dar condições de trabalho.

Petrúcio: Agora, referente ao Piraí Digital, no período da pandemia, você soube, alguém comentou alguma coisa de como estava sendo feito, como está sendo falado esse período da Covid?

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Não. Só ouço hoje que os alunos ficaram muito abandonados.

Petrúcio: Sim.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: Só, a única coisa que eu ouço, eu vejo falar no atraso que está na formação deles. Vejo muitos pais reclamando.

Luiz Fernando de Souza, Pezão: É isso que eu ouço.

Anexo II : Entrevistas com os professores das escolas estaduais em Piraí, que lecionaram a disciplina de sociologia

PARTICIPANTES

Carlos Lira Santana

Petrucio

TEMPO DE GRAVAÇÃO

16 minutos e 27 segundos

MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO

Padrão

LEGENDA

... pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] incerteza da palavra transcrita / ouvida.

(INÍCIO)

[00:00:00]

Petrucio: Bom dia, professor.

Carlos Lira Santana: Bom dia.

Petrucio: A entrevista é para a dissertação de mestrado da UFRJ, referente às políticas públicas da Seduc. Primeiramente, professor, qual o seu nome completo?

Carlos Lira Santana: Carlos Lira Santana.

Petrucio: Sua formação acadêmica, com instituição e ano de conclusão.

Carlos Lira Santana: Formado em História pela Universidade de Nova Iguaçu. Ano de conclusão, 2004.

Petrucio: Há quanto tempo leciona na rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro?

Carlos Lira Santana: Dezoito anos.

Petrucio: Dezoito anos, né?

Carlos Lira Santana: Sim.

Petrucio: É habilitado em outra área diferente da sua graduação?

Carlos Lira Santana: Habilitado em sociologia e filosofia.

Petrucio: Alguma mais?

Carlos Lira Santana: Algumas disciplinas pedagógicas. Eu não lembro o restante.

Petrucio: Sim. Já lecionou a disciplina de sociologia?

Carlos Lira Santana: Sim.

Petrucio: Relate sua experiência na disciplina, como ela foi.

Carlos Lira Santana: A sociologia é muito interessante de trabalhar porque nossos alunos não têm uma visão da sociedade como um todo. Por exemplo, aqui na nossa região, eles têm uma noção social de Piraí, do que é Piraí. E são poucos alunos que têm noção que as sociedades são diversas. Que as sociedades são complexas, então eles têm uma visão do ser humano como um ser social a partir do que é essa vivência deles aqui. Não de uma forma abrangente. Como procuramos passar. Então, eu não digo assim, complicado. É um obstáculo porque existe essa limitação cultural e de conhecimento dos alunos referente a outras sociedades. Então, eles têm percepção, por exemplo, que o Rio de Janeiro é só funk e violência, e que o Rio de Janeiro, quando a gente fala, por exemplo, eu sempre cito, falo sobre as diversas opções culturais que eles não conhecem. Ou eles conhecem praia, futebol, funk ou violência. É limitado.

Petrucio: Sim. Como foi lecionada a disciplina de sociologia durante o período da pandemia da Covid-19?

Carlos Lira Santana: Foi ruim porque foi uma coisa corrida, feita como a gente fala para inglês ver. Não houve uma tratativa por parte da Seduc, um apoio, o material era nosso, nós tivemos que fazer todo o material e foi aquela coisa, como eu volto a dizer, feita por fazer, não com o objetivo da aprendizagem do aluno, não foi o foco da aprendizagem do aluno. O foco foi estar ali para dizer que está sendo feito não com o objetivo do aluno aprender porque isso a gente fez, se tornou quase que inviável. Pois, primeiro, os recursos dos alunos. Os alunos não tinham recursos suficientes, computadores, programas para abrir PDF, não tinham recursos de internet. E alguns colegas, a dificuldade natural que é lidar com uma tecnologia a ponto de bala. Então eu não tive dificuldade porque eu trabalho na área. Eu não tive dificuldade alguma, mas as minhas observações é que faltou material, principalmente com sociologia, porque você fala de coisas complexas. Você precisa estar interagindo para tratar de assuntos que não dava para fazer online.

Petrucio: Sim. Como você avalia as medidas tomadas pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro em relação à pandemia de Covid-19 para o trabalho do professor? Quando

falo para o trabalho do professor, não só o exercício da sala de aula, mas o trabalho do professor em geral.

Carlos Lira Santana: É, tudo bem que era um momento de exceção, mas o trabalho não ficou a contento porque foi uma coisa muito pouco orientada, cobranças de você estar presente numa plataforma sem às vezes ter condições de estar e a Seduc não forneceu condições, ela não forneceu equipamento, ela não forneceu internet, o que ela fez foi continuar pagando ao professor e isso veio depois, veio depois quando a pandemia já tinha acabado que ela veio com aquele bônus de 3 mil reais e não deu pra gente fazer um bom trabalho. Faltou. Faltou estrutura. Muitas outras redes, pelo que eu pesquisei, deram condições do professor trabalhar. E aqui nós não tivemos essas condições. Ficou nas nossas costas o ônus de promover as medidas pedagógicas e didáticas para suprir esse tempo ruim. Esse tempo que o processo de aprendizagem é truncado por vários aspectos. Principalmente do outro lado. O nosso também. Petrucio: Quanto à aplicação das medidas tomadas pela Secretaria de Educação, durante a pandemia 2019, como você entendeu o trabalho da direção e da coordenação no suporte ao professor? Como que a direção e a coordenação da escola assessoraram o professor com as medidas que vinham da Seeduc?

Carlos Lira Santana: A direção deu suporte dentro da limitação porque também ela ficou com a carga do presencial, atendeu os alunos, distribuiu material, mas elas fizeram dentro do esperado, do possível, fizeram até um bom trabalho. Da coordenação, a coordenadora era Karen, mas também todo mundo perdido em função da falta de orientação, das políticas que primeiro vai mandar. Um exemplo é, "vamos mandar o material via correio", depois não foi o material. Isso aí traz um problema tanto para a direção como para o professor, porque quem está do outro lado da ponta quer receber. Então foi complicado, para eles nos auxiliarem foi complicado, mas dentro da possibilidade eles atenderam.

Petrucio: Fala a respeito de como foi o seu trabalho durante o período da Covid-19, sua visão sobre o trabalho do professor. Como você desenvolveu o seu trabalho?

Carlos Lira Santana: O trabalho eu não tive dificuldade para desenvolver porque eu já venho de um ambiente EaD. Então eu já tinha prática de como fazer, de como trabalhar. Além do mais, eu sou da área de tecnologia, então eu não tive dificuldades nesse ponto.

Petrucio: E como você viu o trabalho do professor, dos outros professores?

Carlos Lira Santana: Do professor foi ruim. Ruim devido às dificuldades. O apoio pífio da Seduc, considero até quase que nenhum. A falta de diretrizes claras, porque agora é de um jeito,

amanhã é de outro, depois é de outro, então isso dificulta o trabalho, quando você não tem diretrizes para trabalhar e na pandemia tentou se inventar muito. Não sei você lembra que "faz assim, tem que ter o chat, tem que ter..." e não, existem já experiências comprovadas como o CEDERJ, mas a Seduc resolveu pedir para outras pessoas. Isso foi tumultuado. Foi muito tumultuado o trabalho nesse período para o professor.

Petrucio: Você avalia que o fato de Piraí ser considerado cidade digital foi fundamental para o desenvolvimento do ensino remoto durante a pandemia?

Carlos Lira Santana: Esse termo cidade digital é uma falácia. Porque a cidade não tem nada digital. Isso foi um termo criado pelos políticos numa época em que a internet não era disponibilizada para todo mundo, então o termo não tem relação com o que foi trabalhado. Os alunos têm dificuldade, a internet aqui ainda é ruim agora, nesse momento, onde existe a concorrência, mas os alunos tiveram muitas dificuldades. As operadoras de telefonia, elas também não funcionam direito no município. Existe essa, como eu posso dizer, essa falha, em vários lugares nós não temos, aqui mesmo em sala o trabalho no Otávio, ontem eu queria passar um negócio para os alunos e não tinha internet da escola e também o operador não funcionava dentro da escola. Então imagina um aluno morando lá na Cacaria, esses lugares, foi um trabalho muito ruim, foram alunos que foram prejudicados no seu aprendizado por conta dessa falha. Então esse nome é uma falácia.

Petrucio: Sim.

Carlos Lira Santana: É uma falácia.

Petrucio: Você considera que as políticas da Seduc têm gerado impactos positivos ou negativos para o trabalho docente? Fale um pouco disso. As políticas públicas da Seduc, elas têm um impacto positivo ou negativo no trabalho do professor, do docente?

Carlos Lira Santana: Negativo. Negativo porque falta, primeira coisa, a Seduc ouvir o professor. Se partirmos do pressuposto que a aprendizagem é um processo de interação, o ensino-aprendizagem é um processo de interação, falta muito. A Seduc, nos últimos anos, desde que ela resolveu adotar o lema gestão, ela age como se fosse uma empresa, onde de forma hierárquica as decisões vêm de cima para baixo. O professor quase nunca ou nunca é escutado em vários aspectos. Ou quando é, é feito apenas mais uma vez para dizer que foi feito, porque já se sabe qual vai ser a decisão. Isso eu falo porque participei de várias tentativas como o currículo mínimo e o professor, a gente apenas responde porque a gente nunca tem voz ativa para nada. Então a rede procura, nesse seu sistema de gestão, impor seus

projetos, não são discutidos, impõe, e a gente apenas acata. E o nosso trabalho é negativo porque ele gira em torno do que a Seduc quer, do que se tem que fazer para se fazer para dizer que foi feito, não porque é um processo de aprendizagem. Nós temos aí N exemplos, a maior prova que corrobora com a minha fala é que os índices dos nossos alunos em avaliações externas, PISA são péssimos, ENEM são péssimos. É uma rede, se comparado com outras redes, nós estamos muito atrás. Por quê? Porque a gestão não é uma gestão eficiente. Não se tem foco no processo de aprendizagem. Se tem foco no quê? Em gestão, em fazer o que tem que ser feito e mostrar aquilo. Nem isso, a Seduc é boa em mostrar os resultados. Você vê que é muito raro um aluno nosso, que se destaque em alguma coisa, aparecer em algum lugar. Até nisso nós somos ruins. Petrucio: Sim. Você adoeceu durante a pandemia com o 19? Se sim, esse adoecimento esteve relacionado ao seu trabalho como professor ou a convite?

Carlos Lira Santana: Não, eu adoeci em relação ao trabalho, porque você ficava o dia todo sentado, eu trabalhava o dia todo. A gente pegou aquele monte de aula, você tem que escrever, porque não era só trabalhar ali naquele momento da aula, você tinha que fazer PDF, você tinha que pesquisar, você tem que assistir um vídeo, muito diferente do que você planeja aqui numa aula. Você vai planejar aula para próxima semana, você saiu daqui você já sabe que você vai pegar, passar um vídeo da aula, vídeo tal que encaixe na matéria, aquilo que você está ali lidando. Na pandemia funciona diferente porque você está em outro universo, é um universo que você tem que pisar, você tem que pegar coisa diferente, um vídeo diferente.

Então isso tudo fazia com que você ficasse horas sentado, eu tive problema com circulação muitas horas sentado, problema de visão que a gente adquiriu também, e essas outras coisas aí, problemas mentais que a gente fica. Então eu acho que não quero nem relembrar esse tempo.

Petrucio: Qual a sua percepção em relação ao aprendizado dos alunos da rede estadual, levando em consideração estar inserido dentro de uma cidade classificada como digital?

Carlos Lira Santana: O aprendizado aqui é ruim, muito a ver com questões culturais, políticas relacionadas à cidade. É uma cidade onde vamos falar aqui de cultura - é a cultura de apenas concluir etapas. Nossos alunos aqui não têm uma perspectiva de melhoria. É uma cidade que não oferece oportunidade de empregos. E quando tem essas oportunidades funciona na base do quem indica. As oportunidades não são distribuídas por igualdade de competição. Então nossos alunos não têm muito interesse, porque eles não têm muito a ser oferecido. E o outro ponto é?

Petrucio: Seria digital.

Carlos Lira Santana: Isso aí não ajuda, a cidade tem uma série de problemas, não oferece condições. Como eu disse, as redes de telefonia, a infraestrutura é ruim, existem falhas em vários lugares, as empresas de internet são ruins, existem reclamações que não funcionam, a maioria não funciona, e também a prefeitura disse que oferece internet, mas a internet é para sempre os privilegiados. Se você não morar no centro de Piraí, você não tem uma internet decente. E nos outros bairros, a prefeitura vai lá, coloca, igual colocou no assentamento, mas o aluno não vê a internet. Ele só vê os aparelhos e diz que tem cidade digital, mais uma vez eu afirmo, é uma falácia.

Petrucio: Foram ofertadas outras formas de estudos para os alunos usarem o ensino remoto? Se sim, quais foram esses formatos e como os alunos se adaptaram a este ensino?

Carlos Lira Santana: Foram oferecidas as chamadas apostilas de estudo, que são textos com questões. O aluno retirava na escola, levava para casa e fazia. É um aprendizado que está longe do professor, não tem a orientação do professor de forma alguma, o aluno vem, pega e ele está por sua conta. Ele pode ler e absorver. Como ocorreu na maioria, a maioria não absorveu, apenas fez para cumprir a etapa. Muitas eram as apostilas que vinham em branco. Em branco ou resposta control C control V. Um respondeu. Eles conseguem se comunicar via WhatsApp e todos respondem a mesma coisa. Então, ali não há um processo de aprendizagem. Ali é uma... mais uma vez digo, é algo feito para se dizer que cumpriu uma etapa. O professor ficou alheio a esse processo. Que é uma coisa ruim.

Petrucio: Sim. Então damos aqui por encerrada a entrevista com o professor

Carlos Lira e agradecemos a ele.

PARTICIPANTES

Petrucio

Marta de Almeida

TEMPO DE GRAVAÇÃO

09 minutos e 46 segundos

MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO

Padrão

LEGENDA

... pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] incerteza da palavra transcrita / ouvida.

(INÍCIO)

[00:00:00]

Petrucio: Bom dia, professora, eu sou o Petrucio, sou pesquisador sobre a Pesquisa de Mestrado da UFRJ, da PPG (inint) [00:00:10], e nós vamos falar sobre as políticas públicas na educação. Professora, qual o seu nome completo?

Marta de Almeida: Bom dia, meu nome completo é Marta de Almeida Gonçalves Pereira.

Petrucio: Sua formação acadêmica?

Marta de Almeida: Pedagogia. E teologia.

Petrucio: E teologia. Há quanto tempo leciona na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro?

Marta de Almeida: Total?

Petrucio: Total.

Marta de Almeida: 33 anos.

Petrucio: É habilitada em outra área diferente da sua graduação?

Marta de Almeida: Sou habilitada para a aula de sociologia, filosofia e disciplinas pedagógicas.

Petrucio: É formada na disciplina de sociologia?

Marta de Almeida: Não.

Petrucio: Já lecionou a disciplina de sociologia? Caso sim, relate sua experiência com essa disciplina.

Marta de Almeida: Sociologia, sim. É uma... parou?

Petrucio: Não, pode falar. Parou não.

Marta de Almeida: É uma área que é gostosa de trabalhar, porque você trabalha com o comportamento do ser humano, então você vai trabalhando essas questões todas dentro da escola mesmo, como que eles vão se comportando, mostrando como que eles estão agindo, então é prazeroso.

Petrucio: Como foi lecionada a disciplina de sociologia durante o período da pandemia Covid-19?

Marta de Almeida: Difícil.

Petrucio: Como foi esse difícil?

Marta de Almeida: Porque faltou esse relacionamento corpo a corpo com o humano. Então a gente perdeu isso e ficou muito vago. Era muito conteúdo para dar sem o contato com o aluno. Isso dificultou muito.

Petrucio: Como você avalia as medidas tomadas pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Janeiro em relação à pandemia de Covid-19 para o trabalho do professor? Como foram essas medidas implementadas pela Seduc para o trabalho do docente?

Marta de Almeida: Ficou muito difícil porque eles mostraram tudo, deu a plataforma para trabalhar. Só que, como sempre, falta o preparo. Claro, professores, eles não deram esse preparo. Esse preparo faltou e a gente teve que ir buscando, porque você tinha que buscar maneiras, buscar uma forma que fosse para que eles se envolvessem na sua aula, para não ficar uma coisa muito impessoal.

Petrucio: Quanto à aplicação das medidas tomadas pela Secretaria de Estado de Educação durante a pandemia da Covid, como você entendeu o trabalho da direção e da coordenação no suporte ao professor? Como que a direção e a coordenação trabalharam nesse suporte? Essa intermediação entre o que a Seduc mandava, que a gente tem a direção, e como que ele chegava para nós, para o professor?

Marta de Almeida: Chegava que a gente tinha que trabalhar o conteúdo, que tinha que ver as notas como sempre, a gente tinha que dar conta, mas que era importante que os alunos participassem, mas você não tinha como buscar esse aluno. Então, tanto para a direção, quanto para a coordenação, ficou bem difícil também.

Petrucio: Fale a respeito de como foi o seu trabalho durante esse período da Covid-19 e sua visão sobre o trabalho do professor. Como foi o trabalho, o que você fez para alcançar o aluno e qual a sua visão sobre esse trabalho?

Marta de Almeida: Eu trabalhei muito, eu dava os textos, muitos com videoaulas, minhas, de alguns colegas, eu aproveitava alguns vídeos também, gravava alguns vídeos para eles e fui tentando.

Petrucio: Esse gravar vídeo, o material era seu ou foi disponibilizado pela Seduc?

Marta de Almeida: Não, meu.

Petrucio: Seu material?

Marta de Almeida: Meu material. Era uma explicação minha que eu dava, como se eu estivesse em sala de aula. Eu ia escutando no computador.

Petrucio: A escola disponibilizava algum local para fazer esses vídeos?

Marta de Almeida: Não.

Petrucio: Não, né? Sim.

Marta de Almeida: É tudo em casa.

Petrucio: Tudo em casa, tudo remoto. Você avalia que o fato de Piraí ser considerada a cidade digital foi fundamental para o desenvolvimento do ensino remoto?

Marta de Almeida: Não.

Petrucio: Piraí, por que você é considerada a cidade digital isso influenciou?

Marta de Almeida: Nem um pouco, os alunos tinham dificuldade com a internet. Muitos alunos por morarem em áreas afastadas, na fazendinha, não tinha como, não tinha um acesso à internet, foi bem difícil.

Petrucio: Você considera que as políticas públicas da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro têm gerado impactos positivos ou negativos no trabalho docente? Fale um pouco sobre isso. Assim, as políticas públicas que a Seduc traz para nós, impactam no nosso trabalho de forma positiva ou negativa?

Marta de Almeida: Nem sempre é positivo não, porque muitas das vezes eles jogam muitas coisas pra gente e isso dificulta. Até você entender o que eles querem pra poder ver isso, como que você vai colocar, como que você vai trabalhar. E cada turma é uma turma e você fica um pouco perdido nisso daí.

Petrucio: Sim, sim. Sim, pode continuar.

Marta de Almeida: Isso dificulta bastante porque a gente nem sempre vem preparado. Vem aquele material pronto que você não pode opinar, você não pode falar. Então, não muda. Só muda o tempo, o governo.

Petrucio: Sim, não, tudo normal, isso faz parte, depois a gente corta. Entende? Então, você adoeceu durante a pandemia de 2019? Se sim, esse adoecimento esteve relacionado ao seu trabalho como professor?

Marta de Almeida: Não, eu adoeci, tive a Covid, mas não foi relacionado ao trabalho. Apesar de ficar um pouco ansiosa com a questão de como eu ia fazer, o que ia preparar, mas consegui controlar bem nesse período.

Petrucio: Qual a sua percepção em relação ao aprendizado dos alunos da rede estadual, levando em consideração estarem inseridos dentro de uma cidade classificada como digital?

Marta de Almeida: Foi péssimo. Quando terminou esse período da pandemia que eles retornaram, eles não tinham noção, a gente precisou retomar todo o trabalho, voltar, porque eles não tinham noção do que você tinha falado. Em sala de aula já é complicado, remoto, mais ainda, ficou pior ainda.

Petrucio: Remoto mais ainda. Foram ofertadas outras formas de estudos para os alunos, além do ensino remoto? Se sim, quais foram esses formatos e como os alunos se adaptaram a este ensino?

Marta de Almeida: É porque os alunos que não conseguiam ter acesso à internet, pegavam material impresso. E eles não tinham também a explicação, faltava isso tudo para a explicação deles, eles ficavam sem nada, eles ficavam totalmente perdidos. É como se a gente pegasse um material e fosse ver física quântica.

Petrucio: Sim.

Marta de Almeida: Sem nunca ter a noção do que realmente é aquilo. Como que é? O que vai? Onde vai surgir? O que vai acontecer? O que vai aparecer aí?

Petrucio: E aí, para finalizar, o que você achou da implementação do novo ensino médio durante esse período?

Marta de Almeida: A pior coisa que podia ter acontecido. Além da implementação do novo ensino médio ser ruim, foi nesse período que eles tiveram uma defasagem de conteúdo muito grande, que ficaram por conta da pandemia. E com essa implementação eles estão perdendo muito, e a gente vê que eles estão perdendo matérias básicas, alunos que chegam agora no ensino médio estão chegando para gente que não sabem escrever o nome, escrevem o nome

com letra minúscula, não sabem, não tem acesso mais a escrita, ao saber, eles perderam isso. E o novo ensino médio está tirando matérias básicas que vão fazer falta. Se colocassem essas disciplinas para acrescentar além do que ele já tinha.

Petrucio: Em contraturno.

Marta de Almeida: No contraturno seria ótimo, mas a defasagem de conteúdo para ele vai ser imensa. E sociologia agora é um ano só.

Petrucio: Nem me fala.

Marta de Almeida: Estou num desespero só aí.

Petrucio: Então professora é isso, tá? A gente agradece.

Marta de Almeida: Tá joia.

PARTICIPANTES

Petrucio

Márcio Goulart

TEMPO DE GRAVAÇÃO

11 minutos e 04 segundos

MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO

Padrão

LEGENDA

... pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] incerteza da palavra transcrita / ouvida.

(INÍCIO)

[00:00:00]

Petrucio: Você vai direto, tá? É, boa noite, meu nome é Petrucio, sou pesquisador da UFRJ no nível de mestrado e estou aqui entrevistando hoje o professor Márcio do colégio Otávio. Vamos lá. Qual o seu nome completo?

Márcio Goulart: Márcio Goulart Coutinho.

Petrucio: Sua formação acadêmica?

Márcio Goulart: Eu sou formado em História pelo BM, 2009. Fiz pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos, Ensino de Filosofia, Ensino de Geografia, Ensino de Sociologia e História da Arte. E no ano de 2018 eu fiz o mestrado em História pela UFRJ. Comecei em 2018 e terminei em 2020.

Petrucio: 2020, sim. Há quanto tempo você leciona na rede estadual do Rio de Janeiro?

Márcio Goulart: Estado eu leciono desde 2013. Entrei aqui no Arrozal mesmo em fevereiro de 2013.

Petrucio: E é habilitado em outras áreas diferentes da sua graduação?

Márcio Goulart: Sim, a minha formação original é história, mas eu sou habilitado em sociologia, filosofia e geografia, mas eu só leciono geralmente filosofia e sociologia. Geografia eu nunca trabalhei não.

Petrucio: Sim. É formado na disciplina de sociologia?

Márcio Goulart: Só com pós-graduação. Eu fiz uma pós no ensino de sociologia, mas faculdade mesmo não.

Petrucio: Já lecionou a disciplina de sociologia? Caso sim, relate sua experiência com essa disciplina.

Márcio Goulart: Eu trabalho desde 2014, 2015, com sociologia, é uma disciplina que eu gosto muito, que diferente da história que às vezes fica muito fixada a data, a conteúdo, aquela ordem cronológica. A sociologia, às vezes, trabalha diretamente com o aluno, questão de trabalho, trabalho cultura, sociologia. Então, às vezes, é mais fácil se aproximar do aluno com a sociologia do que com a história. Eu acredito que dá pra fazer um bom trabalho em sociologia também.

Petrucio: Sim. Como foi lecionar a disciplina de sociologia durante o período da pandemia da Covid-19?

Márcio Goulart: Com sociologia foi muito difícil porque como aqui no estado, tinha poucos alunos participando das aulas. Então, às vezes eu tinha um ou dois alunos. Às vezes estava dando aula e de repente a internet caía e eu ficava sozinho. Então foi muito complicado. A gente não tinha uma sequência. A gente começava a falar alguma coisa num dia, aí no outro dia tinha aluno, mas é outro aluno diferente, então não tinha uma sequência. Então a gente trabalhar os conceitos, foi bem mais difícil.

Petrucio: Sim. Como você avalia as medidas tomadas pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro em relação à pandemia da Covid- 19 para o trabalho do professor? Como foram as medidas da Secretaria de Educação para o trabalho do professor, as políticas públicas?

Márcio Goulart: Política pública, eu acho que a gente ficou solto. Tinha as aulas lá, eu vejo que alguns professores podiam entrar realmente na aula ao vivo, (podiam) [00:03:23] bastante, outros não podiam. Seduc assim, não deu muita condição, a gente se virava com a nossa internet, nosso computador. Às vezes tinha que corrigir aquele montanheiro de provas, muita trabalheira, você chegava aqui na escola você pegava bolos e bolos de trabalho para corrigir. Então, apesar de estar em casa, a gente pensou que seria fácil, tranquilo, não foi. E toda semana tem que postar atividades, postar aquilo, então acho que foi muito trabalhoso também, muito dificultoso.

Petrucio: Quanto à aplicação das medidas tomadas pela Secretaria Estadual de Educação, durante a Covid 2019, como você entendeu o trabalho da direção e da coordenação no suporte ao professor?

Márcio Goulart: Minha direção aqui, a (Dionia) [00:04:12], tinha na época era a Bárbara. A Bárbara, eu podia contar com ela em qualquer momento, então eu me mandava mensagens para ela, (tirando dúvida) [00:04:20] questão, então não tem nada a reclamar do pessoal aqui. O pessoal deu na medida do possível, o que eles podiam fazer, apoio, organizar, colocar cronograma de atividades, foi muito tranquilo, pelo menos nessa escola aqui. Eu até fiz uma GLP em outro colégio também, foi tranquilo, acho que a coordenação fez tudo o que podia, que tava acesso ali.

Petrucio: Fale a respeito de como foi o seu trabalho durante esse período da Covid-19 e sua visão sobre o trabalho do professor. Como você desenvolveu seu trabalho e como você viu o trabalho do professor, dos outros professores desse período? Como foi?

Márcio Goulart: Eu busquei nesse período, as atividades que eu fazia tentava fazer bem resumidinha, mais bem detalhada, com exercícios bastante importantes. Eu vinha tentando, sempre trabalhava com questões ENEM, assim, para poder trazer um pouco de entendimento para os alunos que faziam. Só que a gente sabe que grande maioria não fazia. Ou só colocava um nome, ou respondia qualquer coisa, para poder tirar o 5, porque eles precisavam do 5 ali. Então, nessa parte aí eu achei muito complicado a gente fazia, o trabalho foi muito grande, foi muito para o resultado que foi pouco. E até mesmo nas aulas, como eu falei anteriormente, era um, dois, três, aí sequência não tinha, acabava a internet. Às vezes a minha internet acabava, eu estava dando aula, de repente a minha internet acabou. Então você ficava perdido naquele vácuo ali, sem a continuidade, né? Não podia cobrar. A gente, às vezes, fala que vai ter uma prova, o aluno se estuda mais, se esforça um pouquinho. E ali não tinha, era só fazer atividade, entregou, não entregou. Então acho que os professores ao redor eu ouvi também dificuldade porque muitos ainda não sabiam mexer com o computador, né? Dar aula ao vivo. Então era muita dificuldade ver o pessoal reclamando. Eu vi um colega meu que no começo falou até mesmo que era muito cobrado. Falou até em suicídio, que não estava aguentando mais ser cobrado e não sabia mexer com aqueles negócios. Porque ele ficou desesperado. Então o negócio é complicado, pegou de surpresa mesmo.

Petrucio: Você avalia que o fato de Piraí ser considerada a cidade digital foi fundamental para o desenvolvimento do ensino remoto durante a pandemia?

Márcio Goulart: Na minha opinião, até hoje eu não entendi porque Piraí é uma cidade digital, porque eu trabalho aqui em Arrozal há 12 anos. Eu não vi, nunca vi essa internet de Piraí aqui. O colégio, do uso dos alunos, a internet que tem da escola é do Estado. E eu acho que não,

porque a maioria dos alunos não tinha acesso, grande parte dos alunos pegaram essa apostila porque eles não tinham acesso à internet, as aulas online os alunos não entravam, pouquíssimos. Então eu acredito que não ajudou em nada.

Petrucio: Em nada, sim. Você considera que as políticas públicas da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro têm gerado impactos positivos ou negativos no trabalho docente? Fale um pouco sobre isso. De uma forma geral, as políticas públicas que a Seduc traz para a escola, para o trabalho do professor, elas são positivas ou negativas?

Márcio Goulart: Política pública. Deixa eu pensar aqui nessa aqui. Eu não vejo muita vantagem (inint) [00:07:46] do Estado assim. Oferecer muitas qualidades para os professores, às vezes. Você pode ver que, por exemplo, na reforma da escola, as escolas estão ruins, sem ar-condicionado, sem uma condição boa do aluno. Às vezes, você pega o aluno aí em um calor, dificilmente, então, eu não vejo uma atuação do Estado nessa questão. Relação também, até mesmo no livro didático, que falta às vezes. Então eu acho que o Estado deixa a desejar com a gente, tem outras questões, salários, organização, pessoal, às vezes falta professor, muito professor para os alunos, então eu acho que o Estado pode melhorar.

Petrucio: Sim. Você adoeceu durante a pandemia da Covid-19? Se sim, esse adoecimento esteve relacionado ao seu trabalho enquanto professor?

Márcio Goulart: Graças a Deus eu não fiquei doente em relação a Covid.

Petrucio: A Covid, não. Mas em relação ao seu trabalho enquanto professor, você sentiu algum outro tipo de adoecimento?

Márcio Goulart: Eu fiquei muito estressado, principalmente em alguns colégios particulares, que aquela pressão é maior. Às vezes você estava numa live e você não podia falar, não podia dar sua opinião, porque tinha gente vigiando e você falava alguma coisa. Outro dia te cobrava, então aquele stress. O estresse muito grande de fazer as atividades, tinha que fazer as atividades de cada turma e isso tinha que entregar, postar, depois corrigir uma por uma. Então o que era para ser tranquilo você estar em casa, não foi tranquilo, foi muito agitado.

Petrucio: Sim.

Márcio Goulart: Então, nos outros colégios que eu trabalhava, o diário chegava no final do ano e você tinha que fazer diário online, diário digital, então foi um momento estressante. Tipo assim, deixou eu estressado, não fiquei doente fisicamente, mas estresse.

Petrucio: Psicologicamente.

Márcio Goulart: Às vezes eu trabalhava uma hora da manhã, duas da manhã, eu estava lá mexendo com as coisas online, postando aula para o outro dia. Então era muita correria mesmo.

Petrucio: Sim. Qual a sua percepção em relação ao aprendizado dos alunos da rede estadual, levando em consideração estarem inseridos em uma cidade classificada como digital?

Márcio Goulart: Só repete então.

Petrucio: Como foi o aprendizado dos alunos que estão inseridos dentro de uma cidade considerada digital?

Márcio Goulart: Pela experiência que eu tenho daqui, a questão de ser digital, eu realmente acredito que não fez diferença nenhuma. Você pode ver que grande parte dos alunos, pelo menos de Arrozal, acredito que no Centro tem lugares que tem praça, que o pessoal tem um sinal de wi-fi melhor, mas aqui eu acho que não fez diferença nenhuma porque os alunos não têm acesso.

Petrucio: Não têm acesso, sim. Foram ofertadas outras formas de estudos para os alunos além do remoto? Se sim, quais foram essas formas de estudos?

Márcio Goulart: Posso dizer, alguns alunos, nós tivemos aqui as apostilas que nós preparávamos o material, enviava para a condenação. Eles também tinham aqueles estudos organizados deles aqui que eles mandavam para os alunos. Eu, alguns alunos que me pediam particular, eu enviava vídeos, eu mandava alguns resumos diferentes, mas no geral foi isso mesmo, foi esses cadernos que a escola mandava e ficou por isso mesmo.

Petrucio: Professor, eu agradeço pela entrevista. Estou encerrando.

Anexo III : Questionário semiestruturado para pesquisa de mestrado 2024.

1 – Nome do entrevistado

2 – Sua formação acadêmica

3 – Há quanto tempo leciona na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro??

4 – É habilitado em outra área diferente de sua graduação?

5 – É formado na disciplina de Sociologia?

6 – Já lecionou a disciplina de sociologia? Caso sim, relate sua experiência com esta disciplina:

7 – Como foi lecionar a disciplina de sociologia durante o período da pandemia da covid-19?

8 – Como você avalia as medidas tomadas pela secretaria estadual de educação do Rio de Janeiro em relação à pandemia da covid-19 para o trabalho do professor?

9 – Quanto à aplicação das medidas tomadas pela secretaria Estadual de Educação durante a pandemia da covid-19 como você entendeu o trabalho da direção e da coordenação no suporte ao professor?

10 – Escreva livremente como foi o seu trabalho durante esse período da covid-19 e sua visão sobre o trabalho do professor?

11 – Piraí sendo uma cidade digital foi fundamental para o ensino remoto?

12 – As políticas públicas para educação, da secretaria de educação do rio de janeiro, vêm levando o docente ao adoecimento?

13 – Houve um aumento no adoecimento docente durante a pandemia da covid-19?

14 – Qual sua percepção em relação ao aprendizado dos alunos de pirai, levando em consideração, estarem inseridos dentro de uma cidade classificada como digital.

15 – Foi ofertado outra forma de estudos para os alunos, além do remoto? Quais foram e esse formato e como os alunos se adaptaram a este ensino remoto ou não remoto?

Anexo IV : PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa:

O TRABALHO DO DOCENTE DURANTE A PANDEMIA : o ensino remoto de sociologia nas escolas Estaduais do Município de Piraí.

Pesquisador: Petrucio Sobreira da Silva

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 76850823.3.0000.0311

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.773.486

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: O protocolo de pesquisa apresentado possui os elementos necessários à apreciação ética.

Considerações Finais a critério do CEP: O projeto de pesquisa destaca-se pela relevância do estudo em relação ao trabalho da docência durante a pandemia da COVID-19.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2156953.pdf	22/03/2024 11:11:36		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto4.pdf	22/03/2024 11:10:56	Petrucio Sobreira da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	22/02/2024 10:07:31	Petrucio Sobreira da Silva	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	19/02/2024 16:52:54	Petrucio Sobreira da Silva	Aceito

Outros	cartadeanunecia.pdf	29/08/2023 16:14:02	Petrucio Sobreira da Silva	Aceito
--------	---------------------	------------------------	----------------------------------	--------

Situação do Parecer Aprovado Necessita Apreciação da CONEP: não

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Regina. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 6 - N. Especial II – p. 366-391 (jun. - out 2020): **Educação e Democracia em Tempos de Pandemia**. DOI:10.12957/riae.2020.51306

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: a precarização do trabalho como regra**. 2. Ed Boitempo 2018, 2020.

ANTUNES, Ricardo. DRUCK, Graça. **A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. O social em questão** – Ano XVIII – Nº 34, 2015.

BRAGA, Ruy. **Nova classe perigosa?** Blog da Boitempo, 2014. Disponível em: <https://blogdabitempo.com.br/2014/02/14/nova-classe-perigosa>

CAMARA, Juliana Meireles Moreth da; SILVA, Pâmela Amorim Rodrigues da; SILVA, Petrúcio Sobreira; ANDRADE, Silvana Alves de – **As reformas Educacionais e a Manutenção do Capitalismo: Ensino médio em questão**. Trabalho Apresentado no Mestrado da PPGEDUC-UFRRJ: Disciplina: RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DOCENTE NO SÉCULO XXI – Prof. Drª Amanda Moreira da Silva – 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação**. Revista Contemporânea de Educação, vol. 10, n. 20, jul./dez 2015.

FONTES, Virginia. **Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho**. Marx e o Marxismo, v. 5, n. 8, jan./jun. 2017. Disponível em:

HOLZMANN, Lorena. **A legalização da precariedade. Democracia e Mundo do Trabalho em Debate**, 31 jul. 2017.

ACCIOLY, Inny; SILVA, Amanda Moreira; SILVA, Simone: Guerra Cultural e seus efeitos na educação pública brasileira. P 43-60 - Educação no Governo Bolsonaro: inventário da devastação. 1º edição – Expressão Popular – São Paulo – 2023.

LIMA, Cássio A. et al. **Redução da renda familiar dos professores da educação básica de Minas Gerais na pandemia da Covid-19**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, n. 1, 2021, e00329160. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00329

KUENZER, Acácia Zeneida. **Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível**. Educ. Soc., Campinas, v. 38.

LEHER, Roberto. **Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid 19**. Revista de Políticas Públicas, SHIROMA, Eneida Oto.

EVANGELISTA, Olinda. **Formação Humana ou produção de resultados?** Trabalho docente na encruzilhada. Revista Contemporânea de Educação, vol.10, n. 20, julho/dezembro de 2015.

SILVA, Amanda Moreira. MOTTA, Vania Cardoso. **O precariado professoral e as**

tendências de precarização que atingem os docentes do setor público. Roteiro, Joaçaba, v. 44.

SILVA, Amanda Moreira. Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade, Vol. 5.

SILVA, Amanda Moreira: Trabalho Docente sob a Lógica Privatista Empresarial: a busca pela força de trabalho a serviço de um projeto hegemonic. – Curitiba : CRV, 2021.

SILVA, Monica Ribeiro da; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio – Pragmatismo e lógica mercantil. Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>Fonte: Terceira Via, jornal on-line: Coronavírus: Governador antecipa para a próxima segunda férias escolares de julho. 13 de março de 2020 – 14h35. Disponível em www.jornalterceiravia.com.br

SOUZA, Kátia R. et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, 2021, e00309141. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00309

TROITINHO, Maria C. R. et al. Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 19, 2021, e00331162. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00331

ANDRADE, Silvana Alves; CAMARA, Juliana Meireles Moreth da; SILVA, Pâmela Amorim Rodrigues da, SILVA; Petrúcio Sobreira da. Capitalismo: ensino médio em questão. As Reformas do Ensino médio e a Manutenção – Trabalho de Conclusão da disciplina da PPGEDUC-UFRRJ - RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DOCENTE NO SÉCULO XXI – Prof. Amanda Moreira da Silva. (Agosto de 2023) Fonte: Revista Museu – Núcleo de Imprensa do Governo do Estado do Rio de Janeiro: RJ: Novas medidas da Educação em meio à pandemia do coronavírus. 23/03/2020 – revistamuseu.com.br

Revista Veja – Por Mariana Muniz: Após afastamento, secretário de Educação do Rio é exonerado. 16/ 09/2020, 14h56. Vejario.abril.com.br

O DIA – Por Paulo Carneiro/parceiro/agência O Dia: ‘Continuo do mesmo lado’, diz Comte, novo secretário estadual de Educação. 25/09/202 -21h59. Odia.ig.com.br

Site oficial da Prefeitura de Piraí - <https://www.pirai.rj.gov.br/noticias/pirai-digital>.

Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (Câmara dos Deputados Federais, BRASIL, 1971)

Parecer nº 38/2006, do Conselho Nacional de Educação (CNE)

Lei nº 11.684 (Presidência da República, Casa Civil, BRASIL, 2008)

A Medida Provisória nº 746 de 2016 (Presidência da República, BRASIL, 2016), que em 2017 tornou-se a Lei 13.415 (Presidência da República, BRASIL, 2017)

Decreto nº 46.966, de 11 de março de 2020 (Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2020a)

Decreto nº 46.980, de 19 de março de 2020 (Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, 2020bb)

DECRETO N° 46.973, DE 16 DE MARÇO DE 2020. Reconhece a situação de emergência na Saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19); e dá outras providências.

LEI N° 8.768, DE 23 DE MARÇO DE 2020. Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder bolsa-auxílio para as famílias responsáveis por estudantes da rede pública de ensino, que tenham as aulas suspensas, por antecipação ou ampliação do recesso escolar, decorrentes de medida de contenção de epidemias virais, inclusive do CORONA VÍRUS - COVID-19.